



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 3

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 5 DE FEVEREIRO DE 1966

SENADO FEDERAL

Reuniões preparatórias da 4ª Sessão legislativa ordinária da 5ª Legislatura

Faço saber que, de acordo com o disposto no art. 2º, alínea "d" do Regimento Interno, as reuniões preparatórias da 4ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura, no Senado Federal, terão início no dia 24 de fevereiro de 1966, às 14 horas e 30 minutos.

Na primeira reunião dever-se-á eleger o Presidente e na segunda os demais membros da Mesa.

Senado Federal, 10 de dezembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 119, DE 1965

Exonera a pedido, Myrthes Nogueira, Taquígrafa de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É exonorada, a pedido, de acordo com o art. 85, letra "c", item 2, do Regimento Interno, do cargo de Taquígrafa de Debates PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Myrthes Nogueira.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Publicada no DCN de 9 de dezembro de 1965. (República por ter sido com incorreções).

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 124, DE 1965

Nomeia Geraldo Gama Azevedo para o cargo isolado de provimento efetivo, de Ajudante de Conservador de Documentos, PL-7, da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2, do Regimento Interno (Resolução nº 2, de 1959), combinado com o artigo 69, d) Regulamento da Secretaria (Resolução nº 6, de 1950), para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Ajudante de Conservador de Documentos, PL-7, da Secretaria do Senado Federal, Geraldo Gama de Azevedo, na vaga decorrente da aposentadoria de Abel Ferraz de Macedo.

Senado Federal, em 9 de dezembro de 1965

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 3ª SESSÃO, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA E ADALBERTO SENA.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guilomard
Oscar Passos

Menezes Pimentel
Argemiro de Figueiredo
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Josephat Marinho
Aarão Steinbruch
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
José Feliciano

Pedro Ludovico Bezerra Neto
Pedro Ludovico Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondin
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

COMUNICAÇÕES DE POSSE

— do Ministro da Agricultura, Sr. Ney Braga (telegrama de 24-11-65).

— do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Juracy Magalhães (telex de 18-1-66);

— do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Economia, Srs. Harold Cecil Poland e Obregon de Carvalho, respectivamente (telegrama de 21-1-66);

— do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Srs. Desembargadores Acácio Rebouças e Tácito Morback de Góes Nobre (Ofício nº 19.816, de 23-11-65).

COMUNICAÇÃO DE ELEIÇÃO E POSSE

— da Mesa da Câmara Municipal de Brauna, SP.

Diversos Assuntos

— da Câmara Municipal de Santa Luzia do Norte, AL, manifestando-se contrária à retirada dos municípios, do imposto sobre indústrias e profissões;

— da Assembleia Legislativa de Sergipe, SE, congratulando-se com o Governador Luiz Garcia pela aprovação de seu nome para membro do Conselho Administrativo da Defesa Econômica;

— da Assembleia Legislativa da Guanabara, manifestando-se contrária a dispositivo do Projeto do Código Civil que apoia a anulação do casamento;

— da Câmara Municipal de Araquara, SP, fazendo apelo no sen-

tido de que seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, cópia do Requerimento 506-65 do Sr. Domingos Regional do IAPFESP do Estado de São Paulo;

— da Câmara Municipal de Assis, SP, manifestando-se contrária a modificação da Lei Eleitoral;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP, manifestando-se favorável à isenção do imposto de Lucro Imobiliário nas vendas de imóveis urbanos;

— da Câmara Municipal de Promissão, SP, manifestando-se favorável ao sistema de eleições diretas nos Estados e Municípios;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, manifestando apoio à campanha que visa a proibição de propaganda de produtos que contenham fumo, nas emissoras de rádio televisão e jornais;

— da Câmara Municipal de São Paulo, SP, enviando cópia do discurso do Vereador Odon Pereira, pronunciado na sessão de 15 do corrente daquele legislativo;

— da Câmara Municipal de São Paulo, SP, congratulando-se com o Congresso pela modificação do artigo 21 da Constituição da República;

— do Tribunal Eleitoral de Santa Catarina enviando cópia dos mapas gerais de apuração, referente às eleições de 3 de outubro próximo passado.

TELEGRAMA

Senador Auro Moura Andrade — Presidente Senado Federal — Brasília — DF.

A 253 de C Geral Rio-GB — 25 de novembro de 1965.

Data: 25-10-65.

Confiando alto espírito público e patriotismo Vossência tomamos liberdade expor ilustre parlamentar nosso ponto vista respeito projeto instituindo monopólio estatal venda e distribuição derivados petróleo já aprovado Comissão Econômica Câmara. Consideramos posição altamente lesiva interesses nacionais e atentatória sagrados princípios democráticos regem livre empresa. Na prática referido projeto não justifica-se conforme parecer CNP referendado Ministério Minas Energia. Própria Petrobrás segundo declarações seu presidente manifestar-se política petroliera brasileira levanta dúvidas sobre perigo Petrobrás desviar seus

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 80,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 126,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,—
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos das edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

PARECERES

Parecer nº 1, de 1966

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 1965 (nº 2.813-B, de 1955, na Casa de origem), que prorroga os prazos de validade dos concursos, em vigor, para o provimento dos cargos públicos da União e das autarquias federais.

Relator: Senador Victorino Freire.

O projeto sob anexo prorroga, por dois anos, os prazos, ainda não prescritos, dos concursos realizados para provimento de cargos da administração centralizada ou autárquica, do serviço público civil federal.

A providência revela aspectos positivos, que justificam a sua aceitação. De tal, no caso, prepondera a economia resultante da medida, uma vez que, pelo menos dentro de 2 anos, não será necessária a realização de novos concursos, enquanto existirem candidatos habilitados, porém ainda não aproveitados.

Somês, dessarte, pela aprovação do projeto, verificado que o mesmo não prejudica a administração pública.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1965. — Sigefredo Pacheco, Presidente eventual. — Victorino Freire, Relator. — Miguel Couto. — Mello Freire. — Silvestre Pericles.

Parecer nº 2, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura, do projeto de lei da Câmara número 133, de 1965 (nº 2.032-B-64 — Câmara), que dispõe sobre a proteção aos artistas intérpretes e executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão, e dá outras providências.

Relator: Senador Josaphat Marinho.

O presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, dispõe sobre a proteção aos artistas intérpretes e executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão, e dá outras providências.

A proposição recebeu pareceres de três Comissões da Câmara dos Deputados — a de Constituição e Justiça, a de Educação e Cultura e a de Finanças — todos favoráveis.

O contexto do projeto é amplo e abrangente todo um sistema de proteção aos artistas e executantes de obras artísticas, literárias ou científicas, quer quanto à autoria, quer no referente à remuneração, dentro da ideia geral, crescente no mundo contemporâneo, de defesa dos direitos da inteligência e das aptidões reveladas pelo homem.

Qualquer correção, que se imponha, é melhor que resulta da prática do texto, que não será prejudicial, e dando o desenvolvimento, que se está verificando no país, das atividades alcançadas pela proposição.

Por estas razões, opinamos pela aprovação do projeto, cuja redação, entretanto, há de sofrer as correções oportunas, pela Comissão competente.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Edmundo Levy. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 3, de 1966

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei nº 140, de 1965, (nº 2.019-B-64, na Câmara), que prorroga por dois (2) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Partes Práticas.

Relator: Senador Sigefredo Pacheco.

O Projeto em exame visa a prorrogar por dois (2) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959.

A medida tem como objetivo permitir que os Auxiliares de Enfermagem e Partes Práticas continuem prestando os exames de habilitação, de que trata o Decreto-lei nº 3.778, de 22 de janeiro de 1946, pelo prazo de dois anos.

Como bem assinala o relator desta matéria na Comissão de Saúde, Senador Miguel Couto, trata-se de assunto de grande relevo, por isso mesmo suscetível de motivar opiniões divergentes.

Uma coisa, porém, é fato inconteste: a carência de pessoal preparado em cursos regulares tem determinado o recrutamento de elementos práticos que, embora sem qualquer habilitação oficial, se têm revelado capazes e à altura da missão a que se votaram, a onde, não raro, a ausência de títulos é amplamente compensada pela dedicação e amor ao trabalho executado.

Não vemos na proposição qualquer ameaça à existência dos cursos regulares de Enfermagem ou de Auxiliar de Enfermagem, uma vez que, no tempo previsto, nem mesmo dentro das perspectivas mais otimistas, a habilitação de pessoal na forma do presente Projeto poderá suprir a demanda, visto que as necessidades aumentam e se agravam a cada dia.

O sentido prático da medida, ante a nossa realidade atual, não pode, evidentemente, ser obscurecido. Todavia, é preciso que se dê ao critério da habilitação de que no Projeto se trata o cuidado indispensável.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Sigefredo Pacheco, Relator. — Edmundo Levy. — Mem de Sá.

Parecer nº 4, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1965 (nº 50-B-65, na Câmara), que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

Relator: Senador Mem de Sá.

O projeto de lei em apreço regula o exercício da profissão de nutricionista.

É mais uma profissão que se pretende regulamentar em lei, a exemplo de outras que já o foram, ultimamente.

O projeto enquadra-se nos moldes e termos adotados para outras profissões e não há o que objetar à sua aprovação, tendo-se em conta as demais leis já em vigor.

Entendemos necessária, porém, introduzir na proposição as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 — CEC

Ao art. 2º, letra a:

Suprima-se a palavra "equiparadas".

Justificação

Não há razão para se falar, ainda, em escolas equiparadas, visto que este tipo de escola não mais existe, de acordo com a legislação em vigor.

De conformidade, pois, com a supressão proposta, deverão figurar, no texto do projeto, "as escolas oficiais ou reconhecidas".

EMENDA Nº 2 — CEC

Ao art. 3º

Acrescente-se depois das expressões: "... diploma de Nutricionista, ..." as expressões: "ou de Nutrólogo".

Justificação

O Nutricionista é o técnico de nutrição e o Nutrólogo o médico com especialização em assuntos de nutrição. Esta a conceituação constante de parecer do Egrégio Conselho Federal de Educação, ao fixar o currículo mínimo dos cursos de Nutricionistas.

Ora, não obstante o projeto dispor especificamente sobre a profissão e o exercício do Nutricionista, achamos conveniente incluir o Nutrólogo para o caso referido no art. 3º, ou seja, no tocante à obrigatoriedade da apresentação de diploma que habilite o profissional ao exercício e provimento do cargo de Nutricionista, na administração pública.

A não inclusão do Nutrólogo impediria a este especialista o direito de exercer, na administração pública, um cargo que, "a fortiori", exige mais e maiores títulos para ser exercido do que o Nutricionista.

EMENDA Nº 3 — CEC

Ao art. 4º

Transforme-se este artigo em parágrafo único do art. 2º, substituindo-se as expressões "... de que trata o art. 2º, letras a, b e c, ..." pelas: "... de que trata este artigo ..."

Justificação

A emenda visa apenas a atender às exigências da boa técnica legislativa, uma vez que o disposto naquele art. 2º do projeto.

EMENDA Nº 4 — CEC

Ao art. 6º, item 1.

Suprima-se a palavra "secretaria".

Justificação

Não há razão plausível para que o cargo ou função de secretário, nas escolas e cursos de graduação de nutricionistas, seja privativamente exercido por nutricionistas. Entende-se e justifica-se a privatividade para a direção e supervisão das escolas e cursos.

A secretaria, porém, setor de atribuições meramente administrativas e burocráticas, pode, perfeitamente, ser exercida por quem não tenha diploma de nutricionista.

EMENDA Nº 5 — CEC

Ao art. 6º, item 2:

Suprimam-se as expressões finais: "e, ainda, nas empresas particulares".

Justificação

Os cursos de Nutricionistas existentes somente em três Universidades, além do Curso de Nutricionistas de São Paulo, do Instituto Municipal de Nutrição da Guanabara e dos mandados pelo SAPS, bem como os nutricionistas diplomados, são, ainda, insuficientes, no Brasil.

Exigir que apenas nutricionistas diplomados possam planejar, organizar e dirigir serviços de alimentação também nas empresas particulares será criar dificuldades invencíveis às centenas de milhares de empresas privadas que mantêm serviços de alimentação a seus trabalhadores. O Estado deve estimular e facilitar a disseminação desta prática, de tão alto significado para o bem-estar e o melhoramento dos padrões de vida das classes assalariadas.

A disposição, como consta do projeto, ou se tornará letra morta, ou inexequível na imensa maioria das

localidades brasileiras, ou permitirá abusos, impedindo que as empresas particulares possam manter serviços de alimentação a seus trabalhadores.

EMENDA Nº 6 — CEC

Dê-se a seguinte redação ao § 2.º do art. 6.º:

"Nas Universidades, o provimento do cargo de Diretor das Escolas de Nutricionistas obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Universitário.

Justificação

Trata-se de simples emenda de redação, com o objetivo de deixar mais claro o texto da futura lei.

EMENDA Nº 7 — CEC

Ao art. 8.º.

Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 8.º A fiscalização do exercício da profissão de Nutricionistas incumbe ao Conselho Federal de Nutricionistas e aos Conselhos Regionais de Nutricionistas que ficam criados pela presente lei.

§ 1.º A composição destes conselhos, bem como suas atribuições, dentro da esfera das respectivas jurisdições, será regulada pelo Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma e nas condições já existentes para os Conselhos das demais profissões de nível universitário.

§ 2.º Cabe aos Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas, dentro do âmbito de suas respectivas jurisdições, impor penalidades aos infratores da presente lei, exceto no que respeita às pessoas de Direito Público, às quais se aplicará a legislação vigente.

§ 3.º Enquanto não entrarem em funcionamento os Conselhos previstos neste artigo a fiscalização a que o mesmo se refere incumbe, conforme o caso, ao Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia do Ministério da Saúde e aos órgãos regionais desse Serviço.

Justificação

Todas as profissões até hoje regulamentadas em lei têm seus Conselhos Federais aos quais cabe a tarefa de fiscalizar o respectivo exercício. Ademais, com as múltiplas tarefas que já possuem, por lei, não é justo que se cometa ainda aos órgãos regionais da Fiscalização da Medicina e Farmácia o encargo de proceder à fiscalização do exercício da profissão de Nutricionista.

EMENDA Nº 8 — CEC

Ao art. 6.º:

Acrescente-se, depois de "... pelos nutricionistas...", as expressões: "ou nutrólogos"...

Justificação

A emenda arrima-se nas mesmas razões que fundamentam a emenda nº 2 — CEC, acima referida.

Nos termos das emendas acima apresentadas, a Comissão de Educação e Cultura opina pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1965. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Moraes Sá*, Relator. — *Padre Calazans*. — *Sigefredo Pacheco*.

Parecer nº 5, de 1965

Da Comissão de Saúde, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1965, (nº 50-B-63 — na Câmara), que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco.

O Deputado Dirceu Cardoso, considerando que a procura de Nutricionistas, entre nós, é já uma realidade, embora muito recente seja ainda a

compreensão do valor de seu trabalho, apresentou à consideração da Câmara o projeto ora submetido à nossa apreciação e que visa a regular o exercício de tão nobre e tão importante atividade.

Tem sido preocupação dos legisladores, nos últimos anos, regular todas as profissões de cujo exercício dependa, nos limites da atividade de cada uma, o bem-estar social.

Assim se fez com os Assistentes Sociais, Bibliotecários, etc.

Na Comissão de Educação e Cultura, desta Casa, foram apresentados oito (8) emendas à proposição, ora esboçada, de sutis imperfeições, ora acrescentando-lhe expressões necessárias e indispensáveis a um melhor atendimento do fim a que se propõe.

A importância do papel a ser desempenhado pelos Nutricionistas, nos dias presentes, é fato que ninguém mais ousa contestar; daí a oportunidade da presente proposição.

Faço ao exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, com as emendas da Comissão de Educação e Cultura.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1965. — *Dix-Huit Rosado*, Presidente. — *Sigefredo Pacheco*, Relator. — *Eugênio Barros*. — *Walfredo Gurgel*. — *Lopes da Costa*.

Parecer nº 6, de 1966

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 1965 (nº 50-B-63, na Casa de origem), que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco.

O presente projeto dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regulando o seu exercício e prescrevendo normas complementares à essa finalidade.

Assim, o exercício da profissão de Nutricionista ficará adstrito àqueles que possuírem: diploma de nutricionista, expedido, no Brasil, por escolas de formação de nível superior, oficiais ou reconhecidas; diploma de Dietista, de cursos existentes até a data em que o projeto se converter em lei; e diploma resultante de curso realizado no estrangeiro, após revalidação, de acordo com a legislação em vigor.

O provimento dos cargos públicos e das administrações autárquicas, para-estatais, ou de empresas concessionárias de serviço público ou sob intervenção governamental, ficará subordinado à obrigatória apresentação de diploma de Nutricionista, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos.

Firmada a garantia de direitos dos atuais ocupantes de cargos de Nutricionista e Dietista, o projeto especifica as atividades a serem desempenhadas por esses profissionais, admitindo, entanto, o exercício da tarefa de execução dos programas de educação alimentar, por quem não possua o nível exigido, desde que, na localidade, não exista Nutricionista em número adequado.

Com tal contextura, foi a matéria examinada pelas Comissões de Educação e Cultura e de Saúde, tendo, na primeira, recebido 8 (oito) emendas, objetivando situar o assunto em termos de ajustamento com a sistemática legal vigente para outras profissões.

O projeto, como se vê, nas suas amplas implicações, diz respeito a matéria pertencente ao exame da Comissão de Saúde, a qual já se manifestou na espécie, pronunciando-se pela sua aprovação.

Dentro dos aspectos dados a esta Comissão examinar, ou seja: os insertos nos arts. 3º e 5º, nada há que contraindique o acolhimento do projeto, razão por que opinamos pela sua apro-

vação, com as emendas da Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 8 de dezembro de 1965. — *Silvestre Péridies*, Presidente eventual. — *Sigefredo Pacheco*, Relator. — *Miguel Couto*. — *Mello Braga*.

Parecer nº 7, de 1966

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1965, (nº 232-B-65, na Câmara dos Deputados) que aprova o Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, em 19 de novembro de 1964.

Relator: Sr. Argemiro Figueiredo

O presente Projeto de Decreto Legislativo aprova o Acordo Cultural assinado em São José entre o Brasil e a Costa Rica, em 19 de novembro de 1964.

Na exposição de motivos ao Senhor Presidente da República, o Sr. Ministro das Relações Exteriores acentua que o principal objetivo do Acordo é "reforçar e estreitar as relações entre os dois países por meio de ampla cooperação nos domínios literário, artístico, científico, técnico e universitário, e assim contribuir para a consecução do ideal panamericano de maior proximidade e compreensão entre os povos do Continente.

O Acordo obedece às normas comuns dos acordos culturais assinados pelo Brasil com outros países e a sua execução trará resultados práticos de interesse de ambos os países signatários.

Somos, pois, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1966. — *Benedito Valladares*, Presidente. — *Argemiro de Figueiredo*, Relator. — *Ruy Carneiro*. — *Vivaldo Lima*. — *Menezes Pimentel*. — *Pessoa de Queiroz*. — *Oscar Pasos*.

Parecer nº 8, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1965 (nº 232-B-65, na Câmara), que aprova o Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, em 19 de novembro de 1964.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

Com a Mensagem nº 541, de 1965, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, de conformidade com o disposto no artigo 66, inciso I, da Constituição, o texto do Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

2. Conforme esclarece o Ministro das Relações Exteriores, em Exposição de Motivos sobre a matéria, o objetivo do Acordo "é o de reforçar e estreitar as relações entre os dois países, por meio de ampla cooperação nos domínios literários, artísticos, científico, técnico e universitário", fortalecendo o ideal panamericano.

3. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, após estudar a matéria, apresentou, nos termos regimentais, o competente projeto de decreto-legislativo, que foi aprovado naquela Casa do Poder Legislativo.

4. O Acordo, visando a aumentar os contatos culturais entre os dois países, estabeleceu, entre outras providências:

a) promoção do intercâmbio entre as instituições culturais, educativas, científicas, históricas ou técnicas, consagradas à difusão do idioma e dos valores culturais da outra parte;

b) estímulo às relações entre os estabelecimentos de ensino de nível superior, promovendo a permuta de pro-

fessores, os quais deverão ministrar cursos e realizar pesquisas;

c) concessão de bolsas de estudo e pós-graduados, profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos, com a dispensa de formalidades administrativas e do pagamento de quaisquer taxas de matrícula;

d) acolhida para ingresso nas Universidades, dos diplomas de ensino secundário expedidos pelas escolas de ambos os países;

e) reconhecimento da realidade, para o exercício de profissões liberais no país de origem do interessado, dos diplomas e títulos expedidos por institutos oficiais de uma das partes contratantes a cidadãos da outra, desde que satisfeitas as exigências legais e autenticados tais documentos;

f) organização periódica de exposições culturais, técnicas, científicas e de caráter econômico, bem assim, de festivais de teatro, música e cinema;

g) proteção de direitos de propriedade artística, intelectual e científica, originários da outra parte;

h) admissão no e saída do país de instrumentos científicos e técnicos, material pedagógico, obras de arte, livros e documentos que contribuam para o desenvolvimento das atividades compreendidas no Acordo.

5. Para velar pela aplicação do Acordo, será criada uma Comissão Mista, integrada por três representantes de cada parte, que se reunirá, quando necessário, alternadamente, nas Capitais dos respectivos países.

6. Examinado devidamente o Acordo, verifica-se terem sido obedecidas as formalidades cabíveis, inclusive no tocante à reciprocidade de tratamento, estando o seu texto, portanto, em condições de ser ratificado.

7. Diante do exposto, a Comissão de Educação e Cultura opina pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1965.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 1965. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Edmundo Levy*, Relator. — *Sigefredo Pacheco*. — *Josaphat Marinho*.

Parecer nº 9, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1965 (nº 232-B, de 1965, na Casa de origem), que aprova o Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Relator: Sr. Sigefredo Pacheco.

O Sr. Presidente da República, de acordo com o art. 66, inciso I, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, com a Mensagem nº 541, de 1965, o texto do Acordo Cultural, assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, a 19 de novembro de 1964.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a referida Mensagem, lê-se o seguinte esclarecimento sobre os propósitos do Acordo:

"O objetivo precípuo do citado Acordo é o de reforçar e estreitar as relações entre os dois países, por meio de ampla cooperação nos domínios literários, artísticos, científico, técnico e universitário, e assim contribuir para a consecução do ideal panamericano de maior proximidade e compreensão entre os povos do Continente".

O Convênio de Intercâmbio Cultural Brasil-Costa Rica é constituído de 15 artigos, que disciplinam as obrigações recíprocas a que se submetem os Estados convenentes.

Vale serem destacadas, nesse passo, dentre as várias medidas que serão adotadas pelos dois países, as que in-

Orçamentário a concessão de bolsas de estudos; estimularão as relações entre estabelecimentos de ensino de nível superior; darão validade aos diplomas científicos, profissionais, técnicos e artísticos, para efeito de matrícula em cursos ou estabelecimentos de especialização ou aperfeiçoamento; patrocinarão a organização periódica de exposições culturais, técnicas, científicas e de caráter econômico, bem como de festivais de teatro, de música e de cinema documentário e artístico; e protegerão os direitos de propriedade artística, intelectual e científica originária da outra parte.

A aplicação do Convênio será fiscalizada por uma Comissão Mista, integrada por três representantes de cada parte contratante, que se reunirá, quando necessário e alternadamente, nas capitais dos respectivos países.

Do exposto, verifica-se a importância do Acordo que ora é submetido à consideração do Congresso Nacional, à vista das profícuas providências recomendadas à adoção pelos países contratantes, todas elas de absoluto interesse recíproco, pelo sentido que revestem de defesa da cultura e do progresso tecnológico.

Assim, dando o nosso acolhimento ao Acordo em exame, opinamos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1965. — *Argemiro Figueiredo*, Presidente. — *Sigefredo Pacheco*, Relator. — *José Ermirio* — *Wilson Gonçalves* — *Menezes Pimentel* — *Jagúlio Barros* — *Lino de Lattos* — *Bezerra Neto* — *Pessoa de Queiroz*.

Parcecer nº 10, de 1965

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1965 (nº 219-B-65, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo Comercial firmado, em 13 de maio de 1965, em Monróvia, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria.

Relator: Sr. Ruy Carneiro

O Senhor Presidente da República, em mensagem de agosto deste ano, submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Acordo Comercial firmado em Monróvia, entre o Brasil e a República da Libéria.

Esse Acordo é resultado da visita de uma Missão Comercial brasileira a países da África subafricana, onde verificaram a existência de vasto mercado para as exportações de produtos nacionais, desde produtos primários a manufaturas pesadas.

Informa o Itamarati que ao retornar ao Brasil havia realizado transações de valor aproximado de meio milhão de dólares e, pendentes de providências de nossa parte, operações comerciais que montavam a mais de dois milhões de dólares. O presente Acordo está entre as providências indispensáveis à concretização de muitas transações a serem realizadas com a Libéria.

Neste o presente momento, o comércio entre os dois países tem sido insignificante. Em 1962, as exportações brasileiras para a Libéria representavam 84 mil dólares; em 1963, caíram para 650 dólares, e no ano passado não ultrapassaram a 4 mil dólares. Segundo as observações da referida Missão comercial brasileira, poderemos colocar no mercado libiano, ainda em 1965, cerca de 300 mil dólares.

É ponto pacífico que desde há muito o Brasil deveria voltar sua atenção para os países africanos. Uma política agressiva naquele Continente é de irreversível importância para ampliar o nosso mercado de exportação.

Nessas condições, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo ora em exame.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1965. — *Benedito Valdearraz*, Presidente. — *Pessoa de Queiroz*, Relator. — *Argemiro Figueiredo* — *Vitaldo Lima* — *Oscar Passos* — *Menezes Pimentel*.

Parcecer nº 11, de 1965

Da Comissão de Indústria e Comércio, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1965 (Projeto de Decreto Legislativo nº 219-B-65, na Câmara), que aprova o texto do Acordo Comercial firmado em 13 de maio de 1965 em Monróvia, entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Libéria.

Relator: Sr. Atílio Fontana.

A apreciação desta Comissão é submetida o Acordo Comercial firmado em 13 de maio de 1965 em Monróvia entre o Brasil e a República da Libéria, eficiente instrumento visando à ampliação de nosso comércio exterior mediante a conquista de novos mercados consumidores.

Em linhas gerais estão consubstanciados no Acordo os seguintes pontos:

a) as Partes Contratantes concedem-se, mutuamente, o tratamento de nação mais favorecida, com as ressalvas quanto às uniões aduaneiras e zonas de livre comércio de que façam ou venham a fazer parte;

b) os pagamentos serão efetuados exclusivamente em moeda conversível;

c) compromisso de ambos os países no sentido de estimularem de todas as formas o intercâmbio comercial recíproco, determinando medidas para remoção de entraves burocráticos, bem como a realização de exposições, etc.;

d) criação de uma Comissão Mista para resolução de eventuais dificuldades que surjam na aplicação do Acordo;

e) permite a reexportação de produtos originários de uma das Partes Contratantes para terceiro país, salvo estipulação em contrário do país de origem;

f) a fim de assegurar às Partes inteira liberdade de ação, o Acordo não inclui qualquer lista de produtos.

O desenvolvimento de nosso País exige a adoção de uma política agressiva, no que se refere ao comércio internacional. Para a África, notadamente a região subafricana, devemos voltar nossas vistas, com grande proveito para nós e para aqueles países que o após guerra trouxe para o concerto das nações independentes.

Somos, assim, pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 1965. — *José Feliciano*, Presidente. — *Atílio Fontana*, Relator. — *Lopes da Costa* — *Sebastião Archer* — *Barros de Carvalho*.

Parcecer nº 12, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça (3º pronunciamento) sobre o projeto de lei do Senado que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

É de autoria do ilustre Senador Guido Mondim o projeto que, pela terceira vez, vem a esta Comissão. Na primeira oportunidade, foi relatado pelo eminente Senador Argemiro de Figueiredo, cujo parecer mereceu a concordância dos seus pares; posteriormente, em virtude de emenda substitutiva da Comissão de Educação e Cultura, tornou a de Justiça para o exame regulamentar a cargo do relator primitivo. Agora, a análise diz respeito a uma emenda apresentada em

plenário pelo ilustre autor da proposição, quando se discutiria a redação.

2. A emenda em foco manda acrescentar, no texto proposto para o artigo 13 do diploma alterando, em seguida, a palavra hasteada, as seguintes: nos dias de festa ou luto nacional. A justificativa explica: "Trata-se de sanar uma omissão evidente. As palavras em questão figuram tanto no artigo 13 do Decreto-lei nº 4.545 como no texto proposto pelo projeto para substituí-lo".

3. Com efeito, da compulsação do processo, correu-se que as palavras cuja inclusão se reclama não se encontram no texto por simples omissão material: contavam elas do dispositivo da lei a ser alterada, foram reproduzidas na nova redação proposta no projeto e o parecer da Comissão de Educação e Cultura lhes faz referência, em mais de uma passagem, sem que em nenhuma oportunidade a elas se oponha. Em verdade a ausência de tais palavras no texto torna vago, impreciso, o ato que o projeto pretende melhorar regular. "Será a Bandeira Nacional, obrigatoriamente, hasteada em todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, nas entidades sindicais, nos estabelecimentos particulares colocados sob a fiscalização oficial e, bem assim, em quaisquer outras instituições particulares de assistência, letras, artes, ciência e desportos". Mas quando? Em que oportunidades? Nos dias festivos? Ou somente nos dias feriados? A emenda visa a responder a essas indagações, tornando o texto preciso, claro e exequível como desejado. Nada há que se lhe oponha.

Mas, a rigor, julgamos que a questão teria encontrado solução mais simples se a dita Comissão de Redação, dando pela falha, houvesse consultado a egrégia Comissão de Educação e Cultura, em cujos trabalhos materiais ocorreu o lapso.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1965. — *Afonso Arinos*, Presidente. — *Edmundo Levi*, Relator. — *Jefferson de Aguiar* — *Bezerra Neto* — *Heribaldo Vieira* — *Josaphat Marinho* — *Argemiro Figueiredo* — *Aloyzio de Carvalho*.

Parcecer nº 13, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre a emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e das outras providências.

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

Ao figurar em Ordem do Dia para votação da redação do vencido, o presente projeto de lei, do Senado, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais, recebeu emenda de seu próprio autor, Senador Guido Mondim, mandando acrescentar-lhe as seguintes expressões: "nos dias de festa ou luto nacional".

A proposição já foi exaustivamente apreciada por esta Comissão, que lhe ofereceu um Substitutivo, o qual passou a constituir o texto aprovado pelo Senado.

A emenda do eminente Senador Guido Mondim tem inteira procedência, uma vez que se destina apenas a corrigir um evidente lapso ocorrido quando da feitura da emenda substitutiva e que passou, igualmente, despercebido pela Comissão de Redação.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1965. — *Menezes Pimentel*, Presidente. — *Sigefredo Pacheco*, Relator. — *Edmundo Levy* — *Mem do Sá*.

Parecer nº 14, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre Projeto de Lei do Senado nº 29-65, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

De autoria do ilustre Senador Bezerra Neto, o projeto em exame tem por fim alterar o valor do depósito prévio para efeito de recurso fixado no parágrafo único do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho.

2. Atualmente, de conformidade com a redação introduzida pela Lei nº 2.244-54, o dispositivo, cuja modificação se determina, fixa o valor em vinte mil cruzeiros. Mas, conforme explica o eminente autor, tal alçada "tornou-se inexpressiva como medida coercitiva e definidora de repercussão de condenações na Justiça do Trabalho".

3. Como se vê, a proposição pretende atualizar o dispositivo; e, da conferência dos arts. 97 e 122 do Estatuto Magnífico, conclui-se que não incide em condenação de ordem constitucional, como também não padece de eiva de injuridicidade. Ademais, trata-se de mínima alteração de um único artigo sem repercussão na sistemática da legislação em vigor.

Nada obsta, pois, a tramitação do projeto no que concerne ao aspecto interessante a este órgão, cabendo porém, à dita Comissão de Legislação Social dizer da sua conveniência.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1965. — *Menezes Pimentel*, Presidente eventual. — *Edmundo Levy*, Relator. — *Oscar Passos* — *Aloyzio de Carvalho* — *Josaphat Marinho* — *Heribaldo Vieira*.

Parecer nº 15, de 1966

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1965, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A proposição é de autoria do ilustre Senador Bezerra Neto. Tem por objeto o parágrafo único do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho. E visa a ampliar a faixa dentro da qual não será permitido recurso, na Justiça do Trabalho, sem prévio depósito, do valor da condenação.

2. A ideia, se bem que digna de apreço, não deve, por enquanto, ter prosseguimento. Altera, isoladamente, uma orientação legal. Afigura-se-nos prudente o sobrestamento do projeto, que deverá ser apreciado oportunamente, por ocasião dos estudos relativos ao projeto de Código do Trabalho cuja remessa ao Congresso o Executivo pretende fazer, segundo tem anunciado por mais de uma vez.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1965. — *Vitaldo Lima*, Presidente. — *Edmundo Levy*, Relator. — *Walfrido Gurgel* — *Heribaldo Vieira* — *Eugênio Barros* — *Eurico Rezende*, vencido.

PARECER Nº 16, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1965, que institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modificando a Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim dispõe, em seu art. 47:

"Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos em nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino".

O presente projeto acrescenta ao artigo a seguinte alínea:

d) artístico.

O projeto transforma, também, o parágrafo único do artigo, nos dois parágrafos abaixo:

"§ 1º Serão formados no curso técnico de nível médio, o ator, o contra-regista, o cenotécnico e o sonoplasta, cabendo ao Conselho Federal de Educação fixar a duração e o currículo mínimo dos cursos.

§ 2º Os cursos técnicos em nível médio, não especificados nesta lei, serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino".

A proposição institui, ainda (artigo 2º), no ensino artístico de nível médio, o curso pré-técnico de um ano e determina (art. 3º) que os cursos artísticos, no seu nível superior, serão integrantes do sistema universitário brasileiro.

II — O autor do Projeto, Senador Bezerra Neto, justifica-o devidamente, lembrando estarmos "atrasadíssimos em matéria de fomento às atividades das artes, notadamente do teatro e do cinema" e, mais, que "teatro, cinema e música são meios de implantação para uma política de desenvolvimento".

III — O exame do mérito da medida é, como se vê, da alçada da Comissão de Educação e Cultura.

No que nos compete, devemos cingir-nos aos aspectos constitucionais e jurídicos da matéria e, deste ângulo, nada vemos que possa invalidar a iniciativa do ilustre Representante matogrossense, eis que ela se inscreve nas atribuições da União, a quem compete (art. 5º, XV, letra "d") legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

IV — Somos, portanto, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1965. — Afonso Arinos, Presidente — Menezes Pimentel, Relator — Aloysio de Carvalho — Heribaldo Vieira — Josaphat Marinho — Jefferson de Aguiar — Ruy Carneiro — Edmundo Levi.

Parecer nº 17, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1965, que institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modificando a lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senador Bezerra Neto, pretende modificar o art. 47 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação, no sentido de lhe acrescentar, além dos cargos industrial, agrícola e comercial, nele previstos, mais o artístico.

O autor justifica corretamente sua proposição mostrando que recente lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, dispôs sobre cursos de teatro e regulamentou diversas categorias profissionais correspondentes, incluindo o Diretor de Teatro, o Cenógrafo e o professor de Arte Dramática, entre os que devem ser formados em cursos de nível superior, e determinando que as demais, ator, contra-regista, cenotécnico e sonoplasta, devem ter seus titulares formados em cursos técnicos de nível médio, organizados de acordo com o preceito da Lei nº 4.024, acima citado.

Ocorre, porém, que este artigo da lei não prevê o ensino artístico, de maneira expressa, entre os cursos de grau médio. Para suprir a lacuna, o projeto ora em exame propõe que se

lhe adite como letra d) este curso. Acrescenta que nele serão formados o ator, o contra-regista, o cenotécnico e o sonoplasta, cabendo ao Conselho Federal de Educação, fixar a duração e o currículo mínimo dos cursos.

Sugere, ainda, a criação, no ensino artístico de nível médio, de um curso pré-técnico de um ano, em que serão ministradas disciplinas específicas do ensino técnico, a critério e regulamentação do aludido Conselho.

Pôsto que o projeto pareça conveniente e bem delineado, entendemos necessária a audiência prévia do Conselho Federal de Educação sobre a matéria, seguindo orientação que se nos afigura indispensável: a de solicitar a manifestação daquele órgão, sobre todas as proposições versando assuntos de ensino e educação.

É a diligência que requeremos, como preliminar.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente — Mem de Sá, Relator — Josaphat Marinho — Antônio Jucá.

Parecer nº 18, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei do Senado, número 28, de 1965, que institui o curso artístico no ensino técnico de grau médio e dá outras providências, modificando a lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Relator: Sr. Mem de Sá.

Em 24 de junho último, decidiu esta Comissão, aprovando parecer de que fui relator, solicitar audiência prévia do Conselho Federal de Educação, seguindo orientação que nos parece indispensável: — a de pedir a manifestação daquele órgão, sobre todas as proposições versando assuntos de ensino e educação.

Agora, com ofício de 11 de outubro, o Sr. Ministro da Educação, remete ao Senado Federal nada menos de três pareceres do colendo Conselho versando a matéria que o Projeto de Lei nº 28, de 1965, do nobre Senador Bezerra Neto, visa a regular. O primeiro deles, de nº 847-65, de 14-9-65, responde diretamente a consulta desta Comissão, referindo-se especificamente ao ilustre Senador matogrossense, o segundo e terceiro, de números 51-64 e 727-65, de 13-3-64 e 12 de julho de 1965, tratam da mesma matéria, sendo que o último responde consulta formulada pelo Conservatório Nacional do Teatro propondo a criação de cursos de grau médio para a formação de atores, cenotécnicos e contra-registas, nos termos da Lei número 4.631, de 1965 — que foi, precisamente, a que inspirou o projeto do Senador Bezerra Neto, como se vê claramente de sua justificação (folhas dois.)

Os três pareceres do Egrégio Conselho Federal de Educação demonstram, cabalmente, que o projeto é desnecessário e não convém ser aprovado. Passamos a transcrever os trechos capitais dos citados pareceres que bem fundamentam a conclusão do Conselho.

I — PARECER Nº 847, DE 14 DE SETEMBRO DE 1965

(Relator: Celso Kelly)

"O Sr. Senador Vicente Bezerra Neto apresentou projeto de lei, para o efeito de ser alterado o art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases, acrescentando aos diferentes ramos do ensino técnico o ensino artístico. E particulariza no § 1º:

"Serão formados nos cursos técnicos de nível médio o ator, o contra-regista, o cenotécnico e o sonoplasta, cabendo ao Conselho Federal de Educação fixar a duração e o currículo mínimo dos cursos."

2. Não se faz necessária a pretensão de lei. Além disso, o projeto fere apenas um aspecto do ensino artístico, que é o relacionado com o teatro. Restaria admitir os ramos ligados à música, às artes plásticas, ao cinema, ao rádio, à televisão, a outros setores da criação estética, em nível médio. E, mais ainda, poder-se-ia considerar, não no plano dos cursos técnicos, mas no secundário propriamente dito, uma variação dominantemente artística, quer pela função "formadora" das artes, quer para quantos pretendessem o seu conhecimento e domínio, sem ser para fins de aplicação profissional.

3. Limitando-se a cursos relacionados a teatro, ainda aí o projeto aplica a cursos médios a sistemática que a Lei de Diretrizes de Bases instituiu para os cursos superiores, em seu art. 70, a qual difere dos preceitos gerais, pela mesma lei instituídos com relação aos cursos de grau médio. Todavia, recente lei, a de nº 4.641, de 27 de março de 1965, regulamentou as carreiras de teatro e indicou a modalidade dos cursos de preparação de atores, cenotécnicos, sonoplastas e contra-regista, em seu art. 3º, entendida como a prevista no parágrafo único do art. 47: "serão regulados nos diferentes sistemas de ensino."

4. O Parecer nº 727, de 65, considerou a matéria, em atendimento a proposta do Conservatório Nacional de Teatro, entidade federal, razão porque encaminhou, juntamente com o parecer, o projeto de regulamentação dos cursos em questão, que no caso, lhe cabia propor, por integrarem o sistema federal. O Parecer nº 51, de 64, considerou outras modalidades do ramo artístico.

5. Em conclusão, com o devido respeito que o projeto nos causa, e a Câmara do Ensino Primário e Médio de parecer que não se torna necessária sua conversão em lei, por já se encontrar o problema perfeitamente delineado, cabendo aos Estados a regulamentação de tais cursos — quando tenham pertinência com as artes e sejam de grau médio.

II — PARECER Nº 51, DE 13 DE MARÇO DE 1964

(Relator: Pe José Vasconcelos)

O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, cumprindo resolução do II Simpósio de Educação e Cultura Musical, realizado em setembro de 1963 no Rio de Janeiro, submete à consideração do Sr. Ministro da Educação e Cultura, por intermédio do CFE, um projeto de Portaria, "destinada à instituição, no ensino secundário, do Ciclo Artístico, para os candidatos ao estudo da Música e das Belas Artes."

A Portaria, depois de estabelecer que "o ciclo artístico ora criado será diversificado tendo em vista os Cursos Superiores a Música e Belas Artes", indica as disciplinas que constituiriam as três séries do "Ciclo Colegial de Música."

1. Apresso-me a observar que não se requer, nem se recomenda, nenhum decreto ou portaria para criar-se um ciclo artístico no colégio; seguindo a indicação aprovada por este Conselho para os currículos de ensino médio, as escolas do sistema federal o podem instituir com o currículo ora apresentado pela Ordem dos Músicos, bastando para isso que escolham, entre as disciplinas complementares e optativas, as que sirvam a esta finalidade. Já as escolas vinculadas aos sistemas estaduais dependerão do que dispuserem os respectivos Conselhos de Educação, competentes para organizar o ensino médio no âmbito de seus estados, respeitadas apenas as disciplinas indicadas pelo CFE para todos os sistemas de ensino.

O assunto é, pois, mais da alçada destes Conselhos. No entanto, como registra a informação no processo, a representação da Ordem dos Músicos tem o mérito de ensinar ao CFE o exame de importante questão cultural e pedagógica.

2. O eminente Cons. Clóvis Salgado, ao relatar Parecer sobre os currículos mínimos dos cursos superiores de música, situou também, com muita clareza, os problemas do ensino da música em nível médio. Diz S. Ex.º:

Em nível médio, a música se ensina:

a) como prática educativa nas escolas médias. "O Canto Orfeônico", quando incluído (no currículo das mesmas), deveria sê-lo, não como disciplina, mas como prática educativa;

b) como modalidade do ensino secundário, organizando-se um ciclo colegial com ensino de música. "Trata-se de educação musical, sem intenção profissional; formalmente os concluintes prosseguirão qualquer curso superior;"

c) como ensino sistemático e progressivo, de caráter profissional, sob duas modalidades:

1º — o chamado primeiro ciclo (ciclo preparatório ou fundamental), da escola superior de música, feito muitas vezes em cursos livres e com professor particular;

2º — a escola técnica de música, para a formação de executantes, que não existe ainda, mas poderá ser criada nos diversos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 47 da LDB. (Cfr. Parecer nº 183, in Documenta nº 11, pag. nº 50.)

3. A intenção da Ordem dos Músicos do Brasil, manifestada no documento encaminhado ao CFE, é que estructure a 3ª hipótese (letra "b") do Parecer Clóvis Salgado, ou seja, que os adolescentes encontrem nos cursos de ensino secundário uma possibilidade maior de formação artística, sem prematuro engajamento profissional. "Educação musical, sem intenção profissional."

Válho-me, ainda uma vez, da excelente informação do Sr. Secretário-Geral, no processo: "A educação de grau médio — deve-se insistir nessa idéia — é predominantemente "formativa" da adolescência, uma educação para amadurecimento dos jovens, e, a esse respeito, a contribuição das artes oferece sobretudo aos que tem vocação — as melhores e mais ricas possibilidades. Amadurecidos uns com predomínio das ciências, outros com predomínio das técnicas profissionais, outros enfim com predomínio das artes — todos reunidos "enriquecem" a comunidade, graças a essas benéficas variações em sua formação básica."

4. Sob o ângulo da validade do curso, o essencial é que se observem, além das normas comuns a todo o ensino médio (sobretudo as do art. 38), as seguintes exigências do art. 6 da LDB:

"Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas serão ensinadas "oito disciplinas", das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série."

A título meramente de exemplo, vários quadros acompanham este Parecer. Sempre dentro das exigências do art. 46, com as disciplinas ali relacionadas se poderão compor novos tipos de currículo, reduzindo-se, o ex., a uma disciplina optativa. Além disso, no quadro, todas as séries estão com 6 disciplinas; caso pareça insuficiente a presença de algumas delas numa única série do ciclo, poderá ser dada em ambas as séries (e também na 3ª), completando-se, assim o número máximo previsto na lei, que é de 7 para cada série.

Para se organizar a 3ª série deste ciclo colegial, tenham-se presentes as exigências do § 2º do art. 46 da LDB e o art. 4º da Indicação do CFE sobre os currículos de ensino médio:

"A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que, vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e complementará, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colegios universitários" (Art. 46, § 2º.)

"Constituirão o estudo da 3ª série do 2º ciclo quatro disciplinas, no mínimo, e seis, no máximo, incluindo-se entre elas, obrigatoriamente, a língua portuguesa" (Documento nº 1, pág. número 15).

Por se tratar basicamente de um ciclo menos profissional que artístico, ciclo que não se destina obrigatoriamente a nenhum curso posterior não se justifica a exigência de conclusão de outros cursos (que não os do ciclo ginásial) para ingresso neste ciclo colegial; nem tem aplicação no caso, a nosso ver, o art. 28 alínea g da Lei nº 3.857, de 22-12-1960 transcrita na representação do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil.

Além do mais, o currículo proposto se destina à formação do adolescente tanto no campo das artes rítmicas como das artes plásticas, e não somente à formação musical, como os quadros anexos comprovam.

5. Resta acrescentar, colhendo a oportunidade, que os cursos de arte de nível médio, ministrados na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil e os que, de caráter livre, são dados na Escola Nacional de Belas Artes, muito teriam a lucrar se conformassem com os artigos 47 e 48 da Lei de Diretrizes e Bases, pois que se articulariam harmoniosamente na sistemática da LDB no Setor do ensino médio, facilitando não pouco aos alunos o ingresso em qualquer escola de nível superior.

Como conclusão, a Comissão de Ensino Primário e Médio é de parecer que os colégios vinculados ao sistema federal podem instituir, no curso secundário, o Colégio Artístico, nos termos das considerações acima expostas.

III — PARECER Nº 727-65, DE 12 DE

JULHO DE 1965

(Relator: Celso Kelly)

O ensino médio admite, dentre outros, os seguintes ramos fundamentais:

- a) ensino secundário;
- b) ensino técnico;
- c) ensino normal

O ensino técnico abrange:

- a) curso industrial;
- b) curso agrícola;
- c) curso comercial;

E mais outros cursos técnicos de nível médio não especificados na L.D.B., os quais "serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino" (parágrafo único do art. 47).

O Conservatório Nacional de Teatro, através do Serviço Nacional de Teatro, encaminha proposta de criação dos cursos de grau médio para a formação de atores, cenotécnicos e contra-regras, nos termos da Lei nº 4.641, de 1965, que regulamentou as carreiras ligadas ao Teatro (art. 3º). Aíla poderla ser entendido como ramo outro, além do secundário, técnico e normal (art. 34).

Devem-se, pois considerar tais cursos como novas modalidades de cursos técnicos de nível médio não regulados pela L.D.B. Não se trata das modalidades ali previstas, a que se aplicam obrigatoriamente os dispositivos do art. 49 daquela lei, essenciais aos cursos industrial, agrícola e comercial.

Esses novos ramos de ensino médio oferecem plena equivalência em relação aos cursos colegiais em geral.

Tratando-se de curso no sistema federal, cabe-nos opinar, já agora quanto à sua regulamentação, a ser baixada por ato do Ministro da Educação. Cursos para idêntico fim, que não sejam mantidos pela União dependerão da regulamentação a ser feita pelos Conselhos Estaduais ou pelo do Distrito Federal.

A Câmara de Ensino Primário e Médio submete à alta apreciação do Sr. Ministro a regulamentação anexa. Quanto à criação eativa desses cursos no Conservatório Nacional de Teatro, dependerá das providências administrativas adequadas".

Diante da douda argumentação dos pareceres transcritos a Comissão de Educação e Cultura se vê forçada, embora louvando a alta intenção de seu ilustre autor, a dar parecer contrário à aprovação do projeto de lei número 28, de 1965.

Sala das Comissões, em 9 de dezembro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Edmundo Levy. — Sigefredo Pacheco.

Parecer nº 19, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de lei do Senado nº 10, de 1965, que dispõe sobre inscrição em concurso de habilitação para matrícula nas faculdades de filosofia, ciências e letras, a professores do ensino de grau médio.

Relator: Sr. Josaphat Marinho

1 — Por este projeto, de autoria do nobre Senador Adalberto Sena, "pelo prazo de quatro anos, a partir da época de exames do ano vindouro, será permitida inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das faculdades de filosofia, ciências e letras, a professor de ensino de grau médio registrado em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura" (art. 1º).

Ainda segundo a proposição, "o Ministério da Educação e Cultura estabelecerá as condições para a inscrição facultada", no que considerará "a correlação entre as matérias constantes do registro de professor e o conteúdo curricular de cada curso" (parágrafo único do art. 1º).

2 — A justificação reconhece que o projeto abre uma exceção ao "vigente regime de articulação entre os cursos de ensino médio e superior". Declara, entretanto, justa a exceção "em face da baixa percentagem ainda verificada, em nosso país, de professores com formação de nível universitário".

3 — Certo, o fato invocado é merecedor de apreciação. Ainda em 1964 o examinou o Conselho Federal de Educação, em parecer sobre proposta da Faculdade de Filosofia e Letras de Bittacatu, semelhante ao que sugere o projeto. "O que se pretende — salientou o parecer que a justificação transcreve — é restabelecer o princípio do Decreto-lei nº 8.195, de 20 de novembro de 1945, que de fato permitia tal exceção. A nosso ver, as razões que levaram o governo de então a expedir aquele diploma legal ainda persistem no momento, após decorridos quatro lustros. Atualmente, não mais de 27% dos professores do ensino médio exibem formação regular de nível superior; e se o "professor registrado" pretende atingir a licenciatura, não vemos como negar-lhe oportunidade para fazê-lo e, sobretudo, como deixar de nela reconhecer a maturidade intelectual que se reconhece em seus alunos".

4 — Contudo, a emenda proposta ao Regimento daquela Faculdade não foi aprovada, porque o Conselho, ao lado das ponderações expostas, acrescentou: "Esta razão de ordem social e pedagógica não encontramos, porém, correspondência na legislação em vigor. O art. 69, letra a, da L.D.B. é bastante incisivo ao exigir que os candidatos

ao concurso de habilitação "hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente". Assim, enquanto vigente este dispositivo, não há como admitir exceções, por mais fortes que sejam os seus motivos de justiça ou conveniência".

5 — Em verdade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20-12-1931) prescreve, no art. 69 a, que "nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados cursos de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação".

A lei, pois, é limitativa.

6 — Mas, no regime constitucional brasileiro a lei de caráter orgânico, a exemplo da de diretrizes e bases da educação, é de categoria equivalente, inclusive pelo processo de elaboração, a qualquer lei ordinária — o que já não ocorre em outros países, como na França (Const. 1958, art. 46).

A constituinte de 1946 timbrou, mesmo, em não qualificar os tipos de lei que previu. Domina o texto consagrado a referência à lei, genericamente considerada.

7 — Em consequência, do, ângulo constitucional e jurídico, o projeto pode ter curso regular. A exceção proposta pode ser estipulada em lei comum.

Da conveniência, ou não, de adotar-se a medida, cabe à Comissão de Educação e Cultura opinar, ouvindo, como parece adequado (Lei nº 4.024, artigos 6º e 7º), o Ministério da Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965. — Aloysio de Carvalho, Presidente eventual. — Josaphat Marinho, Relator. — Jefferson de Aguiar. — Ruy Carneiro. — Argemiro Figueiredo. — Antônio Balbino. — Heribaldo Vieira. — Edmundo Levy.

Parecer nº 20, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura, ao projeto de lei do Senado nº 13, de 1965, que permite, pelo prazo de quatro anos, a inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos de Filosofia, Ciência e Letras, a professor do ensino médio registrado em órgão competente do MEC.

Relator: Sr. Mem de Sá

O projeto de lei nº 10, do corrente ano, de autoria do nobre Senador Adalberto Sena, tem por objetivo permitir, pelo prazo de 4 anos, a inscrição, em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a professores de ensino de grau médio registrados em órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

A proposição se acha excelentemente justificada. Mostra ela a procedência da exceção que o projeto estabelece, a fim de permitir, por prazo relativamente restrito, que não seja exigida, para professores de ensino de grau médio, já registrado no MEC, o requisito da conclusão do ciclo colegial ou equivalente, imposto pelo artigo 69, letra a) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para a inscrição nos concursos de habilitação para matrícula em Faculdades de Filosofia.

Cita, especialmente, o autor, o parecer nº 224-64, do Conselho Federal de Educação, pelo qual se depreende que este órgão acolhe com simpatia a providência.

A douda Comissão de Constituição e Justiça ofereceu parecer favorável, quanto aos aspectos que são de sua competência, à tramitação do projeto lembrando, porém, a conveniência da audiência prévia do Ministério da Educação.

Não obstante o citado parecer do Conselho, parece-nos prudente, como

sugere a Comissão de Constituição e Justiça — e a fim de não quebrar norma que se nos afigura indispensável — solicitar manifestação expressa daquele Conselho, que é o órgão por lei capacitado a se pronunciar sobre todas as proposições concernentes ao ensino e à educação.

E' o que solicita a Comissão de Educação e Cultura, antes de emitir parecer definitivo sobre a matéria.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Arnon de Mello. — Antônio Jucá.

Parecer nº 21, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1965, segundo o qual, pelo prazo de 4 anos, será permitida inscrição em concurso de habilitação para matrícula nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a professor de ensino de grau médio, registrado em órgão competente no Ministério da Educação e Cultura.

Relator: Sr. Mem de Sá

Em 19 de maio do corrente ano, esta Comissão decidiu solicitar prévia manifestação do Conselho Federal de Educação sobre o projeto de lei, cuja ementa, acima transcrita, bem revela o objetivo.

Dirigido ofício ao Sr. Ministro da Educação, em 3 de junho, e reiterado o pedido em 3 de agosto, até a presente data não recebeu a Comissão qualquer resposta, quer do Ministério, quer do Conselho.

Urge, pois, decidir à revelia desses órgãos, já que eles não se mostraram interessados em ser ouvidos.

O projeto de autoria do nobre Senador Adalberto Sena, permite que, pelo prazo de 4 anos, possam inscrever-se nos concursos de habilitação para matrícula nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, os professores de ensino de grau médio, registrado em órgão competente do MEC.

Atualmente, a lei de Diretrizes e Bases da Educação, no art. 69, letra a) impõe que os candidatos a esses concursos de habilitação hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente.

O projeto entretanto, não pretende senão restabelecer, a título excepcional, a faculdade que o decreto-lei número 8.195, de 20-11-1945 estipulou de maneira permanente ao dispensar da prova da conclusão dos cursos fundamental e complementar, ou de um dos cursos de colégio, "os professores já registrados no Departamento Nacional de Educação, com exercício eficiente por mais de três anos" etc.

Ora, o próprio Conselho Federal de Educação, em parecer do ano de 1964, respondendo consulta que lhe dirigira a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu (SP), no mesmo sentido, demonstrou francamente sua simpatia pela fórmula. Declara este parecer, textualmente: "A nosso ver, as razões que levaram o Governo de então (de 1945) a expedir aquele diploma legal (Decreto-lei nº 8.195) ainda persistem no momento, após decorridos quatro lustros. Atualmente, não mais de 27% dos professores do ensino médio exibem formação regular de nível superior; e se o professor registrado pretende atingir a licenciatura, não vemos como negar-lhe oportunidade para fazê-lo e, sobretudo, como deixar de nela reconhecer a maturidade intelectual que se reconhece em seus alunos". (os grifos são nossos).

Depois de assim claramente demonstrar o seu apoio à tese, o parecer do Conselho nega aprovação à proposta da Faculdade de Botucatu, apenas porque "estas razões de ordem social e pedagógica não encontram, porém, correspondência na legislação em vi-

gor". O art. 69, letra a) da L.D.B. é bastante incisivo ao exigir que os candidatos ao concurso de habilitação "Hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente". Assim, enquanto vigente este dispositivo, não há como admitir exceções, por mais fortes que sejam os seus motivos de justiça ou conveniência".

Patente está, portanto, que o Conselho Federal da Educação aprova uma lei como a que o projeto propõe, por fundamentos sociais, de justiça, pedagógicos e de conveniência.

Esta Comissão dá, por isso, seu parecer favorável ao projeto de lei número 10, de 1965, apenas lhe propondo a seguinte emenda, de forma:

EMENDA Nº 1 — CEC

Dê-se a seguinte redação ao começo do art. 1º:

Art. 1º Pelo prazo de cinco anos, será permitida inscrição ... etc ...

Justificação

A emenda apenas propõe outra redação ao princípio do artigo, sem lhe alterar o objetivo.

Sala das Comissões, em 9 de dezembro de 1965. — *Menezes Pimentel, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Edmundo Levy — Sigefredo Pacheco.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Acna-se presente o Sr. Domício Gondim Barreto, suplente convocado para preencher a vaga existente na representação da Paraíba, em virtude de haver o respectivo titular, Sr. Senador João Agripino, assumido o exercício do cargo de Governador daquele Estado.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Excia. passará a participar dos trabalhos da Casa, dispensado do compromisso regimental, visto já o haver prestado ao ensejo de sua primeira convocação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, requerimentos de informações que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 4, de 1966

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Requero, nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto do Alcool e Açúcar o seguinte pedido de informações:

1 — Se o Instituto tem conhecimento de que os canaviais situados no espinhaço da Serra do Mar, região que vai do Morro do Sapucaia, no município de Gravataí, até o município de Torres, no Rio Grande do Sul, sofreram nestes três últimos anos o ataque de uma doença de que somente agora se refazem mas que em muito fez diminuir a produção;

2 — se o Instituto, apesar disso, determinou que as Exatarias Federais não mais forneçam Patentes de Registro e Guias de Remessa, bem como não carimbem Notas de Expedição aos produtores de aguardente que não tenham atingido a cota de produção estabelecida pelo Instituto;

3 — em caso positivo, qual o espírito dessa medida? A disciplina da produção? Não vê o Instituto a oportunidade dessa determinação num momento de tantas dificuldades para os produtores?

4 — Se em face do clima de desânimo gerado na região citada na questão 1, prevalecerão instruções expedidas às Exatarias Federais?

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 1966. — *Guido Mondim.*

Requerimento nº 5, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda as seguintes informações:

1) Qual o montante, a 31 de dezembro de 1965, das dívidas externas do Brasil, inclusive originadas pela compra da AMFORP?

2) Tendo o Governo brasileiro adquirido 75% das ações da AMFORP, em poder de que pessoas, físicas e jurídicas, brasileiras ou estrangeiras ficaram as restantes ações?

3) Das dívidas externas brasileiras qual a importância reajustada para pagamento a prazo, qual o escalonamento desses pagamentos e qual o seu prazo?

4) Quando foram iniciadas as amortizações, e qual a importância total necessária para sua liquidação, inclusive juros?

5) Na hipótese de ter havido retardamento nas amortizações, qual a justificativa desse atraso?

Justificação

A 12 de novembro de 1965, através do Requerimento de Informações número 740-65, pedidos esclarecimentos relativos à matéria, sem que até hoje obtivéssemos qualquer resposta.

Ao reiterar, agora, referido requerimento deliberamos atualizá-lo e ampliá-lo, eis que as informações solicitadas são de evidente interesse.

No encontramos, por outro lado, nenhuma justificativa para o não fornecimento, prontamente, dos dados solicitados que constam dos registros próprios do Ministério da Fazenda e não demandam qualquer trabalho de pesquisa. Além disso, as autoridades fazendárias têm, de público e reiteradas vezes, proclamado que o nosso País dispõe, no exterior, de créditos da ordem de 500 milhões de dólares.

Ora, sendo assim, nada poderá justificar atrasos de qualquer natureza no cumprimento de nossas obrigações financeiras externas.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1966. — *Senador José Ermirio de Moraes.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os dois requerimentos de informações que acabam de ser lidos vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de ofício dirigido à Mesa.

E' lido o seguinte

OFÍCIO

Em 3 de fevereiro de 1966

Senhor Presidente.

Venho solicitar de Vossa Excelência a designação de substitutos, na Comissão de Educação e Cultura, aos seguintes Srs. Senadores:

Antônio Jucá, falecido; Walfredo Gurgel, empossado no cargo de Governador do Rio Grande do Norte e Mem de Sá, afastado para o exercício do cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Atenciosas saudações. — *Menezes Pimentel, Presidente.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Para a substituição solicitada, dos Srs. Senadores Antônio Jucá, Walfredo Gurgel e Mem de Sá, na Comissão de Educação e Cultura, a Presidência designa, respectivamente, os Srs. Senadores José Leite, Heribaldo Vieira e Antônio Carlos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. Primeiro Secretário proceda à leitura de comunicações enviada à Mesa.

São lidas as seguintes:

COMUNICAÇÃO

GOVERNO DA PARAIBA

João Pessoa, 31 de janeiro de 1966.
Sr. Presidente:

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que, nesta data, assumi o cargo de Governador Constitucional do Estado da Paraíba, para o qual fui eleito no pleito realizado a 3 de outubro do ano próximo findo.

Receba Vossa Excelência e transmita ao Senado meus agradecimentos pelas atenções recebidas dos membros dessa nobre Casa.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da mais elevada estima e mais distinta consideração. — *João Agripino, Governador.*

Em 4 de fevereiro de 1966

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Excelência, à vista do disposto no art. 9º do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado da Paraíba, na vaga resultante do afastamento definitivo do Sr. Senador João Agripino, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensejo da minha primeira investidura, abaixo consignado.

Atenciosas saudações. — *Domício Gondim Barreto.*

Nome parlamentar: Domício Gondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — As comunicações lidas serão publicadas a fim de produzirem os efeitos legais. — (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa projeto de exclusão que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

Projeto de Resolução nº 3, de 1966

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação no Estado da Guanabara, Luiz Renato Vieira da Fonseca Auxiliar Legislativo PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal, resolve:

Artigo único — E' posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos artigos 92 e 269, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Auxiliar Legislativo PL-8, do Quadro desta Secretaria, Luiz Renato Vieira da Fonseca, para exercer as funções de Chefe da Secretaria dos Órgãos Colegiados do Banco Nacional de Habitação. —

Justificativa

A Comissão Diretora submete à apreciação do Plenário o presente Projeto de Resolução, para atender ao Senhor Presidente do Banco Nacional de Habitação, que solicita a colaboração do funcionário em apreço.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1966. — *Moura Andrade — Nogueira da Gama. — Dinarte Mariz. — Adalberto Sena. — Joaquim Parente. — Guido Mondim.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido, sendo de

autoria da Comissão Diretora, independente de parecer. Será publicado e, em seguida, incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

OFÍCIO

Em 3 de fevereiro de 1966

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que em reunião da Comissão de Educação e Cultura, realizada em 9 de dezembro de 1965, o Sr. Senador Mem de Sá, Relator do Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1965, que dispõe sobre o hasteamento das Bandeiras dos Estados pelo Congresso Nacional, apresentou a sugestão de que fosse ouvida, preliminarmente, essa Comissão Diretora, a qual foi aprovada unanimemente.

Assim sendo, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o referido projeto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. — *Menezes Pimentel, Presidente.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O ofício lido vai à Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quando mais acesa já a luta pela reforma agrária, reforma de que continuamos tão distantes como sempre, apesar da reforma constitucional e do Estatuto da Terra, muitos eram os que tinham a tranquilidade de observar que muito adiantaríamos em reforma se nos preocupássemos seriamente em organizar o que já existe. Esta organização, sim, seria o ponto de partida para a grande reforma, porque o que vemos — e isso apenas em intenção se nada se vislumbra de concreto — é a tentativa de construir sobre alicerces inconsistentes.

Nada há que mais expresse a realidade da produção agrícola nacional do que a confusão, a inquietação e o desânimo que sobrevêm em cada safra de qualquer produto.

Os critérios oficiais, a política irratável, o mero atendimento a emergências, as decisões de improviso que caracterizam a supervisão governamental da produção agrícola brasileira, insistentes que são não animam nossa esperança de ingressar numa fase de estabilização do trabalho agrícola e de tranquilidade dos que a ele se dedicam.

Não se penetra a problemática de cada produção de moide a que o homem possa dedicar-se à sua faina sem outra preocupação que a da natureza mesma do seu labor.

No caso da agricultura brasileira, a impressão que se tem é de que no instante em que o arado ou trator rasga o ventre da terra, ali se abre mais uma página de angústias. E o homem se pergunta: que será do meu trabalho? Que resultará do meu trabalho? O que pagará pelo meu trabalho? Que farão daquilo que eu produzi?

Essa preocupação crônica não pode prosseguir. Ninguém, evidentemente, resolverá aqueles aspectos que independem da vontade do homem, como sejam as incertezas climáticas, mas é preciso prover quanto à definitiva segurança sobre o destino da-

quilo que o homem consegue produzir.

No meu Estado, por exemplo, há sempre luta, há sempre desgaste, há sempre inquietação em cada safra, quando tudo se renova, tudo se repete, com os mesmos argumentos, a mesma cantativa agitação, os mesmos desesperados apelos junto às autoridades para que não resultem infrutíferos os esforços dispendidos na terra. E' assim com a cebola, com o trigo, com o milho, com a uva, com o arroz. Ontem referi-me à cana de açúcar, que é das pequenas produções em meu Estado. Hoje falaré do arroz, cujas áreas de produção foram reduzidas em 30% na presente safra em face da situação que se fez. A alegação principal para esta redução é a falta de financiamento e de preços mínimos para o produto.

Mas eu quero dar a palavra à própria classe arroteira que, reunida em Congresso, nos dias 29 e 30 de janeiro, falou pela voz do seu orador oficial, na abertura do conclave:

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me, V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. Bezerra Neto — O problema que verifiquei, agora, em Mato Grosso é o mesmo. A política dos preços mínimos, principalmente na safra do ano passado, não atendeu aos pequenos produtores. Então, houve o abandono da lavoura do arroz, substituída pela do amendoim. Neste ano, a redução da área do cultivo do arroz é grande, em Mato Grosso substituído, como já disse, pelo amendoim, de produção mais fácil e acessível.

O SR. GUIDO MONDIN — No Rio Grande — como assinalai — a redução vai a 30%, o que, para o nosso caso, é realmente grave, sabendo-se que nosso Estado está sempre de prontidão, particularmente em relação ao arroz, para socorrer o Brasil apesar da alardeada produção em outras unidades. Quero mencionar o fato de que, com a enchente que sofremos no ano passado, bastou cair a ponte no Passo do Socorro para que até a Marinha de Guerra tivesse de ir ao Rio Grande buscar arroz, a fim de suprir praças como a do Rio de Janeiro, por exemplo.

O Sr. Bezerra Neto — Nas grandes crises do país, sempre se apela para o Rio Grande.

O SR. GUIDO MONDIN — Basta atentar para este aspecto e verificará que é preciso um pouco mais de atenção para o caso do arroz do Rio Grande do Sul.

O Sr. José Ermírio — Permite-me, V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. calcula em 30 por cento, a redução da safra. Em nossa viagem, porém, ouvimos falar em cerca de 40 por cento; esperamos que tenha sido somente de 30 por cento. Além disto, há uma situação toda especial: o Governador não soube calcular e, assim, houve falta de arroz em todo o mundo. Este foi um ano excepcional para a exportação de arroz, ano em que o Rio Grande do Sul e outros Estados dela poderiam tirar vantagens. No entanto, houve a redução de 30 a 40 por cento da safra, em um ano como este. Uma das causas foi a compra de arroz pela COBAL, a três mil cruzeiros o sacco. Esta, cinco meses depois, o vendia a cinco mil e setecentos. Outra das causas foi a entrada de trigo na cooperativa em Cruz Alta, onde quase toda a safra foi recolhida sem que se lhe fosse fixado o preço. Estes fatos trouxeram desânimo aqueles que querem dar desenvolvimento

econômico ao Brasil, em setor tão importante como a agropecuária.

O SR. GUIDO MONDIN — Tem razão V. Exa. Nada mais eu precisaria acrescentar senão ler, pelo menos, alguns trechos do discurso pronunciado pelo Sr. Emílio Ferreira, líder arroteiro, na instalação do Congresso de Rizicultores que se realizou em Porto Alegre, sábado e domingo, dias 29 e 30.

Vale a pena ouvi-lo; poderá paciência aos nobres colegas para tanto, visto que se trata de assunto referente a um dos setores mais importantes da produção.

Na verdade, não seria interessante falar-se apenas em produção regional ou local, quando sabemos que tudo, hoje, interessa, sistematicamente, ao País inteiro. O Sr. Emílio Ferreira falou pela classe. Portanto, o que ele diz aqui representa o pensamento e o sofrimento da classe rizícola do Rio Grande do Sul.

"A lavoura de arroz gaúcha, praticamente, nasceu como o século 20. Hoje, decorridos 60 anos, com capital investido superior a 100 bilhões de cruzeiros, ociosa direta ou indiretamente, um milhão de pessoas".

Lembremo-nos de que a população do Rio Grande do Sul, hoje, será de sete milhões. Então, só a lavoura de arroz ocupa um milhão de pessoas, o que representa uma contribuição de 20 por cento para as rendas do Estado.

Continua o orador:

"Mas essa técnica, essa organização, não se conseguiu por obra do acaso, não saiu de nenhuma cartola mágica. Representa o resultado do trabalho e da luta de uma classe confiante na organização de sua economia.

E' a consequência da exata concepção de que as condições necessárias para que um gênero de produção seja econômico, que ele deixe ao produtor determinada margem de lucro.

Já em 1932, quando da realização do 1º Congresso Arroteiro do Estado, três soluções da magna importância para a economia arroteira foram adotadas:

1 — reconhecimento do Sindicato Arroteiro — mais tarde transformado em IRGA — como entidade oficial dos produtores de arroz;

2 — necessidade do produtor obter um preço que defendesse o custo e proporcionasse justa remuneração ao trabalho e capital empregado;

3 — autorização ao Sindicato para promover a centralização do arroz, ou seja a formação de estoques reguladores.

Essas resoluções constituem os verdadeiros alicerces sobre os quais se organizou a orizicultura gaúcha.

Afirmou certa feita o imortal Monteiro Lobato: — "Somos uma civilização do tipo da romana. A "gente boa" por cima e "gente pobre por baixo". A gente industrial e o comercial por cima e o escravo que extrai produtos da terra por baixo — os produtos que irão dar lucro à indústria e ao comércio. Que recibia o escravo romano pelo seu trabalho desvoto? A estrita subsistência que lhe conservava mal e mal a vida. Que recebe o nosso homem da terra senão a estritíssima subsistência com que vai retardando a morte à fome?"

Retrato exato da agricultura brasileira.

O agricultor não dispõe de garantia alguma. Compra o que precisa pelo que lhe pedem e vende o que produz pelo que lhe dão.

Durante toda a sua vida paga o tributo de sua profissão: — a incerteza.

Vive no sub-consumo, enquanto os governos se dão ao luxo de falar em super-produção.

Sua debilidade econômica o obriga a vender seu produto antes mesmo que se ultime a safra, sujeito a toda sorte de manobras.

Ai está a tragédia anual dos produtores de cebola. Ai estão os inquiridos da ASCAR realizados no Estado a revelar a marginalização dos agricultores, incapazes de conseguir sequer o correspondente ao salário-mínimo, à semelhança dos escravos romanos.

Já é tempo de mudarmos.

Ai está o exemplo Norte-americano legado por Lincoln transformando um país essencialmente agrícola e subdesenvolvido na poderosa nação industrial de hoje.

Com efeito somente uma agricultura lucrativa poderá criar um mercado interno consumidor, indispensável ao desenvolvimento industrial.

Mais não pretenderam aqueles pioneiros do Congresso de 26, senão dar à lavoura de arroz uma organização que possibilitasse o seu desenvolvimento em bases sólidas e a transformasse na legítima vanguarda, que é, do progresso agrícola do Rio Grande.

Está aí o Instituto Rio Grandense do Arroz, semente lançada em 26 e criada no Governo Cordelro de Farias. Fruto da visão de um grande político, tem resistido a toda a sorte de governos e administrações, defendendo a lavoura com uma política certa e consciente, num país em que a desorganização econômica parece ser norma de boa política.

Atacado, injuriado e injustiçado, certamente pelos que não constroem, quando mais certo seria buscá-lo como exemplo, ai está, como símbolo de lavoura organizada: — alimentando o Brasil, nos bons e nos maus momentos; chamado a honrar compromissos nacionais no exterior, assumidos e não cumpridos por gente de outras terras que não a gaúcha.

O arroz, a exemplo dos demais produtos agrícolas, encontrava na falta de garantia de preços, um obstáculo ao desenvolvimento de sua lavoura. Sobre tudo o arroz, cujo sistema de exploração requer grandes inversões de capitais — fator, parece, desconhecido dos que teimam em dispensar à lavoura gaúcha tratamento igual aos dos demais centros produtores.

Que fez o IRGA? Agiu lógica e racionalmente, adotando uma política econômica de garantia de preços mínimos, que efetivamente garantisse ao produtor a colocação de seu produto com uma justa margem de lucro, criando ao mesmo tempo estoques reguladores do mercado.

Longe de adotar uma política monopolística, como já se pretendia alegar, proporcionou a atração de capitais indispensáveis ao desenvolvimento da lavoura, harmonizando os interesses da produção, do comércio e do consumo, propiciando a dispersão de capitais e não a sua concentração.

Política certa? Política errada? Ai está a lavoura orizícola gaúcha, com sua técnica, com sua estabilidade, com sua organização.

Em janeiro de 1964, o arroz chegou a alcançar a cotação de Cr\$ 18.000 na praça do Rio de Janeiro. Bastou a interferência do IRGA, com seus estoques reguladores para, mesmo com o sacrifício da economia gaúcha, estabilizar o mercado em torno de Cr\$ 12.000.

Teria isso sido possível, sem o auxílio da lavoura gaúcha?

Mas, que é preço mínimo?

Não cabe aqui, por certo, cair no lugar comum das definições.

Mesmo porque, nenhuma razão existe para tal ou para discussões acadêmicas, quando temos leis que o traduzem e o disciplinam.

Cabe, sim, por um imperativo da justiça social e da moral política executá-las.

Infelizmente a agricultura nacional não tem encontrado nos nossos dirigentes, aquela preocupação necessária ao seu desenvolvimento, aquela disposição de fazer cumprir as leis destinadas ao seu amparo.

Assim foi com respeito à política dos ágios. O mesmo com os combustíveis. Agora, com os preços mínimos. Os governos se sucedem. O fenômeno se repete.

No Brasil, o pioneiro da política de preços mínimos, política efetiva e oportuna, foi o IRGA. Cumpriu a sua finalidade, dando à lavoura a necessária segurança até a safra passada, quando, sem a assistência dos financiamentos tradicionais e sem uma orientação sensível e segura, se viu impossibilitado de agir, assistindo, impassível, a derrocada de uma obra de mais de meio século.

E' certo que em 1951, com a Lei 1.506, cogitou o Governo Federal da adoção de uma política de preços mínimos para os produtos essenciais.

Apenas cogitou, eis que inoperantes foram as medidas tomadas para a sua execução, conforme a palavra do Ministro da Agricultura, Sr. Romero Costa, em Exposição de Motivos ao então Presidente Jânio Quadros, em 1961:

"Há cerca de 10 anos, visando ao incremento da produção agrícola, promulgou o governo de então a Lei 1.506, instituindo, por meios de garantia de preços mínimos, remuneração adequada e estimulante às atividades agrícolas essenciais. Entretanto, e a despeito da medida legal, não funcionou o sistema instaurado...

E por que não teria funcionado como fator de incremento...?

Primeiramente porque as bases adotadas tinham sido de tal forma modestas, senão temerosas, que jamais se constituíram em nenhuma oportunidade, naquela garantia de remuneração adequada, indispensável ao processo estimulante que deveria cumprir." Essa exposição de motivos, análise de uma realidade, era uma promessa de alvorada, de um reencontro com o primado da lei, mas, foi, como o próprio presidente, mais uma esperança perdida no tempo...

Velo o governo atual, revolucionário, e com ele o Decreto número 54.294 de setembro de 1964, fixando os preços mínimos dos produtos essenciais, garantindo sua revisão 30 dias antes das respectivas safras, conforme índices de correção monetária, além de levar em consideração os ágios e desgastios.

Chegou a safra 64-65. Que se viu?

Desilusão e derrocada. Técnica-mente regredimos cerca de trinta anos. Incalculáveis os prejuízos suportados pela economia gaúcha.

Triste experiência, que nos faz chegar às vésperas de uma nova safra, num ambiente em que a técnica é a confusão.

Um comércio desorganizado.

O IRGA, transformado em mero agente de compras, descarregando sobre a própria lavoura que o mantém, o ônus de uma prestação gratuita de serviços, que a tanto o reduziu o contrato com a Caez.

A lavoura, antes organizada, constringida hoje a uma posição de suplentes.

Como se não bastasse, pretende-se agora, descumprindo a lei, meter a orizicultura a uma lota-

provação: — a adoção do chamado preço suporte.

Desconhecemos como será ele fixado. Como será Zéle composto. Em relação ao que será ele estipulado. O próprio representante da C.F.P., enviado a este Estado, em princípios deste mês, embora inquirido, nada adiantou.

Segundo sabemos, preço suporte, nos Estados Unidos, é o preço pelo qual o Governo compra ou faz empréstimos. Representa ele um valor correspondente a, mais ou menos, 90 por cento do preço do arroz nos últimos cinco anos, no mercado interno.

Permite ao produtor, colocado o produto em silos ou armazéns oficiais, conseguir um empréstimo garantido pelo próprio produto e comercializá-lo livremente. Fim do prazo do empréstimo e não tendo negociado a mercadoria, o Governo a adquire pelo preço suporte, descontando as despesas correspondentes.

A América do Norte é um país de economia organizada, de moeda estável, onde as oscilações de valor, de safra a safra, são mínimas.

Segundo Paulo Gonçalves, o preço mínimo ou suporte, nos Estados Unidos, para 100 libras de arroz em casca, foi:

1950 — 4,10 dólares

1963 — 4,71 dólares

1964 — 4,71 dólares

Nesses mesmos anos, o preço mínimo garantido pela IRGA, para arroz grão curto, 50 kg em casca, foi:

1950 — Cr\$ 85

1963 — Cr\$ 2.700

1964 — Cr\$ 4.950

Além disso, o arroz não é um prato obrigatório na dieta do americano, cujo consumo anual, per capita, é de cerca de 2,3 kgs., ao contrário do brasileiro, cujo consumo, ultrapassa 40 kgs.

Embora não seja o arroz um produto exigido pelo povo americano para sua alimentação; embora se trate de um produto, cujo custo de produção altíssimo, o coloque muito aquém da cotação internacional, o Governo americano, em vez de adotar medidas restritivas de sua produção, auxilia a lavoura arrojada a fim de que não haja desestímulo entre os produtores. Assim, dentre essas medidas de proteção à lavoura nós encontramos o sistema de subsídios para a exportação de arroz, cujos índices são revistos semanalmente, de forma a ajustá-los a situação do mercado.

Segundo Deodoro Tôres em seu relatório de viagem:

“Em novembro de 1960, mais precisamente a 22 de novembro, o arroz grão curto produzido na Califórnia, era vendido no mercado interno daquele Estado a 9 dólares por 100 libras, o que corresponde a 148,40 dólares por tonelada. Esse arroz continha 4 por cento de grãos quebrados, somente. Se, nesta época, fosse ele destinado à exportação teria do governo federal, um subsídio de 77 dólares por tonelada”.

E' como se vê, uma ajuda substancial.

Não sendo grande consumidor, com um custo de produção elevado, superior ao nosso, sua produção entretanto, vem crescendo, aumentando, consequentemente, os encargos com subsídios e as preocupações do governo decorrentes de tal situação.

Eis a posição da produção dos Estados Unidos, arroz em casca:

Média das safras de 60 a 62 — 2.456.000 toneladas.

Safra 64-65 — 3.318.000 toneladas.

Safra 64-65 — 3.179.000 toneladas.

Face a uma semelhante situação, terá esse país interesse no incremento da lavoura de arroz no Brasil?

No Brasil, o arroz é um produto necessário e obrigatório na alimentação do povo, com um consumo anual, “per capita”, superior a 40 kgs. Tal circunstância, por si só, altera profundamente a situação, sobretudo diante a preocupação constante dos Governos, premidos pela inflação e pelo clamor dos consumidores dos grandes centros, em dispensar aos produtos essenciais, um tratamento desestimulante.

Lá, se subsidia a exportação, como medida de amparo à lavoura, cujo poder aquisitivo é fundamental para a sua poderosa indústria. Aqui, se subsidia o consumidor, especialmente dos centros de maior poder aquisitivo como Rio e São Paulo, não como medida de amparo à lavoura e a produção, eis que os preços dos produtos agrícolas não acompanham os preços dos bens de produção, mas como medida de simpatia e defesa do próprio governo. Aqui se subsidia os produtos eletrodomésticos e se beneficia a indústria de automóveis com financiamentos especiais pelas instituições oficiais de crédito.

Aqui, os órgãos oficiais, desprezando as finalidades dos estoques reguladores, entregam o arroz, ao consumo, a preço vil, em evidente desestímulo e prejuízo à produção.

Atente-se para as condições atuais do mercado, consequência exclusiva da estatização, da comercialização do arroz, e veja-se que produtor terá condições de competir num mercado assim artificial e desmoralizado.

O preço suporte, se é uma solução para o lavoureiro americano, para nós, face a nossa conjuntura, será mais um imposto ao produtor, antes que uma solução para o problema nacional.

Os que já estudaram a nossa realidade agrícola, em toda a sua complexidade, num exame demorado e criterioso, entre os quais se arrola o atual Governo, indicaram como solução as medidas consubstanciadas no Estatuto da Terra.

Ora, se entende o Governo Federal, que o Estatuto da Terra constitui efetivamente o remédio necessário para a solução dos nossos problemas agrícolas — e tanto entende que o promulgou e o está usando —, por que não o aplica em sua plenitude?

Se a sua finalidade é, como se propõe e prescreve, alcançar a justiça social, porque utilizá-la apenas como instrumento fiscal?

Se ele prescreve a garantia de preços mínimos à produção agrícola e, determina expressamente como, quando e de que maneira serão fixados esses preços, porque buscamos fórmulas exóticas distorcidas da nossa realidade, como é o caso do preço suporte, inspirado pelos assessores americanos da C.F.P.

A lavoura orizícola é fundamental e indispensável à economia gaúcha. Nosso problema é de sobrevivência. A crise que nos domina requer solução energética e urgente. O alegado encarecimento de nossa produção, não constitui culpa que nos possa ser debitada.

A verdade é que estamos mais pobres hoje, do que ontem.

Na safra 51-53, com um capital d inversão na lavoura, estimado em 2,3 bilhões de cruzeiros, tivemos uma produção calculada em 15 bilhões de cruzeiros — quase 7 vezes mais —. Na safra 63-64, para um capital estimado em 109 bilhões de cruzeiros, produzimos apenas 89 bilhões de cruzeiros.

Como bem disse o Senador Daniel Krieger, ao comentar as reportagens de Franklin de Oliveira — O Ilustre jornalista fotografou, com precisão matemática, a situação do meu Estado, que cada dia se empobrece mais... Demonstrou que a inflação tem prejudicado meu Estado de uma forma especial, porque nós produzimos comprando os bens de produção pelo preço da inflação e vendemos os bens de consumo tabelados”.

Essa a nossa realidade, para a qual buscamos solução séria.

Dizer-nos que — se o Rio Grande não pode produzir arroz barato que produza outra coisa — não constitui um insulto a quem trabalha honestamente e seriamente, mas, antes, uma inquestionável manifestação de irresponsabilidade. Imprecar banha, porque a banha do Rio Grande é mais cara, sem atentar para as suas causas, pode ser uma solução simples, mas, jamais será um ato racional e patriótico.

Consequência desse tratamento e do empobrecimento em que fomos jogados, é que o Rio Grande — “Pátria de heróis, transformada em terra de escravos” — na expressão do velho General Joca Tavares, em seu manifesto de 93, passou, agora, a exportar para outros Estados, um “produto barato” — o seu próprio capital humano.

E' o pensamento da lavoura gaúcha.

Sr. Presidente, trazendo ao conhecimento da Casa o discurso pronunciado pelo Sr. Emilio Ferreira, orador oficial da classe orizícola, na instalação do Congresso realizado dias 29 e 30, na Capital de meu Estado, desejo que o país inteiro conheça o que se passa no Rio Grande dos nossos dias, a luta que os nossos produtores rurais têm enfrentado ao longo do tempo. Podemos dizer aos pro-autores brasileiros, porque, pelo simples aparte do Senador Bezerra Neto, vemos que, em Mato Grosso, acontece a mesma coisa e há de acontecer em Pernambuco, na Paraíba e outros Estados.

Portanto, o que desejamos para os produtores é estabilidade, pois, repito e repetirei sempre, bastam as incertezas características desse labor para que não lhe acrescentemos a desorientação, particularmente da ação governamental.

O Sr. Gay Fonseca — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Seria interessante que ao ler o pronunciamento dos orizicultores gaúchos, acrescentasse que ele representa o pensamento, também, do próprio Rio Grande do Sul, que assim se manifestou naquela memorável assembleia, através do Governador e das outras autoridades. Porque o problema do arroz, no Rio Grande do Sul, não é somente de ordem econômica, é também de ordem social. 20% da sua população vive e depende do arroz, da sorte ou da tragédia do arroz, como falou V. Exa.

O SR. GUIDO MONDIN — Concordo plenamente com o aparte com que me distinguiu o nobre Senador Gay da Fonseca. Sabemos ambos que é isso perfeitamente o que ocorre no Rio Grande do Sul. Mas lutarão eles lá e procuraremos nós dizer alguma coisa, aqui na Capital, em que pesse a espessura das paredes... “Clama ne cesses”, diziam os romanos.

Nós trabalharemos sempre, ainda que com o conforto de que assim clamando não sofreremos, pelo menos não sofreremos tanto quanto aqueles que, no trato diário da terra, pagam o amargo tributo da grande incógnita de cada safra. (Muito bem). Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, ainda bem que sou, afinal, a hora do mais opulento pedaço desta nação, que a sofrida geração atual já não mais esperava ouvi-la em batida forte senão ao toque do clarim de convocação dos patriotas ao primeiro sinal de alienação arbitrária oriundo de cobice e espúrias vontades estranhas.

A Amazônia é tema agora, quase diário, no seio de todas as camadas sociais e administrativas, do maior ao menor escalão, da República, filtrando-se ou desdobrando-se de forma variada, consoante os ângulos de seus problemas, através dos meios de divulgação em voga, dos quais, todavia, a imprensa e o rádio ainda são os mais penetrantes veículos.

Finalmente, como dizia, chegou a vez da Amazônia surgir nos interlocutórios sérios dos homens públicos como assunto objetivo e de transcendental importância para os destinos da coletividade indígena.

Dai a sequência da matéria específica que flui, cada qual mais esclarecedora e vigorosa, quanto ao mérito e aos intuitos planejadores, inteirando-se a opinião geral de que, na realidade somente se dará solução altamente patriótica aos seus problemas em equação, integrando-a definitivamente como legítimo patrimônio territorial e riqueza econômica do povo brasileiro.

Dentro do repositário, que se avoluma, eis, colhida de um exemplar do “Diário de Notícias”, de Porto Alegre, editado a 23 do mês de janeiro findo, magnífica e brilhante produção de uma das mais cultas inteligências de minha terra natal, o escritor Genesino Braga, da Academia Amazonense de Letras, sob o título “O General e a Amazônia”, que, passando a ler na sua íntegra — estou certo — visa a enriquecer, pelos conceitos atraentes e límpidos vernaculares, as páginas dos anais desta Casa:

O general e a Amazônia

Genesino BRAGA

(Da Academia Amazonense de Letras).

MANAUS — Se há alguém que tenha compreendido tão inteligentemente a sensibilidade da Amazônia, esse alguém é o general de Exército Joaquim Justino Alves. Bastos, em sessenta e oito das quase quatrocentas páginas de seu fascinante livro de memórias “Encontro com o tempo”, que não é apenas o espetáculo visível de uma vida de lutas e ascensões, mas também o documento eterno de uma natureza que contemplou de frente as paisagens da pátria, com um transbordamento de sentimento cívico, fecundo e atuante de fixações objetivas.

Não sabemos se é de sua nacionalidade irradiante ou de sua prescritabilidade encantadora, ou, ainda, da graça de seu espírito votado, inclusive, às cogitações da beleza, que provém aqueles racionais de tanta límpidez e a garimpagem das idéias e dos conceitos que o antigo comandante da 3ª Região Militar desenvolve jogando com a autenticidade das coisas e os princípios lúdicos da lógica, na análise e na pesquisa de um complexo amazônico que lhe coube conhecer, penetrar e contemplar no decurso das suas incontáveis viagens em todas as direções do Grande Vale, num total de quase cem mil quilômetros percorridos, em avião, catapulta e

Teco-Teco (28 horas de voo...) e ainda em "gaíacas", lanchas e até no balanço cabloco das nossas prosaicas "montarias".

Imagem de um roteiro de mais de meio século da vida brasileira, marcado pelos rastros de luz de uma existência tódica ela consagrada, da adolescência aos dias presentes, ao bem supremo da pátria, os trezentos e noventa e três páginas do livro "Encontro com o tempo" nos revelam sínteses lúcidas de um Brasil contemporâneo, um Brasil que as circunstâncias e os anseios de uma época se fizeram documentar, agora, nas lembranças de um de seus mais integros soldados.

Desse livro, porém, dessas quatrocentas páginas de intenso freir das coisas brasileiras, destacamos com paixão nativa aquele Capítulo IV, que o general-escritor dedicou em particular à análise da Amazônia nele confinando, com emoção e sensibilidade, os dezoito meses que marcaram a sua vivência amazônica e o armarem cavaleiro andante destas terras, escudado nos sonhos, nos anseios e nos ideais do cabloco hinterlandino: "Chegava, realmente, um pouco tarde, — escreve Justino Alves Bastos — Mas vinha a tempo de conhecer a Amazônia, de estudá-la, de admirá-la, de guardá-la no coração, como poucos o terão feito".

Perfeitas de emotividade e colorido, as sessenta e oito páginas dedicadas à querência amazônica, no corpo de "Encontro com o tempo", exatamente pelo que encerram da patriótica vibração laudatória e encantador aprigo intelectual, sacodem aos ventos górcis das terras-firmes todos os ecos de força e de ansio que repercutem aumentados e mais diretamente vividos nos fenômenos ecológicos da Hinterlândia. Através de narrativas das muitas viagens de inspeção a núcleos militares situados nos longos do nosso imenso espaço tropical — Cacoí, Villa Bitencourt, Ipiranga, Tabatinga, Príncipe da Beira, São Joaquim, São José do Macapá — dão-nos uma Amazônia sincera afirmada com a plenitude da sua força ilustrativa e edificante. De Belém a Manaus e de Manaus a todas as terras da linha fronteira, com estadas e pousadas em Rio Branco, em Boa Vista, Porto Velho, Guajará-Mirim, Barcelos, Tapuruquara, Nova Olinda, Nacapá, Oiapoque, Clevelandia, ou ainda, a sobrevoar e a demandar a massa líquida do Guamá, do Xingú, do Tapajós "o rei dos rios", "Cristalino, lindo, convidativo", o formoso Tapajós, dos mais lindos rios do mundo" do Nhamundá, do Negro, do Branco, do Uraricoera, do Tucutú, do Spaporis, dos Solimões, do Japurá, do Içá, do Javari, do Madeira, do Pichas Novos, do Alburná, do Memaré, do Guaporé ("não deixava eu de banhar-me em todos os rios a que chegava" refere) — toda a vastidão amazônica foi palmilhada pelo culto chefe militar, em cujo livro de reminiscências e sugestiva" agora se monstruosa esugestiva" agora se expõe, como o "seu colorido e o seu calido telúrico explicando os encantos causados pelos principais aspectos da Amazônia que vimos, que admiramos com profunda emoção".

Nossa querida Manaus, que soube chegar bem junto ao coração de seu valoroso e afetoso general, mereceu de Justino Alves Bastos nobres e dignificadoras referências, em trechos sensibilizados como estes: "elegantemente traçada, com belas construções ro-

sidenciais, limpa, alegre e feliz". "Mas, ao partir já se levam, da Capital do Amazonas, gratas e inesquecíveis impressões. Sua vida social é intensa e sobremaneira expressiva, nucleando-se em dois clubes — o Ideal e o Ilho Negro, que são modelos da vida grágrica. Os sócios respectivos lá estão frequentemente, para as palestras, para os jogos de mesa, para a dança e para ouvir conferências. Aquelas centros sociais abrem-se acolhedores para receber os forasteiros, que assim podem apreciar o alto padrão intelectual das amazonenses, a formosura extraordinária das mulheres e a fina educação característica de todas".

"Nas cidades, a mulher amazônica é cuidadosamente educada. Respeitada como filha e como esposa, mostra uma extraordinária capacidade para impor-se à admiração e às vezes notavelmente elegantes. Sendo que neste capítulo o ponto alto situa-se em Manaus, onde o teor social e representativo das damas excede a qualquer expectativa".

Em "Encontro com o tempo" e com o general do Exército Joaquim Justino Alves Bastos, na serenidade de sua compreensão amazônica e na fidelidade verbal de suas narrativas, a gente se renova em nosso mundo glebário rico e inteligível, amando em seu livro aquelas moções e aquelas imagens plásticas da terra, que se sucedem, coloridas e elajumbrantes, em sinos lucidas nos conceitos alegres e saudáveis que saltam espontaneamente do espírito arejado e lustre desse fidalgo general enamorado da Amazônia".

Ai está, Sr. Presidente, através desta admirável e encantadora publicação, o comentário preciso e oportuno de um intelectual da maior projeção no meu Estado, sobre os trechos marcantes de um livro de memórias, no qual, a brilhante figura do seu autor, um do nosso Exército fomenta, no entanto, com sinceridade, haver chegado lá realmente, um pouco tarde para conhecer a Amazônia, estudá-la, admirá-la e guardá-la no coração, mas, em todo o caso, ainda a tempo de dizer, alto e bom som, com pleno conhecimento de causa, ao resto do Brasil, o que o Grande Vale representa para a sobrevivência gloriosa da própria nacionalidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos O SR. ANTONIO CARLOS (Sem registro de orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, ocupo a atenção da Casa para fazer dois breves registros de assuntos de interesse do Estado de Santa Catarina que representam no Senado.

O primeiro deles é o da inauguração do serviço de abastecimento d'água da cidade de Brusque, ocorrido em princípios do corrente ano.

A obra foi inaugurada no dia 27 de janeiro, com a presença honrosa do Excmo. Sr. Ministro da Saúde, Dr. Raimundo de Brito.

Desde 1956, que a comunidade brusquense reclamava a construção de um serviço de abastecimento d'água que garantisse condições de saúde e bem-estar à sua laboriosa população.

A primeira dotação incluída no Orçamento da União para fazer face ao empreendimento foi consignada em 1955, através de emenda de nossa autoria. De lá até agora, inúmeras outras dotações específicas foram incluídas no Orçamento da União, não somente por nós, como por outros Srs. Representantes de Santa Catarina no Congresso Nacional.

Quando da posse do Ministro Raimundo de Brito, tive ocasião de, neste Plenário, comentar e enaltecer a entrevista que S. Exa. concedeu à imprensa dando as linhas gerais do seu programa de ação.

Naquela oportunidade, solicitei ao Sr. Ministro especial atenção para o prosseguimento e conclusão das obras do serviço do abastecimento d'água da cidade de Brusque.

S. Exa. dirigiu-me, então, carta declarando que iria examinar o assunto com todo o cuidado e dedicação.

Realmente, a obra passou a ser custeada não pelas dotações específicas inscritas no Orçamento da União, e quase todas diminuídas sensivelmente pela gula dos planos de economia mas pelas verbas globais da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, hoje dirigida pelo grande técnico Dr. Jacques Manceau, que prosseguiu a obra notável do Dr. Henrique Maia Penido, um dos grandes administradores deste País.

Assim, foi possível incluir-se o serviço de abastecimento d'água daquela cidade no plano global do setor do Ministério, concluí-lo e entregá-lo à população brusquense.

Quero aqui também registrar o trabalho notável de dois prefeitos da cidade — Carlos Moritz e Cyro Gevaed — os quais muitas vezes adiaram das cofres da prefeitura importâncias vultosas para que a obra não paralisasse.

Realmente, foi uma festa aquela do dia 27 na cidade de Brusque. Inaugurou-se o serviço de abastecimento d'água, como também um grupo-escolar municipal, no bairro de Santa Teresinha, cuja obra foi possível graças aos auxílios concedidos pelo Ministério da Educação e Cultura, em convênio com a Prefeitura Municipal.

Santa Catarina possui, no momento, 123 cidades. Dessas, apenas treze têm serviço de abastecimento d'água. Brusque é a primeira cidade catarinense que tem serviço de abastecimento d'água construído e custeado pelo Governo Federal.

Os outros, nas Cidades de Itaiti, Lajes, Tubarão, Florianópolis, Joinville e Blumenau, as principais do Estado, foram contruídos ou pelo Estado de Santa Catarina, com auxílio de financiamento de entidades particulares, ou pelo esforço e dedicação das prefeituras municipais.

O Orçamento da União de 1965 consignava duas dotações consideráveis para prosseguimento desse programa que considero de alta prioridade em nosso País — o da construção de serviços de abastecimento d'água — uma, no Anexo do Ministério da Saúde, destinada à Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, no valor de seiscentos e trinta milhões de cruzeiros, a qual irá atender a cinco cidades catarinenses, entre elas a de Araraquara, que desde 1947 reclama serviço de abastecimento d'água, outra, no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, neste momento dirigido pelo grande técnico e administrador Dr. Veiga Brito, que empreendeu em grande parte, quase até a sua conclusão, a obra ciclópica de segunda ordem do Guandú, a qual irá resolver o problema de abastecimento d'água do Estado da Guanabara.

Espero que essas dotações quer e inscrita no Orçamento da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, quer a do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, sejam aplicadas, para que Santa Catarina, Estado de pequenas propriedades, de pequenas cidades, possa contar com o maior número de centros urbanos beneficiados por serviço de abastecimento d'água que garanta a saúde e o conforto de sua população.

O outro registro, Sr. Presidente, se refere ao grande empreendimento básico para a economia catarinense,

que é a Siderúrgica de Santa Catarina S. A.

Em 1964 fins da sessão legislativa daquele ano, o Sr. Presidente da República encaminhava ao Congresso projeto de lei reformando a legislação em vigor quanto a essa siderúrgica, velha aspiração do povo do Estado que represento nesta Casa, assunto objeto da preocupação dos homens públicos catarinenses desde o Governo do Presidente Arthur Bernardes.

Santa Catarina, que possui as maiores jazidas de carvão mineral do Brasil e justamente aquela que tem condições de se transformar em coque, está a reclamar, de há muito, a construção, em seu território, de uma usina siderúrgica que aproveite o carvão de enxofre e seus derivados, produtos que o Brasil importa em larga escala.

A Siderúrgica Santa Catarina S.A. prevê o aproveitamento racional do carvão, o equilíbrio da economia carbonífera brasileira e também a produção, em nosso País, de enxofre, ácido sulfúrico e outros derivados do enxofre, de modo a libertar o Brasil da contingência de importar esses materiais no exterior. O projeto encaminhado pelo Presidente Castello Branco foi aprovado pelo Congresso e, graças ao esforço do Ministro Mário Tibau, que se entusiasmou pela ideia da construção da Usina Siderúrgica de Santa Catarina, e à dedicação do Presidente da Comissão do Plano de Carvão Nacional, o Coronel Inuro Cunha Camargo a empresa não ir adiante e hoje, já com o capital subscrito, já completo o recolhimento dos 10% que a lei exige para que se instale a sociedade anônima, está fixada para a data de 16 de fevereiro a assembleia geral de instalação da Siderúrgica Santa Catarina S.A.

Não foi fácil chegarmos até esse ponto decisivo para o desenvolvimento da economia catarinense. Vários setores da economia brasileira combateram, aberta ou discretamente, a construção da Usina Siderúrgica em Santa Catarina. Muitos defendiam a concentração do parque siderúrgico brasileiro na região centro-sul — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo. Mas a presença do carvão mineral em Santa Catarina, as condições excepcionais para construção da usina no sul catarinense e, principalmente, a coragem do deputado federal Osmar Dutra, suplente da bancada catarinense e incorporador da sociedade, o descontentamento do Sr. Ministro Mauro Tilk e do Sr. Presidente do Plano do Carvão, a Sociedade deverá ser instalada a 16 do corrente.

A construção da usina siderúrgica em Santa Catarina representa o passo avançado, firme e decisivo para o desenvolvimento e progresso da economia do meu Estado. Vamos ter, então, uma fábrica de aço e de ferro, produtos básicos no desenvolvimento do Estado. Vamos ter uma fonte de riquezas capaz de aproveitar o carvão mineral, evitando-se o transporte desse carvão para outras regiões brasileiras. E o sistema que se vai aplicar na usina siderúrgica de Santa Catarina, na sua fase inicial, viabilizará, também, que o minério de ferro a ser utilizado seja obtido no processo de beneficiamento do carvão. Retirada a pólvora, ela vai fornecer não só a matéria-prima para a produção do enxofre como também grande parte da energia de ferro que vai ser reduzida na usina siderúrgica de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina dará, pois, um passo de gigante no caminho do seu desenvolvimento. Haverá um mercado de trabalho firme para o aproveitamento dos operários que trabalham na região carbonífera. Como é do conhecimento do Senado e do País, o operário que trabalha nas minas de carvão pode desenvol-

suas atividades no subsolo até a idade de quarenta anos. Depois, as suas condições de saúde não permitem que ele prossiga naquele trabalho árduo e penoso. Com a construção da siderúrgica, iremos ter um mercado de trabalho para essa população que fica marginalizada das minas de carvão mas que ainda pode produzir, e produzir muito, para o Brasil e para a Região.

Esses os dois registros, Sr. Presidente, que desejava fazer ao início desta Sessão Legislativa Extraordinária do Congresso Nacional, congratulando-me com o Governo Federal e, acima de tudo, com o povo catarinense pelas medidas adotadas no sentido de que tenhamos, em Santa Catarina, onde existe o carvão, uma usina siderúrgica que venha apressar o desenvolvimento do meu Estado. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima,
Zacharias de Assumpção,
Cattete Pinheiro,
Sebastião Archer,
Vitorino Freire,
Joaquim Parente,
José Cândido,
Dinário Mariz,
Manoel Vilça,
Ruy Carneiro,
Dionísio Gondim,
Barros Carvalho,
Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Está terminado o pedido destinado ao expediente. Presentes 36 Srs. Senadores, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1 da pauta:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1966, de autoria da Comissão Diretora que prorroga por um ano a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo, PL-6, da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado.
O projeto voltará à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1966

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo, PL-6, da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' prorrogada por um ano a licença concedida pela Resolução nº 1, de 1965, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução número 6, de 1960, sem vencimentos, o Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro desta Secretaria, Sebastião Ruy Rollo Maciel.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Assessor Legislativo.

Em discussão o projeto. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado. Vai à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1966

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, o funcionário da Secretaria do Senado Federal Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Assessor Legislativo.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Assessor Legislativo PL-2, do Quadro desta Secretaria, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, para exercer as funções de Gerente da Carteira de Investimentos do mencionado Banco.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Item 3, da pauta:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.413, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965, (nº 182-A-63, na Casa de origem) que altera o art. 134 do Código de Processo Civil (Parecer no sentido de ser sobrestado o curso da matéria até que seja apreciada, em tempo próprio, a reforma do Código de Processo Civil).

Em discussão o parecer. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o parecer, queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado. Em consequência, fica sobrestada a tramitação da matéria nos termos do parecer aprovado.

E' o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 1.413, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 106, de 1965, que altera o art. 134 do Código de Processo Civil.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

O presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, altera o artigo 134 do Código de Processo Civil. Visa a modificar o § 3º do dispositivo sobre competência de foro.

Não se trata de matéria urgente, e o Poder Executivo já está enviando ao Congresso Nacional os projetos elaborados com o fim de rever os Códigos atuais. Na Câmara dos Deputados já se encontram pelo menos dois projetos: o de Código Civil e o de Código das Obrigações.

Nada aconselha, portanto, que se persista no erro de multiplicar o número de pequenas leis alterando o sistema de Códigos, que estão em via de reforma.

Opinamos, pois, pelo sobrestamento da proposição, para que seja apreciada, em tempo próprio, conjuntamente com o projeto de reforma do Código de Processo Civil, que se sabe já elaborado. E' como tem procedido a Comissão em hipóteses semelhantes.

Se o Plenário, no entanto, assim não entender, somos por que se rejeite o projeto pelas mesmas razões que aconselham o sobrestamento.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Heribaldo Vieira — Bezerra Neto — Argemiro de Figueiredo — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.414, de 1965 da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1962, que modifica os arts. 378, 379, 381 e 842, XVII, do Código de Processo Civil (Parecer no sentido de ser sobrestado o andamento do Projeto, para ser examinado em conjunto com a reforma do Código de Processo Civil).

Em discussão o Parecer.

O Sr. Aarão Steinbruch — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não bastasse a mutilação que vem sofrendo o Poder Legislativo, através de resoluções do Executivo que, inclusive baixa decretos-leis não estando em recesso o Parlamento Nacional, a douta Comissão de Constituição e Justiça entende determinar que sejam sobrestados todos os projetos apresentados por legisladores até que se remetam a esta Casa os anteprojetos de códigos anunciados pelo Governo, inclusive o Código de Processos Civil.

Ora, o Governo Federal, conforme notícia a imprensa, pretende remeter ao Congresso Nacional os anteprojetos do Código Civil, do Código de Processo Civil, do Código Comercial, do Código do Trabalho...

O Sr. Antônio Balbino — O Código Comercial já está integrado no Código Civil. Há unificação do Direito Privado.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — O primeiro projeto que apresentamos à consideração desta Casa, e tomou o nº 1 ou 2, se não me falha a memória, quando assumimos a cadeira de Senador, também foi sobrestado, até que fosse remetido o anteprojeto do Código do Trabalho, que até a presente data não chegou ao Senado.

Como dizíamos, se o Governo tem o propósito de remeter projetos de toda e qualquer natureza, *ipso facto* será defesa a qualquer parlamentar, apresentar qualquer projeto de qualquer natureza, porque a Comissão de Constituição e Justiça entenderá de sobrestar o andamento da proposição, até que venha a esta Casa anteprojeto anunciado pelo Governo.

Dai por quê, Sr. Presidente, votarei contra o parecer da Comissão, embora sabendo ser vencido na matéria. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Continua em discussão o parecer. (Pausa.).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado, contra o voto do nobre Senador Aarão Steinbruch.

E o seguinte o parecer aprovado:

PARECER

PARECER Nº 1.414, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1962, que modifica os arts. 378, 379, 381 e 842, XVII, do Código de Processo Civil.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

Este projeto, de autoria do Senador Ferreira de Souza, altera os arts. 378, 379, 381 e 842, XVII, do Código de Processo Civil.

Tratando-se de projeto de 1952, a que outras leis já sobrevieram, e uma vez que o Poder Executivo começou a enviar ao Congresso Nacional os projetos de novos Códigos — o do Código Civil e o de Código das Obrigações se encontram na Câmara dos Deputados —, somos pela inconveniência de tramitação isolada da matéria.

A multiplicidade de pequenas leis modificadoras dos Códigos perturba a unidade e o conhecimento do sistema vigente. E se os Códigos já estão em via de reforma, não há por que adotar alterações, que não são urgentes.

Assim, de acordo com pronunciamentos anteriores da Comissão em casos semelhantes, e em harmonia com regras regimentais já repetidamente invocadas, opinamos pelo sobrestamento do projeto para ser examinado em conjunto com a reforma do Código de Processo Civil.

Se o Plenário não convier nessa providência, parece-nos que o projeto deve ser rejeitado pelos mesmos motivos que fundamentam o sobrestamento.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Bezerra Neto — Argemiro de Figueiredo — Heribaldo Vieira — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

(Adalberto Sena) — Está esgotada a matéria a matéria constante da matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 7 de fevereiro de 1966

(Segunda-Feira)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, Luiz Renato Vieira da Fonseca, Auxiliar-Legislativo PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos).

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DAS CONGRESSISTAS

Ata da terceira reunião extraordinária, realizada em 27 de novembro de 1965.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, às onze horas, na sala de reunião, presentes os Senhores Anís Badra, Pedro Braga, Campos Vergal e Ari Pitombo, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Conselho empossa o Presidente, Monsenhor Arruda Câmara, que foi eleito para mais um

ano, no dia 25 último. O Senhor Aniz Badra solicita a palavra para enaltecer a administração de Monsenhor Arruda Câmara, declarando que o reconhecimento de todos, do que afirma, está na continuidade do mesmo na Presidência, através de reeleições sucessivas. Declara, ainda, que Monsenhor Arruda Câmara é agora um patrimônio do Instituto, tanto quanto já um patrimônio nacional e que a Câmara fez bem em reeleger-se pois ele é um marco que vem abençoar o Instituto. Estas declarações são aprovadas por unanimidade. Monsenhor Arruda Câmara agradece ao Senhor Aniz Badra e aos colegas afirmando que esses votos de louvor ele divide com todo o Conselho pois, graças às suas decisões acertadas ele tem conseguido realizar uma boa administração. Em continuação o Senhor Presidente lê requerimento do Senhor Ozires Pontes que na qualidade de procurador do ex-parlamentar Padre Palhano Saboia, solicita devolução da metade da parte paga do empréstimo feito pelo interessado ao Fundo Assistencial, tendo em vista que o pagamento do período de carência do mesmo deverá ser pago por subvenção ordinária. A matéria fica para ser decidida na próxima reunião ordinária. Finalmente são aprovados os requerimentos de inscrição dos Senhores: Ives de Freitas, João Cavalcante Barros, Rubens Henriques da Costa, Francisco de Paiva Borges, Ubiratan Ouvinha Peres, Lya de Lima Borges, Antônio Fernando Pinto Martins, Nelson Geraldo de Carvalho, Hosael Nascimento, Cicero Leonardo Sobrinho, Valfrido Vieira dos Santos, José Olegário Teodoro, João Casmo de Lyra, José Gomes da Silva, Almir Washington de Freitas, Roberto Simão, Luiz de Siqueira Santos, Deniz, Antônio Carlos Costa Dias, Lourival Ferreira Birino, José de Souza Maia, Luiz de Siqueira Santos, Geraldo Nere Ribeiro, Hildeu Baptista, Euclides Neres de Santana, Antônio Hora de Oliveira Penna, Roza Cesário de Carvalho, Herédias Aurélio Reis, José Menezes de Moura, Antônio Cavalcante Sobrinho, Joaquim Ferreira Campos, Elcio dos Santos, Luiz Carlos Rocha, Antônio Capo da Silva, Messias de Souza Costa, Rosalina Soares da Costa, Jackel, Salmon Lustosa Elvas, Martinho José dos Santos, José Benedito Brandão, Vital Xavier de Lima, Nilton Pereira de Santana, Ivan Pereira Mareal, Automagno da Silva, Francisco Olímpio Pereira Marçal, David Pereira Pires, José Nunes da Silva, Divaldo Fernandes Pereira, Miguel Ribeiro Barros, Sebastião Figueira Santana, Francisco Pires de Oliveira, Manoel Moreira da Silva, Luiz Mendes, João Ferreira da Silva, Cláudio Vital Rebouças Lacerda, Jorge Martins, José Edmilson Saraiva, João Florêncio Cavalcante Balduino Conceição Santana, Lázaro de Freitas, Arary Francisco, Manoel Bernardino dos Santos, Valdemar Moraes de Queiroz, Higinio José do Espírito

Santo, Nilton José de Souza, João Rocha Dias, Licurgo Manoel Cora, Valdeir José da Silveira, José Ribeiro dos Santos, Lázaro Ferehetti, Bertino Lascoschi Silva, Lúcio Machado Tosta, Benedito de Arruda Magalhães, Otto Mares. Nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião às treze horas, e, para constar, eu, *Alberto de Oliveira*, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da quadragésima sexta reunião, realizada em 2 de dezembro de 1965.

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e cinco, às onze horas, na sala de reuniões, presentes os Senhores João Herculino, Pedro Braga, Ary Pitombo e Último de Carvalho, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. — Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Senhor Presidente apresenta requerimento do Senhor Amaro Monteiro de Souza, ex-associado, que pretende retornar ao Instituto, solicitando que o pagamento das contribuições de 1964 até esta data seja feito em parte pelo empréstimo do próprio Instituto o restante em 12 prestações mensais, o que é deferido. A seguir trata-se do requerimento do Senhor Carmelino Toso no sentido de que lhe seja concedido auxílio-doença, nos termos da Resolução nº 5-65, sendo o mesmo distribuído ao Sr. Ary Pitombo, o qual relata na hora pelo indeferimento da esposa do interessado verificou-se antes de 21 de outubro último, ou seja, anteriormente a Resolução número 5-65. O Conselho aprova o parecer. Em continuação o Senhor Último de Carvalho apresenta ao Conselho sugestão de vários colegas no sentido de que o I.P.C. adiante aos associados as quantias correspondentes ao empréstimo compulsório depositados na Caixa Econômica, ficando o Instituto como beneficiário do mesmo, inclusive dos juros correspondentes. O Senhor Presidente designa o próprio Senhor Último de Carvalho para estudar a matéria e relatar. A seguir trata-se do requerimento do Senhor Ozires Pontes, procurador do ex-Parlamentar Padre Palhano Saboia, que foi lido na Reunião anterior. O Conselho decide que: no caso vertente seja devolvido cinquenta por cento assim como para os que pagaram a carência total às suas expensas, e cem por cento para os que pagaram parte do empréstimo tomado ao Fundo Assistencial, desde que estejam na relação do Convênio feito com a Deputada Ivette Vargas. Nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião às treze horas, e, para constar, eu, *Alberto de Oliveira*, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

da Silva, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste, a tomar assento à mesa e concede a palavra a sua senhoria a fim de dar início a sua exposição sobre algodão, cacau e café. No transcorrer de sua exposição teve sua senhoria oportunidade de responder a quesitos formulados pelo Sr. Senador Atílio Fontana, Relator Substituto, e pelos Srs. Senadores Heribaldo Vieira e Atílio Fontana.

Concluídas as indagações o Senhor Presidente agradece ao Senhor Doutor José Ferreira da Silva pelo pronto atendimento dado à convocação feita por este órgão técnico e determina que o apanhamento taquigráfico dos debates passem a fazer parte integrante da presente ata, sendo publicado, como anexo, no *Diário do Congresso Nacional*.

O Senhor Presidente, às dezessete horas e trinta minutos, encerra a presente reunião e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, lavrei a presente ata, que, depois de lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14-10-65, ÀS 15,00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO REFERIDO NA

ATA

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador Atílio Fontana, Relator Substituto.

Convidado: Sr. José Ferreira da Silva, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE).

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Estão abertos os trabalhos.

O convocado de hoje é o Dr. José Ferreira da Silva, Diretor do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Nordeste.

O assunto da sua dissertação é açúcar, algodão, cacau, café, pecuária e pastagem.

Tem a palavra ao Sr. José Ferreira da Silva.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Sr. Presidente, é uma honra para a minha instituição poder contribuir com algo para a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação de Requerimento número 285.

Teremos o maior prazer em responder a V. Exas. e dar algum esclarecimento sobre aquilo que nos for solicitado.

Inicialmente, queria adiantar que no título de nossa convocação diz, proceder ao estudo e à coordenação de medidas atinentes ao controle de preços de exportação das matérias-primas, minerais e produtos agropecuários nacionais.

Desejo esclarecer à Comissão que o nosso Instituto de Pesquisas e Experimentação Agro-Pecuárias não tem entre seus atributos o que diz respeito a preços de exportação de matérias-primas.

Será de grande interesse para a Comissão conhecer o que fazemos sobre pesquisas no Nordeste e qual a orientação que está sendo dada ao Instituto. Não sei se será demais ler alguma coisa sobre o que o Instituto realiza.

Quero adiantar que o Instituto que tenho a honra de dirigir, que tem por obrigação cobrir a área que compreende Alagoas até o Piauí mas procurarei resumir quanto possível o que tenho a declarar à Comissão.

Antes de tudo, nos dedicamos, no Nordeste, à cultura, com objetivo de exportação. Temos algodão e cana de

açúcar duas culturas de grande significação para aquela região. O nosso Instituto está também entrando com a parte da pecuária, a nosso ver uma das atividades, dentro das normas da agricultura, das mais importantes para o desenvolvimento do país.

Sobre o algodão temos dois tipos, o herbáceo e o arbóreo, no sentido das características tecnológicas das fibras e do aumento de produtividade.

O arboreo é considerado um dos melhores e de maior aceitação. O Seridó produziu este ano 2 mil kilos de sementes, colhidas e maseu campo próprio e nos dos cooperados.

O espaçamento, atualmente, é de 2 a 3 metros entre linhas e de 0,25 a 0,50 entre pés, conquista e indicação da Estação.

O Herbáceo, com os trabalhos efetuados na Estação de Surubi, originaram variedades de grande aceitação e ótima produtividade.

Com as pesquisas e as conquistas feitas em Seridó foi aconselhado, então, um espaçamento no algodão plantado, com uma distância, entre linhas de dois a três metros e entre os pés, com a distância de vinte e cinco a cinquenta centímetros, o que pode permitir um adensamento muito maior da população, por hectare, dando um aproveitamento bem avantajado.

Essa norma já está sendo seguida no Nordeste e é levada ao agricultor através da SUDENE, principalmente porque nossos trabalhos de pesquisas visam entregar aos órgãos de promoção, justamente de efetuar esse trabalho de ligação entre a pesquisa e o agricultor.

Esse espaçamento determinou um aumento de produtividade em mais dez por cento, segundo dados oferecidos através dos experimentos colhidos. Quero ainda dizer que o algodão mocó, naturalmente, no primeiro ano não dava produtividade significativa e sim do segundo ano em diante. Assim, com o adensamento, no primeiro ano se passou a colher o algodão em carvão, que era de produtividade bem elevada passou a ser maior no segundo e terceiro anos. Desse modo, com o adensamento houve um aumento de mais de cem por cento e hoje está sendo colhido em grande intensidade em toda a zona do Nordeste.

Outro processo de se cultivar o algodão arbóreo — aliás, vimos estudos sobre ele — é o da consociação com milho e feijão. Parece paradoxal, mas, na realidade, o algodão produz mais em consociação — quer economicamente, quer auxiliando o algodão em si — do que plantado livremente. Talvez porque o agricultor, no sentido de proteger a cultura, dê mais trato do que normalmente.

Há um aumento bem grande. No algodão arbóreo, como as linhas estão separadas de 2 a 3 metros, há essa possibilidade.

Outro ponto: hoje, graças a esses estudos da Estação Experimental de Seridó, o algodão é plantado em linhas duplas, distanciadas 2 a 3 metros, sendo o espaçamento entre os pés de 0,25 a 0,50. Essa forma de plantio dá maior embassamento à raiz.

Como sabem, o algodão mocó plantado em pleno sertão de Seridó e quem chega do Sul logo faz a seguinte pergunta: como é que diss tudo queimado pode se produzir alguma coisa? Só o algodão resiste.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Sem adubo?

O SR. FERREIRA DA SILVA — Sem adubo. No Nordeste, talvez 98% das culturas de algodão não levar adubo. É uma norma que estamos procurando corrigir, porque não há adubação no Nordeste, para algodão, milho e feijão.

Apenas há uma adubação no Nordeste, que é para a cana-de-açúcar. tensos na Estação experimental de Surubim, em Surubim, Pernambuco, se originaram as variedades

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada com a aprovaçã do Requerimento Nº 285, de 1965, para "Proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação de matérias-primas minerais e produto agropecuários nacionais."

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 1965

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Comissão Fi-

nanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores Heribaldo Vieira (Vice-Presidente), Atílio Fontana, Raul Giuberti e Eugênio Barros, reuniu-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965. Comparecem, ainda, os Senhores Senadores José Leite e Julio Leite.

Ausentes, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Ermirio (Relator) e Argemiro de Figueiredo.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, uma vez aprovada, assinada pelo Senhor Presidente vai à publicação.

O Senhor Presidente, abrindo os trabalhos, convida o Sr. José Ferrei-

"Herbácea — Os trabalhos intensos na Estação experimental de Surubim, em Surubim, Pernambuco, se originaram das variedades Su-0449, Su-0450 e Su-Carrapicho, de grande aceitação e ótima produtividade.

Houve um trabalho intenso com as variedades AFC, Pitagai, Su-0450, Su-0449 e Su-Carrapicho e este ano a Estação e os cooperados produziram cerca de 34.000kg de sementes certificadas que cobriram uma boa área do Norte e Nordeste do Estado de Pernambuco."

Abro aqui um parêntese: Na Estação de Surubim produzimos o algodão de boa qualidade. Os trabalhos que são realizados lá, para a nossa satisfação, foram alvo de grandes elogios pelos dois grandes responsáveis pelo aumento do algodão em São Paulo.

Este ano tivemos o empenho de convidar para uma mesa-redonda no Instituto, durante dez dias, o Doutor Neves e o Dr. Popilo, que são os dois homens responsáveis pelo aumento do algodão em São Paulo.

Estes dois técnicos ficaram conosco esses dez dias e fizeram uma programação conjunta para este ano.

Quando assumi a direção do Instituto, de princípio pensei em levar aos agricultores recursos e, daí, as medidas visando demonstrar as vantagens de adubos e de processos de cultivo mais avançados. E' do nosso programa a diversificação.

Assumimos a Presidência do Instituto a 1º de outubro, data não propícia para maiores atividades. No entanto, procurei traçar as diretrizes para o ano seguinte.

Com essa reunião sobre o algodão, verificamos que o Ceará, Estado de maior produção algodoeira, é onde existe algodão de piores características. E tenho uma informação a dar que, tenho a certeza, fará com que o Sr. Senador que preside esta Comissão fique satisfeito; em todo o Nordeste, o Estado de maior produção por área é o Piauí. Tive oportunidade de verificar, no levantamento que fizemos, que o Piauí dá cerca de 400 quilos por hectare. Quanto ao Ceará, estamos trabalhando, para isto.

No Ministério da Agricultura, O Departamento de Promoção conta com grande número de postos agropecuários. No Ceará, temos, para pesquisas, apenas uma estação, experimental, a de Barbalha, que está situada em Barbalha, num dos órgãos do Cariri. Ela se dedica mais à cultura do açúcar, do milho, do feijão, em pequena intensidade, e, em grande, à do arroz e da mandioca.

Precisamos estender-nos para o lado da zona do Cariri. Do lado da zona algodoeira, por exemplo, temos esperança de conseguir o pósto de Milagres, que pertence ao Departamento de Promoção Pecuária e está, praticamente, sem uso. Estamos em entendimentos, mas ainda não conseguimos passagem para ir até lá. Pode ser que V. Exa. nos consiga ajuda nesse sentido, pois queremos expandir o que há, em benefício de toda a região.

Como eu estava dizendo, no Surubim, onde nos dedicamos ao algodão herbáceo, distribuímos cerca de 34 mil quilos de sementes certificadas. Temos até Estação, no Estado da Paraíba, a Estação Experimental de Alagoinha, situada numa zona de transição. Ali, também, o algodão herbáceo é trabalhado com grande intensidade. Tivemos ainda uma distribuição de sementes de cerca de 36 mil quilos. Conseguimos que toda semente de algodão distribuída no Nordeste seja a básica produzida pelo Instituto Agrônomo do Nordeste, pelos Institutos particulares à altura e mais alguns produtores, como a Secretaria de Agricultura dos Estados, a fim de que o agricultor receba a semente de qualidades genéticas boas e em condições fitossanitárias à altura do investimento que vai fazer.

Este é um dos planos que pretendemos realizar. Esbarramos, muitas vezes, com dificuldades, porque o nosso Instituto é de pesquisas, mas muitos acham que talvez seja um pouco de promoção. Entendemos, porém, que a pesquisa tem de fazer a sua promoção, para que o conheçam melhor, mas procurando envolver todos os esforços no sentido de dar completa assistência aos agricultores. Só assim confiarão no Ministério da Agricultura.

Houve, ainda na área do herbáceo, a introdução de diversas variedades, que continuam em estudo.

Na Fazenda Experimental de Surubim, estamos fazendo diversos cruzamentos entre as nossas melhores variedades.

Já se tem pensado no aproveitamento do caroço do algodão para o fim do enriquecimento da farinha de alimentação humana.

Temos ainda, no tocante ao algodão herbáceo, a Estação Experimental de União dos Palmares, Estado de Alagoas, que realizou diversos experimentos e distribuiu cerca de 5.000 quilos de sementes certificadas dos seus campos e dos campos de cooperação, durante este ano.

Tanto no setor de algodão herbáceo como arbóreo, os trabalhos de pesquisas continuam com purificação, criação e introdução de variedades e estudos agrotécnicos no sentido de uma maior racionalização das culturas para um aumento da produtividade e maior índice das qualidades tecnológicas das fibras dentro dos tipos.

Nós temos como meta principal o aumento da produtividade, e, também, a melhoria das qualidades tecnológicas da fibra, e também maturação numa época mais ou menos certa, a fim de que não se conte na colheita com fibras de diferente estação de maturação. Também, queremos modificar ao máximo a questão de comprimento das fibras. Na estação do Seridó, no Rio Grande do Norte, está se fazendo um experimento muito interessante. Fêz-se o confronto da produção de algodão produzido por semente e algodão da mesma variedade produzido por estaquias. E, até agora, a conclusão a que estamos chegando é que não há diferença entre o algodão produzido por sementes e o produzido por estaquias; mas, ao mesmo tempo, o de estaquia apresenta grande vantagem, que é a de uniformidade de fibras em toda aquela gleba onde se planta algodão. O que importa é o comportamento na máquina, porque no campo dá uma rentabilidade ao agricultor, mas a rentabilidade na máquina é o que mais interessa à indústria.

As nações mais adiantadas, como Estados Unidos, Egito, eles conseguem até um rendimento de cerca de 37 a 38% na máquina da grande indústria. Na máquina do laboratório, conseguem de 39 a 41. Aqui, temos conseguido de 34 a 35%, e nem sempre.

Então, esse é um dos setores que estamos enfrentando, a ver se conseguimos ainda maior rendimento do aproveitamento industrial.

Como disse há pouco ao Senador ao meu lado, estamos também procurando trabalhar no sentido do aumento da produtividade, mas não podemos deixar de cuidar da parte de pesquisa pura. Iniciamos agora o trabalho, que ficou sob minha responsabilidade, uma vez que, além de Diretor do Instituto, ocupo duas cadeiras, na Faculdade de Medicina de Recife e na Escola de Agronomia, ficando a meu critério conseguir a adubação através de bomba de cobalto, e conseguimos um processo mais avançado e ganhamos tempo na questão de melhoramento. Esperamos, com a efetivação do plano de trabalho que estamos realizando este ano, preparar-nos para lançamento dos experimentos em 1966, quando vamos contar, em todas as

nossas estações, com o aumento de pelo menos cinco vezes da produção de sementes. Basta dizer o seguinte: na Estação Experimental de Surubim foram feitos, há dez anos, experimentos de adubação, e os dados, de certo modo, foram conclusivos, mas os técnicos que usavam a adubação alegavam que no primeiro ano não era econômica. Sempre me bati por um acordo. Achava que no primeiro ano talvez não fosse econômica, mas com a continuação provocaria a melhoria do solo e, de fato, o aumento da produtividade. Temos de ver a situação atual. Sabe-se muito bem que o solo para se empobrecer é fácil, contudo, para fazê-lo voltar ao seu estado de riqueza, é muito difícil.

Neste ano, na Estação de Surubim, já começamos com o trabalho, e todo o algodão foi plantado com adubação e correção.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — O solo deve ser plantado cientificamente, para atender às suas necessidades e à da cultura.

Acho que o principal é a utilização de boas sementes e de fertilizantes.

O SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Aliás, V. Exa. vem de encontro à finalidade com que fui convocado aqui. Fiz parte de um grupo interestadual e interministerial, em outubro, para examinar a questão da produtividade no Nordeste e do seu aumento quase que imediato.

Na época, achamos que o principal ponto a atacar seria o do preço mínimo. Entendíamos que isso possibilitaria o aumento da produção.

Na verdade, o que muito prejudica os agricultores é a espera por três, quatro ou cinco dias, para vender seu produto, o que não aconteceria se houvesse armazéns gerais para receber o material. Estes poderiam conceder 80% do valor da produção aos agricultores, o que seria reinvestido na lavoura, no aumento de número de técnicos, da área de cultura e, principalmente na técnica empregada nessa cultura.

Para nós é muito mais interessante área menor, desde que nela seja aplicada a técnica moderna de sementes selecionadas e tudo o que permita o aumento de produção.

Quanto ao algodão, creio que focalizei todos os Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — O preço do algodão no ano passado correspondeu a uma remuneração justa?

O SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Posso adiantar a V. Exa. que o preço no ano passado foi satisfatório. Como houve, esse ano, grande incentivo à produção é que seja bem maior no ano de 1966. O preço foi justo.

Houve necessidade de que o agricultor pudesse descontar a sua colheita na armazéns gerais, recebendo o quantitativo, por conta a entrega.

Somos seis institutos no Brasil, dividindo seis áreas, abrangendo seis áreas.

Vossa Excelência tocou num ponto que abordamos na última reunião que tivemos com técnicos algodoeiros, sob a presidência do Dr. Ubaldo Veloso, pai do médico do Senado Dr. Evilaio Veloso, e que é uma das maiores autoridades em algodão arbóreo do Brasil, ilustre piauiense, inclusive criador das linhagens 91 e 93, origem de toda essa variedade.

Sabe V. Exa. que a cana de açúcar, no nordeste, tem seus trabalhos de pesquisa e experimentação liderados pelo Instituto Agrônomo do Nordeste. São criadas novas variedades de cana e hoje, com satisfação podemos adiantar que grande parte da cana utilizada nos Estados canavieiros do nordeste é originária das variedades criadas no Instituto Agrônomo do Nordeste. Agora mesmo,

num experimento realizado fora do Instituto, pelo IAA, ficou comprovado que as três melhores variedades de cana são as criadas no Instituto, mesmo competindo com as modalidades de campo, com as importadas etc. Foi com grande satisfação que verificamos estar aquele produto em primeiro lugar, tanto no que diz respeito à produtividade por área como na produção de açúcar. Tenho em mãos o resultado desses experimentos, que poderei fornecer, se for de interesses de V. Sas., sobre três variedades de Iani. Entre as variedades, a cidle do campo, campo-Brasil e a cana ponto, a variedade Iani — que é a sigla da variedade criada em nosso Instituto — tirou em primeiro lugar em alguns experimentos. O que vem provar que o nosso trabalho de melhoramento vai tendo grande significação. A produção de cidles que era de nove mil cidles anuais, em um ano foi aumentada para noventa e um mil cidles, e quanto mais produzirmos sementes de cana, maior possibilidade teremos de aceitação. Prevemos para 1966 a produção de cem mil cidles. Utilizamos a variedade da própria zona, ecologicamente adaptada às várias regiões, e com isso conseguimos aumentar a produção. A cana Iani atualmente tem grande aceitação em todo o Nordeste.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Há alguma variedade de cana particularmente resistente às pragas da cana?

O SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Até agora nada conseguimos quanto a esse ponto. Temos instalada em Pernambuco a Comissão Contra Pragas da Cana do Açúcar, a qual se dedica exclusivamente a esses estudos, inclusive com sessões de estudos de entomologia e fitopatologia. E até hoje nenhuma variedade se revelou com maior resistência a cigarrinha. Há um grande ataque de cigarrinha na zona próxima a Palmares, zona distante 125 km do Recife, mas, em outras zonas esses ataques não são tão constantes. Houve o seguinte: há aproximadamente oito anos, os usineiros fundaram a Estação Experimental da Cana de Açúcar, e, no afã de andar mais rápido, importaram, de São Paulo, muitas variedades de cana. Temos cerca de 480 variedades de canas diferentes em estudos, variedades essas que vamos lançar ao público depois de 4, 5 ou 6 anos de observações.

Infelizmente os agricultores quiseram andar um pouco mais rápido e introduziram a cana da variedade 45-3. O resultado é que, após grandes plantações preparadas, surgiu a "podridão vermelha". Muitos usineiros, que fizera grandes investimentos na introdução dessa variedade em suas culturas, estão tendo prejuízos imensos. Esse é o mal. Não se deve fazer uso de qualquer material antes de o mesmo passar por uma quarentena nos nossos Institutos.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Podridão Vermelha?

O SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Sim.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — E como ela se manifesta?

O SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Ela surge nas raízes das touceiras de cana e, depois, aparece uma coloração vermelha no caule, resultando grande perda de produtividade para a formação do açúcar.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Qual o nome científico da doença?

SR. JOSE FERREIRA DA SILVA — Não posso adiantar o nome científico do mal porque não estou senhor desse nome. Essa doença é produzida por um fungo.

Na questão da cana de açúcar temos o aproveitamento da calda das usinas para fertilizantes. Em Pernambuco, na Usina de Pumaqui, o ex-Ministro Roberto Costa fez adubação com a calda, que é resíduo da adubação. Esta medida partiu do Instituto.

A calda é colocada na proporção de 250.000 litros a 500.000 litros por hectares. Em três anos tivemos um aumento de produtividade muito grande.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É preciso muito cuidado, porque pode ocasionar a queima da cana.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Temos observações e estudos sobre aplicação da calda de açúcar na adubação. É aplicada em temperatura alta entre 90 e 100 graus. A aplicação direta da cana não prejudica o andamento. No entanto, é preciso cuidado com a salinização, pois há um deslocamento de potássio de ódio para a parte mais profunda, para a parte superior. Foi feito um estudo dos micro-organismos das diferentes faixas de 90 centímetros. Graças a ela podemos prever o emprego racional da calda da cana de açúcar.

No ano passado estendemos o uso da calda a outras culturas, como a do arroz. Fizemos a primeira experimentação, mas ainda não temos um resultado. É apenas notícia. Vv. Ss. sabem que se perdem bilhões de cruzéis com o lançamento da calda nos rios. Além de colocar-se fora matéria de alto poder fertilizante, prejudicando completamente a fauna e a flora. É uma coisa que tem de ser colhida. Aliás, de dois anos para cá, a derrubada de calda nos rios é feita em menor escala. Já está havendo um aproveitamento muito interessante, em Alagoas e em Pernambuco. Neste Estado, na Usina Serra Azul, através dos trabalhos do químico Dr. Gonçalves de Lima — que devem conhecer de nome esse grande cientista brasileiro, que a transformação da calda em elemento com grande quantidade de proteínas (cerca de 45%), introduzindo modificações na calda, que recebe uma corrente de ar, injetada diretamente no seio da calda. Depois é ela passada numa grande esmagadeira e daí surge a torta, uma torta com base de 45% de proteínas, muito apreciada pelos animais, porque tem o cheiro aproximado do leite. Já existe uma fábrica de proteínas da IAA em Alagoas, e esse produto é também feito nas destilarias dos produtores em Alagoas.

Temos, em Pernambuco, feito estudos muito intensos sobre a cana de açúcar. Chegou-se à necessidade imperiosa de concentrar a plantação da cana o mais perto possível da zona industrial das usinas. Em Pernambuco, temos a serra entre setembro e janeiro ou fevereiro. Depois começam as chuvas.

Para uma produtividade média de 80 toneladas atingir 80 a 85 toneladas por hectare, temos a cana e a calda soca, como chamamos.

Vou citar o caso de um agricultor de Limoeiro, Recife. Ele plantou cana há 15 anos e o terreno é tão bom que ele tira mais de 80 toneladas por hectare.

Aliás, sobre Senador Heribaldo Vieira, no Estado de V. Exa., Sergipe, a agricultura está bem desenvolvida. Sempre que passo por lá, é com satisfação que vejo isto. As espigas mais bonitas que eu vi foram em Sergipe, na terra da minha avó.

Temos em nosso Instituto o segundo laboratório de análises do Brasil. Estamos aptos para fazer 400 análises de fertilidade do solo por dia. Atualmente, fazíamos cerca de 8 a 10 análises em solo, por dia. Hoje, há a aparelhagem instalada no Instituto Químico do Rio de Janeiro, por um brasileiro sem curso superior. Um me-

cânico de nome J. Abreu fez uma adaptação de maquinismo de tal maneira que nos possibilita fazer, em cada minuto, 20 análises de solo. Esta aparelhagem é a terceira do Brasil, em volume e resistência. O seu representante foi aos Estados Unidos para mostrar que no Brasil também se faz algo de grande utilidade nesse setor. O maquinismo foi feito em cooperação com um técnico americano e, hoje, como disse, podemos fazer 400 análises de fertilidade por dia.

Cada análise custa ao Instituto dois mil cruzeiros; vendemo-la ao agricultor à razão de 500 cruzeiros, porque tudo que é dado nunca corresponde à finalidade que se quer. Cobramos então 500 cruzeiros por análise que nos custa 2 mil.

Estamos em entendimento com o Banco do Brasil e os plantadores de cana, no sentido de empréstimos a esses agricultores, para facilitar-lhes as análises de terra no nosso Instituto. Quando damos o resultado, damos a correção calcária, quantidade de adubo, de fosfato e potássio.

Ao assumir a direção do Instituto, no ano passado, dediquei-me logo de início à parte de distribuição de sementes de cana de alta qualidade, por todo o Nordeste. Essa parte estava um pouco abandonada e então passei a fazer essa distribuição em grande quantidade e, então, passamos a ter a produção de setenta toneladas de sementes, em um ano. Entretanto, consegui aumentar essa produção para oitocentas toneladas, sendo de variedades selecionadas. Espero, entretanto, para o ano vindouro, em julho, possamos ter a produção de três mil toneladas de sementes de cana de variedades selecionadas.

Além disso, estamos no momento atendendo à preparação do campo, abrindo valetas, etc., porque temos como meta — aliás foi um dos conselhos e recomendações do nosso Diretor Geral, através informação com o Sr. Ministro Hugo Leme — justamente não visarmos economia na produção de sementes de qualidade. Isso porque, conforme dizia S. Exa., mesmo que saísse, essa produção de sementes, a um alto preço, ainda era aconselhável porque iria equivaler a um aumento de produtividade. Então a norma era no sentido de se produzir semente de qualidade por qualquer preço que fosse. Aliás estamos preparando o Instituto com essa finalidade, justamente para levar ao agricultor apenas sementes de qualidade, com altas características de seletividade e de sanidade.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Sendo representante por Santa Catarina, gostaria de dizer a V. Exa. de que no meu Estado temos usinas de açúcar mas toda a cana é plantada com mudas, enquanto estou ouvindo que V. Exa. no Nordeste, faz a plantação através sementes.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Lá chamam tolete, rebolo, nós chamamos cana semente.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — A plantação, a lavoura é feita com isso?

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Com esse tolete, rebolo.

Nossa finalidade é dar uma semente verdadeiramente de valor, seja a que preço for. O preço não interessa. Por outro lado, teremos um produto que irá permitir maior rentabilidade a toda a região.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA (Relator) — Nada custa barato.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Sou professor de Genética na Universidade Rural de Pernambuco e tive a honra de substituir o catedrático por muitos anos. É minha ca-

deira predileta, minha especialidade, dela entendo alguma coisa e procuro dar ênfase à genética, visando ao melhoramento do Instituto de Pesquisas.

As variedades de cana mais usadas no Nordeste são as coimbatore, as lane, as CP.

Temos a cana 331, que anteriormente foi como uma redenção para o Nordeste e que hoje é um espinho para o nordestino, porque a coimbatore 331 é muito rica em fibra e é também uma cana de ciclo muito tardio. No Nordeste não se pode esperar por esse ciclo de dezesseis, dezoito anos, cortando a cana mais cedo.

Então, está havendo um grande decréscimo na produção. Inicialmente, a cana chega ao local apropriado, onde deve ser feita a primeira distribuição, que deve ser regada. Mas naquela época dá uma produtividade de cana muito grande. Além do mais, o agricultor quer o aumento de produtividade.

Temos uma variedade de cana importada. A "coimbatore" é tida no sul como cana que chega a dar setecentas toneladas por ano. Mas temos o máximo cuidado na sua produção, porque não desejamos que haja o mesmo processo que está havendo agora: uma cana de alta produtividade e de baixo rendimento.

Já temos sido solicitado por diversos produtores de cana para fornecer sementes, mas ainda não pudemos fazê-lo, apesar de muitos já terem conseguido no Sul do país.

Contamos com uma coleção de 430 variedades de cana para trabalhos de cruzamento e de coleção.

Arroz: no Nordeste, ultimamente, estamos fazendo bom trabalho com o arroz. O Estado de Alagoas é de grande produtividade de arroz o mesmo acontecendo com o Piauí.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Sergipe produz arroz em grande quantidade, mas Alagoas é que lucra graças ao contrabando.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Quanto à parte de arroz, estamos fazendo bom trabalho, com variedades de arroz que foram este ano cultivadas e pudemos produzir grande quantidade de sementes básicas.

Produzimos, neste ano, 60 mil quilos de sementes básicas de arroz, das melhores variedades, e neste ano, contamos com mais de 60 toneladas de sementes selecionadas de arroz, para distribuir aos agricultores. E quando falamos assim, queremos dizer vender sementes. Hoje, é norma no Ministério, que se deve vender e não dar. No caso, por exemplo, temos que a semente seja mais cara do que o arroz para o consumo, se não é usado para a industrialização. Temos que vender semente a preço de semente.

No corrente ano, realizamos, no Instituto, talvez, o maior plantio do Brasil, com herbicida. Plantamos cerca de 50 hectares de arroz, com herbicida, onde não entrou a enxada, de modo algum. Usamos o herbicida seletivo, que tem a propriedade de matar todas as ervas daninhas do arroz, exceto o arroz. É aplicado no arroz depois de trinta dias do nascido. É o stam S-34. Fizemos isso com diversas variedades de arroz, as mais usadas na Região. E damos preferência, também, às variedades precoces, quer dizer, de noventa dias.

Temos variedades do Ceará, na do Barbalha, que dão com oitenta dias. Com herbicida, há cultura, desde que se seja com herbicida seletivo.

No decorrer deste ano, toda a cultura de cana vai ser plantada com herbicida.

Sou fã do herbicida porque, há oito anos, o experimentei em minha propriedade, com grande resultado. Acho que temos que caminhar para esse objetivo, fazendo, ao mesmo tempo, os estudos necessários, a fim de que não haja o empobrecimento de micro-organismos no solo.

Devo esclarecer que compramos, no ano passado, 4 milhões de herbicidas. Estamos preparando uma área de 40 hectares, para que o Instituto possa fazer seus trabalhos sobre irrigação e drenagem. Estamos instalando canais de irrigação, bombas e tudo o mais para atingir esse objetivo. Vamos empregar 60 milhões, para deixar o Instituto aparelhado no tocante à drenagem e irrigação, coisa que nunca teve até hoje. (Lê):

TRABALHO EM REALIZAÇÃO NO NORDESTE PELO INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DO NORDESTE.

Algodão: Melhoramento do algodão herbáceo e arbóreo no sentido das características tecnológicas das fibras e do aumento da produtividade.

Arbóreo: as variedades criadas na Estação Exp. de Seridó da rede do IPEANE, são consideradas as melhores e de maior aceitação. A E. E. de Seridó produziu este ano 12.000 kg de sementes certificadas colhidas em seu campo próprio e nos dos cooperados.

O espaçamento que está sendo usado, atualmente, de 2 a 3 metros entre linhas, e de 0,25 a 0,50 entre pés, foi conquista e indicação da Estação.

Esse espaçamento determinou um aumento de produtividade de mais de 100% conforme os dados dos experimentos instalados.

Herbáceo: os trabalhos efetuados na Estação Exp. de Surubim, em Surubim Pernambuco, originaram as variedades Su 0449, Su 0450 e Su-carrapicho, de grande aceitação e ótima produtividade.

Houve um trabalho com as variedades AFC, Pitaguar, Su 0450, Su 0449 e Su-carrapicho e este ano a Estação e os cooperados produziram cerca de 34.000 quilos de sementes certificadas, que cobriram uma boa área do norte e nordeste do Estado de Pernambuco.

Há trabalhos de grande importância com algodão "Glandless", sem gossipol, já tendo sido fornecido sementes em pequenas quantidades para testes de farinha e óleo.

A Estação Exp. de Alagoinha na Paraíba, trabalhando com algodão herbáceo, realizou diversos experimentos de espaçamento e distribuiu cerca de 36.000 kg de sementes selecionadas em seus campos e nos campos em cooperação.

Houve introdução de diversas variedades que continuam em estudos.

A Est. Exp. de União dos Palmareis, em União dos Palmareis, Estado de Alagoas, realizou diversos experimentos e distribuiu cerca de sementes certificadas dos seus campos e dos campos de cooperação.

Tanto no setor de algodão herbáceo como arbóreo, os trabalhos de pesquisas continuam com purificação, criação e introdução de variedades e estudos agrotécnicos no sentido de uma maior racionalização das culturas para um aumento da produtividade e maior índice das qualidades tecnológicas das fibras dentro dos tipos.

Realizamos um trabalho de planejamento intenso no setor de algodão herbáceo durante 10 dias, com o auxílio dos técnicos Neves e Popilo, do Instituto Agrônomo de Campinas responsáveis pelo melhoramento do algodão paulista.

Desta reunião surgiram normas e esquemas para um trabalho de 5 anos, que se enquadrará perfeitamente no plano do algodão, organizado pela equipe do IPEANE sobre a coordenação do Dr. Ursulino Dantas Veloso, cujo plano foi aprovado pelo DPEA.

Iniciamos ainda este mês trabalhos de indução e mutações em linhagens de algodão herbáceo por meio de radiações com bomba de cobalto.

Com a efetivação dos planos de trabalho a serem realizados para o ano, poderemos contar com um aumento, da ordem de cinco vezes, da

sejam 50%), na produção de sementes certificadas de variedades herbáceas e arbóreas.

Estamos instalando os primeiros experimentos para testar o comportamento do algodão herbáceo na zona da mata, com o intuito de induzir a policultura na zona canavieira.

Foi organizado pela equipe técnica, algodoeira do IPEANE, o projeto de algodão a ser realizado em 5 anos em todo o Nordeste, que conta com a ajuda do FFAP.

Traçamos plano para o início da batalha do melhoramento do algodão em Barbalha, dependendo apenas da passagem do posto Agropecuário de Milagres, pertencente ao DPA, e até hoje sem função, para o DPEA, ou melhor para o IPEANE.

O Ceará apesar de ser o Estado maior produtor de algodão do Nordeste e o segundo do Brasil, é também o que produz o pior algodão do País — Algodão sem uniformidade, sem homogeneidade de maturidade e de características tecnológicas a desejar.

Há uma verdadeira miscelânea dos tipos herbáceo, arbóreo e verdão.

Foi escolhido para o "dia do algodão" o dia 14 de outubro.

Cana de açúcar — O IPEANE lidava os trabalhos de melhoramento e técnicas modernas no cultivo da cana no Nordeste. Experimentos de diferentes tipos têm sido distribuídos por toda a zona canavieira do Estado de Pernambuco, tendo este ano se estendido aos outros Estados da região.

É o IPEANE através da sua seção de cana de açúcar, o único órgão no Nordeste que se dedica a criação de novas variedades, as quais sob o nome de IANE se difundem cada vez mais por toda a zona canavieira, constituindo já uma boa parcela das áreas em cultivo.

Este ano produzimos cerca de 50.000 "seedlings", em vez dos 12.000 que se vinham produzindo anteriormente.

Para 1966 já está programada a produção de 100.000 "seedlings" no afã de se conseguir produzir variedades mais adaptadas, mais produtivas, mais ricas e mais resistentes às condições regionais.

Trabalhos têm sido realizados e continuam em desenvolvimento sobre o aproveitamento da calda das usinas.

É o IPEANE o introdutor do uso da calda como adubo no cultivo da cana no Nordeste.

Este ano foram lançados os primeiros experimentos para verificar a possibilidade de aplicação da calda em arroz e em outras culturas.

Diversos experimentos sobre competições de variedades, adubação, tratamentos culturais, tratamentos físicos do solo, irrigação, adubação para cana planta e cana sóca, estão sendo colhidos e instalados em diferentes tipos de solos: várzea ou baixadas, encosta e chá ou planaltos.

Experimentos sobre elementos menores estão sendo levados a efeito, e medidas foram tomadas para uma melhor distribuição de sementes (rebolos, tabletes) selecionados entre as melhores variedades, tendo este ano sido distribuídas cerca de 60 toneladas contra 70 do ano anterior.

No exercício de 1966 esperamos fazer uma distribuição de cerca de 3.000 toneladas de cana semente.

Iniciaremos no atual cultivo práticas de combate às daninhas com herbicidas e com o uso do fogo, por lanças chamas.

As variedades mais usadas no Nordeste são as CB, as Coimbatore, as IANE, as CP.

Conta o IPEANE com uma coleção de cerca de 480 variedades para os seus trabalhos de cruzamento e conservação de coleção.

Diversos estudos têm sido realizados no sentido da indicação dos meios de combate a pragas e doenças.

Arroz: há no IPEANE um bom trabalho com variedades de arroz, que

este ano foram purificadas e produzidas em larga escala como sementes básicas e certificadas a fim de serem levadas aos agricultores da zona canavieira, pois é o arroz uma das culturas indicadas para o aproveitamento das áreas ociosas ou que venham a sê-lo, pela maior racionalização do plantio de cana de açúcar.

Sentindo a alta responsabilidade que pesava sobre o IPEANE como órgão orientador do aproveitamento ou da introdução da policultura na zona canavieira, resolvemos através da equipe da cultura arrozeira realizar a purificação e produção em massa de sementes básicas.

Para isso destinamos uma área de 40 Ha. onde foi instalado um plantio de diferentes variedades de arroz, absolutamente controlado pelo uso de herbicida seletivo — o Stan S34, que atuou, como era de se esperar, com completo êxito, exceto no controle de uma convulvulácea que foi controlada pela adição ao Stan S34 do 2.4D. na dosagem de 1,5 litros por Ha.

Apesar das intensas chuvas caídas na época, próxima à floração, quando em 3 dias tivemos a pluviosidade de 230mm, colhemos mais de 60 toneladas de sementes que depois de limpas serão entregues aos agricultores interessados, diretamente, ou através dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, que tenham interesse na distribuição ou multiplicação.

Está o IPEANE reorganizando a sua atuação no setor rizícola junto com a Comissão do Vale do S. Francisco às populações ribeirinhas do grande Rio.

Fez o Instituto um trabalho de planejamento para estudos de melhoramento contando com a colaboração dos técnicos do Instituto Agronômico de S. Paulo, os Drs. Miranda e Banzatto, dos setores de melhoramento e genética de arroz.

Foram traçadas diretrizes para um trabalho de fundo a ser realizado em cultura irrigada, agora no verão. Nesse setor, mantêm o IPEANE, como em muitos outros, a liderança no Nordeste.

Em nossas Estações Experimentais principalmente na de Barbalha, houve intenso trabalho com arroz, tendo se obtido dados para a região do Cariri, sobre adubação.

Entre os experimentos mais importantes, o setor de arroz do IPEANE lançou os de adubação, competição de variedades, rotação cana-arroz-cana-arroz, espaçamento, usos de herbicidas e estudos em variedades importadas do exterior.

Conta o IPEANE com uma coleção atualmente, de cerca de 25 variedades, que foram eleitas, para estudos atuais ou posteriores, entre número muito maior de variedades, até esta data, recebido.

Foram feitos os primeiros ensaios da aplicação, da calda das usinas, na cultura do arroz.

Milho: neste setor muito pouco contava o Instituto. Apenas o plano nacional do milho da Divisão de Fito-tecnica vinha sendo realizado e alguns trabalhos de multiplicação de variedade.

Este ano além dos trabalhos e plano acima, realizamos, ensaios em colaboração com o IRI, com calagem e estamos dando os primeiros passos para trabalhos de melhoramento visando a produção de linhagens, híbridos simples e duplos e variedades melhoradas.

Infelizmente, no Nordeste, ainda não se tem por norma, o uso de adubo no milho, mas estamos com ensaios em vista para serem instalados entre agricultores no sentido de habitua-los a tão acertada prática.

É de nossa meta estabelecer concursos de produção com prêmios aos agricultores melhor classificados.

Recolhemos para o "dia do milho", o dia 19 de março, dia de São José,

já tradicionalmente fixado como o dia do plantio.

Feijão: por ser um dos primeiros alimentos do nordestino, está a direção do Instituto empenhada em dar o maior incremento ao melhoramento deste cereal e ao aumento da produtividade por unidade de área.

Há no Instituto um trabalho para a introdução do feijão na zona canavieira, trabalho que está em início, mas, já com prognósticos favoráveis.

No presente exercício e começo do segundo, serão instalados inúmeros experimentos com a finalidade de testar, em maior escala, o modo de comportamento dessa leguminosa na zona canavieira.

Como o feijão é cultura de todo o Nordeste, toda a rede do IPEANE faz observações e experimentos com esse cereal.

Pretende o Instituto proceder a uma multiplicação em larga escala da variedade "flor coxa de cacho", já consignada como a mais resistente e produtiva no município do Surubim — Experimentos estão sendo continuados a fim de podermos indicar outras variedades para zonas diferentes, pois o feijão é material de grande variação no seu comportamento face as variações ecológicas e até climáticas.

Uma variedade tão boa em um ano é possível no ano seguinte, na mesma localidade.

Colhemos cerca de 1.800 quilos da variedade "flor roxa de cacho" na Estação Exp. de Surubim, que será aproveitada para uma grande multiplicação e para distribuição a alguns agricultores da zona.

Estão sendo realizados, também trabalhos com o macassar, vigna, sinensis já estando em observação, como ótimo material, a variedade "Macassar de 40 dias".

Para o exercício de 65 já estão delineados experimentos para competição de variedades, espaçamento, irrigação, adubação, época de plantio, calagem, tratamentos físicos do solo e resistência a pragas de doenças.

Sendo o feijão muito sujeito a pragas e doenças as Seções de Entomologia e Fitopatologia têm acompanhado as culturas e realizado experimentos com inseticidas e fungicidas.

Mandioca: o setor de mandioca teve este ano com nos outros pouca movimentação, particularmente, pelo excesso de chuvas caídas na região.

Mas foi programada para 1966, um intenso trabalho neste setor visando obtenção de variedades mais reprodutoras, mais ricas em amido, maior precocidade e resistência a "Murcha", produção de "seedlings" naturais e por cruzamento controlado, competição de variedades, adubação, método de plantio, época de plantio e colheita, tratamentos culturais e espaçamento.

Baseado nos experimentos já analisados podemos aconselhar para a zona da mata e litoral a variedade "arrebenta burro".

Desde que assumimos a direção do IPEANE, que procuramos incrementar os trabalhos e estudos experimentais com essa euphobiácea, por sabermos ser gênero de primeira necessidade na dieta cotidiana, do nordestino e por sabermos que grande futuro existe para essa cultura no setor de exportação, produção de amido e fabricação de álcool amilico.

Outras Culturas

Batatinha: está o Instituto interessado em proceder ao melhoramento desta solanácea já bastante cultivada no Estado da Paraíba, nos municípios de Esperança, Campina-Grande e Areia, para isso já tendo mantido contato com a Escola de Agricultura de Areia e feito aquisição de algumas máquinas.

Há necessidade de um trabalho intenso, principalmente no setor de introdução, competição de variedades, métodos de plantio, métodos de cultivo, mecanização, resistência a pragas e doenças, adubação e conservação de tubérculos.

Mamona, amendoim: de grande importância para o Nordeste, procuramos reorganizar as coleções e foram realizados alguns trabalhos de auto fecundação com a mamoneira para purificação de variedades.

Já no exercício de 1965 poderemos, graças a essas medidas, realizar experimentos diversos com essa euphobiácea e essa leguminosa cuja primeira é de grande significação para o Nordeste, e a segunda, pode se transformar numa fonte de riquezas.

Kenaf, Safflower e Girasol — estas espécies estão sendo alvo de grande interesse por parte do IPEANE pois, talvez, nos ajudem a levar aos agricultores da zona canavieira e das zonas semi-áridas novas esperanças.

O Kenaf, será estudado em todos os seus detalhes como planta produtora de fibras para sacaria, de grande procura no Nordeste.

Convmos, até o presente, com pequenas quantidades de duas diferentes variedades, cujo comportamento será estudado na zona úmida, ainda neste exercício, e na zona semi-árida no próximo.

Iniciaremos a multiplicação e observações de comportamento ainda este mês, na sede do IPEANE.

O Safflower (*Carthamus tinctorius*) da família das "compostas", introduzida no Nordeste pelo Prof. Eudes de Souza Leão Pinto, através da Sanbra, é uma oleaginosa com 60% teor em óleo, muito cultivada na Índia, onde cobre uma área de 250.000 Ha., abrangendo as regiões semi-áridas.

Já estamos testando o seu desenvolvimento vegetativo nas Est. Experimentais da rede do IPEANE, procedendo a multiplicação e preparando material para trabalhos experimentais.

Feijão: Por ser o Brasil o maior produtor de feijão no nosso hemisfério, está merecendo esse cereal especial atenção de nosso Instituto.

Como todos sabem, no Nordeste a maioria da produtividade do feijão é de 400 a 600 quilos por hectare. Estamos procurando melhor essa situação com variedades selecionadas e introdução de normas do plantio mais adequadas e adubação.

No ano passado, tivemos alguns experimentos com feijão. Estamos interessados em levar os campos experimentais aos agricultores, para que possam observar como se comporta a cultura com traços racionais e a cultura como vêm fazendo, a fim de que sirva como exemplo e incentivo a adotarem tais normas.

Para isso, quero frisar a necessidade de os armazéns gerais receberem os produtos da colheita e adiantarem parte ao agricultor. Sem essa medida, não se pode pensar em aumento de produtividade, principalmente de gêneros de primeira necessidade, no Brasil. (Lé)

Há no Instituto um trabalho para a introdução do feijão na zona canavieira, trabalho que está em início mas já com prognósticos favoráveis. No presente exercício e começo do próximo, serão instalados inúmeros experimentos com a finalidade de testar, em maior escala, o modo de comportamento dessa leguminosa na zona canavieira.

Pretende o Instituto proceder a uma multiplicação em larga escala da variedade "flor coxa de cacho", já consignada como a mais resistente e produtiva no município de Surubim. Experimentos estão sendo continuados a fim de podermos indicar outras variedades para zonas diferentes.

pois o feijão é material de grande variação no seu comportamento face as variações ecológicas e até climáticas.

Uma variedade tida como boa em um ano é péssima no ano seguinte, na mesma localidade.

Sobre o feijão, estamos procurando realizar um trabalho de melhoramento. (Lê).

O trabalho com o feijão é pequeno o temos de começar em pequena escala. Aliás o feijão apresenta grande possibilidade de exportação se conseguirmos uma variedade de feijão branco que atenda às características de exportação para a Europa, Estados Unidos e Argentina, pois os europeus dão preferência ao feijão branco e o nosso é de baixa produtividade e em pequena quantidade. Precisamos fazer um trabalho nesse sentido, a fim de atendermos à exportação de feijão branco.

Mandioca — para o Nordeste é importantíssima, entretanto tem sido cultura relegada, na parte de pesquisa, a segundo plano.

No Instituto encontrei um trabalho de experimentação, mas estou procurando intensificá-lo, inclusive com aproveitamento e estudo das sementes da mandioca e cruzamento, pois a mandioca — como a cana-de-açúcar — nos permite aproveitar imediatamente o híbrido. Vários experimentos estão sendo realizados.

Outras culturas. A batatinha ou batata inglesa.

No Nordeste, temos um microclima. O Estádio da Paraíba, nas cidades de Irecê, Esperança e Campina Grande. Lá duzentos hectares são cobertos de batatinha, isto é, da cultura de batatinha. Em outros setores a produtividade é muito baixa, porém, é de nosso plano incentivar ali este tipo de cultura já contando, para tanto, com verba específica.

Há necessidade de se aproveitar o micro-clima onde os agricultores poderão, com êxito, dedicar-se à cultura da batatinha.

Mamona e amendoim, são elementos de grande importância para o Nordeste. Procuramos reorganizar as coleções e foram realizados alguns trabalhos de auto-fecundação com a mamona, para a purificação de variedades.

Já no começo de 1966, poderemos, graças a essas medidas, realizar experimentos diversos com essa euforbiácea e essa leguminosa, sendo a primeira de grande significação para o Nordeste. A segunda, pode transformar-se numa fonte de riqueza.

O Kenaf, será estudado em todos os seus detalhes como planta produtora de fibras para sacaria, de grande procura no Nordeste. Kenaf, Safflower e Girasol são espécies que constituem alvo de grande interesse por parte do IPEANE, pois, talvez, nos ajudem a levar aos agricultores da zona canavieira e das zonas semi-áridas novas esperanças.

Justamente na zona canavieira a tendência é para se restringir a área. Pensamos, então, em introduzir ali bananeiras e fibras têxteis. Para esse fim já recebemos sementes e já começamos os estudos.

Vamos começar agora com a cultura do girassol, o Safflower (Carthamus tinctorius) da família das "compostas", introduzido no Nordeste pelo Professor Souza Leão Pinto, através da Sanbre. Trata-se de uma oleaginosa com ótimo teor em óleo, muito cultivada na Índia, onde cobre uma área de 250.000 hectares, abrangendo as regiões semi-áridas. (Lê).

O Girasol (Helianthus annuus) Composta, usada como fonte produtora de óleo de ótima qualidade comestível, muito rico em ácido linoleico.

A variedade que pretendemos usar foi conseguida através do Dr. Eudes Pinto, e, ao que parece, tem uma riqueza em óleo da ordem de 38 a 41%.

Contamos com quantidade razoável para multiplicação e iremos iniciar neste exercício as primeiras observações.

Fruticultura: Tem o Instituto em sua rede a Est. Experimental de Itapirema, em Goiânia, Pernambuco, que se dedica a fruticultura.

Os principais trabalhos são com citrinos, dispondo a Estação de coleção de clones nucleares de algumas das melhores variedades de laranja, vinda de São Paulo.

Temos procurado incentivar os trabalhos e esperamos contar em 1966 com cerca de 30.000 enxertos para distribuição aos agricultores, pois no presente exercício s tivemos cerca de 5.000 enxertos.

Em segundo lugar vem a produção de enxertos de abacate, que foi em 1965 da ordem de 1.200 enxertos.

Para 1966 esperamos poder distribuir 20.000 enxertos das melhores variedades existentes na coleção da Estação.

Há ainda um bom plantio de sapotizeiros, goiabeiras, mangabeiras, mangueiras, caramboleiras e diversas outras fruteiras.

Instalado numa área da Estação, existe um campo de distribuição de mudas de coqueiros, em colaboração com a SUDENE.

Foram programados, para este ano e o próximo, inúmeros experimentos com a finalidade de levar a experimentação àquela Estação, tornando-a capaz de dar solução a diversos problemas da fruticultura no Nordeste.

Foram instalados experimentos sobre adubação, tratamentos culturais e calagem em citrinos, abacateiros e sapotizeiros.

No próximo ano serão iniciados estudos com abacaxi, mamoeiro e maracujá.

Há grande interesse em enxertos de diferentes fruteiras, pois novos mercados estão surgindo e a tendência é para um melhor e mais racional aproveitamento das terras da zona canavieira e das zonas próximas aos grandes centros consumidores.

Setores diversos: O Instituto está hoje, graças a montagem do laboratório de fertilidade, conseguindo, através do Dr. Robert Cate, do Instituto de Química e do grande esforço desta Diretoria, aparelhado para atender a todo o Nordeste.

Conta com uma equipe treinada capaz de muito fazer em prol do melhor conhecimento do complexo solo planta.

Podemos agora, atender a cerca de 200 análises de fertilidade, diariamente.

Está programado para o exercício de 1966 o levantamento detalhado de diversas áreas do Nordeste, através de convênio com a SUDENE.

No que diz respeito aos grandes grupos de solos, coube ao IPEANE as análises de todas as amostras dos perfis de solos colhidos por técnicos do IPEANE e da Divisão de Pedologia do DPEA.

Todos os mapas de solos foram confeccionados, na Seção de Solos deste Instituto, baseados nos perfis colhidos pela equipe da Divisão de Pedologia.

Conseguimos nos últimos meses do ano passado, não sem dificuldades, iniciar e terminar o mapeamento detalhado da Estação Experimental de Itapirema e iniciar o da Est. Exp. de Surubim, com o auxílio da referida equipe da Divisão de Pedologia.

Era do nosso intuito, deixar até julho deste ano, realizado o mapeamento detalhado dos solos de todas as Estações Experimentais da rede do IPEANE, a fim de que pudéssemos de fato conhecer (realmente), as relações solo-planta e aconselhar com segurança as práticas racionais para um me-

lhor aproveitamento e produtividade na região, mas razões estranhas a esta exposição, não nos permitiram realizar o nosso intento, apesar disso, esperamos poder realizá-lo no próximo exercício graças as medidas que estamos pondo em prática.

Ao assumirmos o Instituto foi nossa primeira medida, exigir que só fossem instalados experimentos em solos previamente analisados e que a cultura fosse acompanhada de análise foliar a fim de se ter a indicação do comportamento do complexo solo-planta, e, se poder confrontar e verificar o verdadeiro aproveitamento do solo e dos adubos adicionados, pela planta.

A correção da acidez do solo, é prática, hoje obrigatória, no Instituto.

Análise foliar e fisiologia vegetal — Neste setor está o Instituto bem aparelhado, contando com imensos trabalhos, que têm indicado as carências de diversas culturas em fósforo, nitrogênio e potássio através do "Spot testes" foliar.

Métodos, foram criados, nesse setor, por técnicos do IPEANE, já de nome internacional.

Pesquisas de importância têm sido realizadas no setor de fisiologia vegetal e muitos dados e resultados têm sido transmitidos aos interessados.

Firmamos, há poucos meses, convênio com a SUDENE, e estamos trabalhando em cooperação intensiva.

Fitopatologia e entomologia — Não tem o Instituto descuidado desse setor e tem sido meta da atual direção aparelhar as Seções marginadas a fim de que possam estar aptas a soluções eficazes no combate às pragas e doenças.

Inúmeros experimentos para conseguir variedades imunes ou resistentes têm sido levados a efeito por esses setores.

Cabe ao Instituto a determinação e indicação de meios de combate ao ataque da Phytophthora infestans nas culturas de tomateiros, em Pesquisa, que quase dezimou essa solanácea.

Tecnologia — Coloca o Instituto com uma bem aparelhada Seção de Tecnologia que muito tem trabalhado no sentido de solucionar problemas regionais.

Entre outras conquistas poderemos citar o aproveitamento da calda das usinas como fertilizante e, a produção de gás metano pela fermentação do estrume e outros detritos.

Está sendo feito um trabalho de fundo sobre as características das águas do rio de Pernambuco, com vistas ao seu aproveitamento na irrigação.

Diversos trabalhos sobre aproveitamento de resíduos como bagaço de cana, de agave, têm sido realizados com resultados satisfatórios.

Indicações sobre o aproveitamento de cana de açúcar integral, da cana de açúcar flexada, caramelizada, têm sido levado a efeito por aquela Seção com resultados muito auspiciosos, que já estão sendo empregados por particulares.

Há também trabalhos para o aproveitamento do aveliz para forragem e fabricação de celulose.

Conservação de solos e irrigação — Conta hoje o Instituto com trabalhos de conservação de solo em sua rede, onde foram instalados vários quilômetros de terraços e curvas de nível, estando em processamento um levantamento altimétrico para instalação da rede de irrigação e drenagem.

Grças às medidas tomadas nesse setor, pudemos arrestar sem prejuízos as chuvas torrenciais caídas em Recife, em junho para passado.

Está em início um trabalho de irrigação com construção de canais fechados e abertos que vai permitir o aproveitamento, para estudo racional das necessidades hídricas das culturas e a instalação de cultivos irrigados

por inundação e aspersão de uma área de mai sde 40 Ha.

Será aproveitada a área de um paul para culturas diversas, através de um trabalho racional de drenagem.

Não conta o Instituto com dados experimentais sobre as verdadeiras necessidades das culturas em água.

Podemos dizer com satisfação, que hoje, as aulas sobre conservação de solos ministrados pelos professores da Universidade Rural de Pernambuco, são dadas nos campos dos Institutos, em Curado.

Serviços de Zootecnia e Patologia Animal — Conta o IPEANE com um Serviço de Zootecnia que estava nos anos anteriores quase completamente parado.

Conhecedores da grande responsabilidade que temos de orientar e incrementar a pecuária no Nordeste, região predominantemente dedicada à criação, não podíamos discursar dos trabalhos de experimentação e pesquisa nesse setor, e, demos assim, uma especial atenção a essas atividades.

Começamos por dar ao rebanho existente na sede do Instituto: rebanho holandês vermelho e branco, importado da Holanda, de ótimas características raciais, um tratamento adequado de forrageamento, aumentando imediatamente a produção leiteira e melhorando as condições físicas dos animais.

Está havendo um rígido controle no manejo e já contamos com inúmeros bezerros registrados, fruto dessa orientação.

A pouca atenção dedicada a esse setor era tal, que contamos com ais de 30 animais puros de origem, sem registro, por falta de comunicação de controle das coberturas e parições ao serviço genealógico da raça.

Experimentos sobre manejo de pastagens em pastos naturais e artificiais de diferentes variedades, sobre calagem e adubação, sobre forrageamento estão em fase preparatória já estando quase concluídas as capineiras para início dos trabalhos.

Estão sendo iniciados trabalhos no Território de Fernando de Noronha, diretamente pela Diretoria, sobre melhoramento de ovinos e caprinos, por contar aquele Território com ótimos plantéis, que foram colocados à nossa disposição.

Estamos também iniciando um trabalho experimental para a criação de uma raça leiteira mista, com características raciais a serem fixados, procurando obter tipos 5/8 leiteiros e 3/8 corte, do cruzamento de animais puros de origem holandês vermelho e branco, não registrados (por descaso) com animais indianos da raça Cruzera, diretamente importados da Índia.

Procuramos assim chegar ao tipo desejado partindo de animais de patrimônios genéticos raciais puros (não devemos aqui, empregar homozigotos, por não termos certeza da distribuição do gens nos indivíduos das raças em estudo).

Na certeza de que dessa maneira teremos facilitado de muito o estudo das gerações sucessivas, embora utilizemos processos e métodos semelhantes aos utilizados na criação dos animais de cortes, Santa Gertrudes e Chanchim.

Está em elaboração um plano de trabalho zootécnico para o Instituto e as Estações, tendo para isso já sido dado os primeiros passos, com aquisição de tratores, roçadeiras e máquinas diversas que visam facilitar o manejo das pastagens e possibilitar a implantação dos experimentos.

Apesar desses esforços no setor de zootecnia, quase tudo está por fazer. Inclusive adaptação do estábulo existente, aos fins desejados.

Patologia Animal — Esse Serviço estava quase extinto no IPEANE, mas com as medidas tomadas e a grande

ajuda da direção geral do DPEA, está sendo reorganizado e acreditamos que será um setor que grande destaque trará ao IPESANE.

Já houve uma distribuição de verbas, agora em agosto, para as aquisições de prescindíveis ao andamento e incremento das pesquisas no campo da patologia animal.

Os trabalhos para instalação de Serviço de Patologia Animal na sede do Instituto, em Curado, está bem iniciado, já tendo sido destinado para tal, um grande prédio, onde as diferentes acomodações já foram planejadas e serão iniciadas nestes dias.

Existem diversos problemas no Nordeste, ligados a patologia animal, que estão aguardando solução urgente e, que acreditamos, poderão, com o auxílio do nosso Serviço de Patologia Animal, serem equacionados e abreviados em seus resultados.

A equipe está de fato entusiasmada com o rumo que as coisas estão tomando.

Foi feito um levantamento geral para o aparelhamento das diferentes Seções em instrumentos óticos, materiais diversos, drogas, móveis etc., estando todos esses trabalhos sendo investidos com intensidade.

Inúmeros experimentos estão em delineamento e os trabalhos de rotina, como análises, determinações e observações diversas, estão sendo incentivados com as possibilidades que foram dadas ao Serviço, com as recentes aquisições de materiais.

Serviços Gerais — O IPEANE apresenta uma situação peculiar e bem diferente dos outros Institutos, uma vez que conta com uma população de cerca de 500 pessoas residindo dentro de sua área, com todos os problemas decorrentes dessa situação, como sejam: conservação de casas, abastecimento d'água, limpeza, iluminação, serviço médico de atendimento permanente, vigilância, serviço de esgoto, serviço de transporte e escola primária com uma matrícula de 220 crianças, filhos de funcionários.

Felizmente, hoje, todos esses problemas estão solucionados, inclusive o do abastecimento d'água a um setor do Instituto, com mais de 25 casas e cerca de 180 pessoas, distando dois quilômetros da sede, cujo fornecimento do precioso líquido era feito diariamente, em tonéis transportados por tratores.

Instalamos uma rede de abastecimento de água em canalização galvanizada e plástica, de 2/2 polegadas, com recalque por bomba elétrica, solucionando esse importante problema de muitos anos.

Toda a rede de drenagem da área do Instituto tem como único canal de escoamento o riacho "escama peixe", que não era aberto e limpo há mais de seis anos, ocasionando inúmeros focos de mosquitos e tornando as várzeas do Curado, impróprias às culturas.

Basta lembrar que um plantio de canas para sementes, de 35 Ha, quando da posse da atual diretoria, rendeu apenas 70 toneladas de cana semente e uma 300 toneladas de canas para moagem.

Hoje esse canal com uma extensão de quase 2.500 metros e um declive total de 1,40 metros é limpo e drenado constantemente tendo escoado em poucas horas as águas decorrentes da grande precipitação (230mm nos dias 13, 14 e 15/6) do mês de junho, em Recife, que ocasionou grande devastação, inclusive a derrubada de pontes seculares, sem que afetasse as culturas realizadas na área do Curado.

As canalizações para o abastecimento de água aos prédios e residências do Instituto foram quase todas substituídas, não havendo mais problema quanto a essa parte.

O serviço de vigilância foi reorganizado e podemos, hoje, instalar experimento no Instituto sem medo de perdê-los por depredações ou desvio.

Inúmeros serviços gerais estão sendo atendidos, de maneira que já se está tornando agradável trabalhar no Curado.

Estações Experimentais — Possui o IPEANE uma rede de Estações experimentais assim distribuídas: *Alagoas* — Estação Experimental de União dos Palmares, situada no município de União dos Palmares.

Encravada numa zona de transição entre mata e agreste, dedica-se a experimentação com cana de açúcar, algodão, milho, feijão, arroz, mandioca e fruticultura.

Há uma regular distribuição de enxertos de citruss, cerca de 3 a 4.00 por ano.

Possui rede elétrica da CHESF. A dotação orçamentária no exercício de 1964 foi de Cr\$ 12.000.000 dos quais foram recebidos Cr\$ 7.000.000 aproximadamente.

No presente exercício elevamos as suas dotações na verba 1489 para Cr\$ 31.000.000, dos quais até esta data já fornecemos Cr\$ 18.000.000, apesar dos 30% da verba total transferidos para 1966.

Foi adquirido um trator de rodas de 50 HP, para a referida Estação, o qual já está prestando serviços durante este mês.

Pernambuco — No Estado de Pernambuco, além da sede estão situadas quatro Estações Experimentais.

Estação Experimental do Curado — situada na sede do Instituto, em Curado, município de Recife, dedica-se exclusivamente a pesquisa e experimentação com cana de açúcar, com trabalhos de melhoramento, criação de novas variedades — as canas lane, já bem acolhidas entre os produtores, competição de variedades, tratamentos culturais, adubação, rotação cana arroz, aproveitamento das ecaldas das usinas, etc.

Conta a Estação com uma coleção de 460 variedades de canas, procedentes do exterior, de outros Estados e da própria Estação.

Há uma distribuição de canas sementes (rebolos, tablets) aos agricultores que atingiu no exercício de 1963 um total de 70 toneladas, e, no presente exercício, graças as medidas tomadas pela atual administração, efetuando um plantio de 12 Ha, nos meses de outubro e novembro, uma distribuição de cerca de 600 toneladas, tendo ainda ficado reserva das sementes para o plantio de 40 Ha.

A produção de canas sementes para distribuição nos agricultores é importantíssima, pois há necessidade de aumentar a produtividade da região através variedades resistentes de ótimas características e não contaminadas por pragas e doenças.

Atentado para este ponto fundamental este ano a Estação produzirá ... 50.000 "seedlings" obtidos de diversos cruzamentos induzidos ou naturais, a fim de que possamos aumentar as possibilidades do aparecimento de novas variedades.

No exercício passado, houve uma produção de apenas 5.000 "seedlings". Tomamos providências para em 1966 produzirmos 100.000 "seedlings".

A dotação orçamentária da Estação foi no ano passado, pela verba 1489, de Cr\$ 12.000.000 e no presente exercício foi elevada para Cr\$ 31.000.000.

As variedades IANE estão se firmando na região, já estando em muitos experimentos entre as melhores variedades importadas, de Campos e de Piracicaba.

A única organização que no Nordeste se dedica a produção de "seedlings", é o IPEANE, através da Estação do Curado.

Estação Experimental de Itapirema — Está situada no município de Goiana, Pernambuco, distando 58 km do Recife, por estrada pavimentada.

Efetua trabalhos de fruticultura, principalmente a produção de enxertos de citruss, abacateiros e mudas de sa-

potizeiro, caramboleiras, mamoeiros, mangabeiras e demais frutas da região.

No presente exercício já estão sendo instalados experimentos de adubação, tratamentos culturais e calagem.

Este ano, procedente de sementes e mudas do ano passado houve uma distribuição de 5.000 unidades.

Tomamos as providências para que no exercício de 1966 haja uma distribuição de 80.000 enxertos de "citruss" 20.000 de abacate e umas 10.000 de outras fruteiras, pois há grande procura de mudas, em virtude da tendência, para a policultura que está se observando agora, no Nordeste.

É obrigação do IPEANE atender a esse chamamento e introduzir um material de primeiríssima qualidade, a fim de que não haja, amanhã, uma retração em tal atividade.

Recebemos de São Paulo, do Instituto Agronômico, clones nucleares e estamos multiplicando esse material.

A dotação do ano passado foi na 1489 de Cr\$ 12.000.000, dos quais foram recebidos apenas Cr\$ 7.000.000.

Para este exercício destacamos daquela verba Cr\$ 26.000.000 dos quais Cr\$ 16.000.000 já foram aplicados, e mais Cr\$ 15.000.000 também da referida verba, mas do Gabinete do Ministro, para a eletrificação da Estação com energia da CHESF.

Estação Experimental de Surubim — Está situada no Município de Surubim, Estado de Pernambuco, distando 148 km da cidade do Recife por estrada pavimentada.

Esta Estação dedica-se principalmente ao melhoramento do algodão herbáceo, realizando experimentos de competição de variedades, espagamento, adubação, rotação, calagem, tratamentos físicos do solo, resistência ao fusarium, resistência a ramulose, controle de pragas e doenças.

Há um intenso trabalho de melhoramento e já foram criadas pela Estação variedades como as SU-0449, SU-0450, SU-Carrapicho, de boa produtividade e grande aceitação na região.

Continuam os cruzamentos e observações dos F1 e F2, com os seguintes materiais:

- Acala 4-42 "Glandless", Empire, Deltapine, de procedência americana, Auburn 5—, Allen, H.105 Pitiguari e muitos outros.

A Estação de Surubim é o centro da distribuição de sementes básicas e selecionadas naquela região, tendo produzido entre campos da própria Estação e campos de cooperados um total de 36.000 quilos de sementes controladas, que irá cobrir uma área de 1.200 Ha, com sementes de ótimas variedades e procedência garantida, contribuindo assim para o melhoramento das qualidades tecnológicas das fibras e o aumento da produtividade.

É a Estação grandemente visitada por técnicos da ANCAR, SUDENE, Alinça para o Progresso, que vão lá buscar os dados necessários ao incremento da produção algodoeira.

Os agricultores da região estão tão presentes na Estação, que já passa despretendida a sua presença.

Para o exercício de 1966 está programado uma maior intensificação de trabalhos no setor algodoeiro, esperando-se transformar a Estação de Surubim no grande incentivador da política de aumento da produtividade e melhoramento das características tecnológicas das fibras, por um maior trabalho de experimentação e por uma maior ação no campo da produção de sementes básicas, controladas e certificadas em cooperação com os bons cotonicultores da região.

Há ainda um trabalho intenso com milho, feijão, com experimentos de competição de variedades, adubação, calagem, tratamentos físicos do solo e resistência à pragas e doenças.

Este ano, pela primeira vez, houve uma produção de sementes selecionadas de feijão das variedades "flor roxa de cacho" e Costa Rica, a primeira num total de 1.800 quilos e a segunda 300 quilos, que por serem as variedades mais adaptadas e mais produtivas da zona, se destinarão a distribuição aos agricultores da região.

No exercício de 1963 incentivaremos os trabalhos para o aumento da produtividade do feijão por unidade de área e na região.

Além dos trabalhos com as espécies acima, a Estação mantém coleções de mamona, amendoim, sorgo, feijão macassar, gergilim e experimento de espagamento com o aveles.

Foi introduzido este ano para multiplicação e primeiras observações o Safflower (Carthamus tinctorius) para estudo do comportamento e talvez, como futuro material oleaginoso.

Contou a Estação no exercício de 1964 com uma dotação da verba 1489 de Cr\$ 12.000.000 da qual foi recebida a importância de Cr\$ 9.000.000.

No presente exercício a dotação foi de Cr\$ 31.000.000 e mais Cr\$ 10.000.000 do Gabinete do Ministro, para eletrificação da Estação com energia, da CHESF, ambas da 1489.

Até o presente momento já foram destinados Cr\$ 16.000.000, inclusive um trator de rodas de 50 HP, já despachado da fábrica para a Estação.

Paraíba

Estação Experimental de Alagoinha — Situada no município de Alagoinha, na Paraíba, zona de transição entre a mata e o agreste, dedica-se a trabalhos experimentais com algodão, cana de açúcar, feijão, milho, arroz, mandioca, fruticultura e ensaios com as culturas de mamona, amendoim e gergilim.

Está passando por uma grande reestruturação, dando-se ênfase especial ao algodão e culturas de subsistência.

Experimentos sobre competição de variedade, adubação, rotação, calagem, tratamentos culturais, resistência e controle à praga e doenças são efetuados com as culturas acima citadas.

Há uma boa produção de enxertos de citruss, mudas de coqueiros outras frutíferas, pois existe grande procura na região.

Este ano, foram enviados para a Estação novos clones nucleares das melhores variedades de citruss, existentes em Itapirema.

A dotação da verba 1489 no exercício passado foi de Cr\$ 12.000.000, tendo sido recebidos Cr\$ 7.000.000.

Este ano a dotação da mesma verba foi de Cr\$ 31.000.000, já tendo sido recebidos até esta data Cr\$ 16.000.000 inclusive um trator de rodas de 50 HP, já despachado da fábrica para a Estação.

Por ser a Paraíba, também, um Estado produtor de açúcar, pretendemos no exercício de 1966, instalar diversos campos de competição de variedades em diferentes municípios produtores, e aumentar o campo de multiplicação da Estação, a fim de podermos atender às inúmeras solicitações de cana semente.

Serão instalados também, experimentos sobre adubação, calagem e tratamentos físicos do solo.

Há interesse, no próximo exercício, de serem iniciados pelo IPEANE os primeiros experimentos sobre batatinha.

Essa programação visa atender aos que se dedicam à cultura daquela solenacea, nos municípios de Esperança, Campina Grande e Areia, onde há grande necessidade da introdução de variedades novas e técnicas racionais de cultivo.

Rio Grande do Norte — Estação Experimental do Sítio situada no município de Cruzeta, encravada em pleno sertão dedica-se, principalmente, ao melhoramento do algodão ar-

porto, o famoso algodão móco, de fibra longa.

Os trabalhos de seleção são feitos em grande intensidade, havendo a criação das linhagens entre as quais as 9193, 9165, 9144 hoje variedades, de características tecnológicas excepcionais.

É a Estação que fornece através de seus próprios campos e campos de cooperados as sementes básicas, certificadas e selecionadas a toda a região do sertão do R.G. do Norte, onde se cultiva o móco.

Para o exercício de 1966 já estão planejados trabalhos intensos no setor do aumento da produtividade através adubação, calagem, consorciação e tratamentos físicos do solo.

Cabe à Estação de Seridó ter introduzido o plantio adensado na cultura do algodão arbóreo.

O espaçamento antigo era de 2,50 x 2,50 entre plantas, hoje varia entre linhas de 2 m a 3 m e entre pés de 0,50 a 0,25, havendo também os espaçamentos largos de 2 m e 3 m entre fileiras duplas de moper 0,25 e 0,50 entre pés, técnica introduzida graças aos experimentos realizados por técnicos do IPEANE na Estação de Seridó.

Por ocasião da visita da diretoria a região, constatamos a diversa filiação dos solos da região onde as mudanças se sucedem assustadoramente.

Em locais onde a selin é intensíssima.

Imprescindível um trabalho de furo, com levantamento detalhado do solo para correção de ácidos e indicações técnicas de adubação adequada.

Com o nosso propósito, introduzir essas técnicas na região, e, tornar a Estação de Seridó um exemplo que sirva de incentivo aos agricultores da região e daqueles que no Nordeste se dedicam ao cultivo do algodão arbóreo.

Foi distribuído um total de 3.605 kg de sementes básicas, selecionadas, da própria Estação, a diversos agricultores, sendo que 2.000 quilos foram entregues a secretaria de Agricultura do Ceará no afã de disseminar a boa variedade no Estado vizinho, que apesar de ser o maior produtor de algodão do Nordeste e o segundo do Brasil, é também o de piores qualidades tecnológicas no que diz respeito à fibra.

Na região de Seridó a precipitação é em média 500 mm, mas nos últimos dois anos foi superior a 1.150 mm, o que ocasionou grandes perdas de produção e prejuízos para a economia do Estado.

São realizados diversos experimentos com algodão arbóreo como sejam: consorciação de linhagem, variedades, adubação orgânica e química, espaçamento, rotação, tratamentos culturais, e um experimento de estufa de grande importância, que talvez venha ajudar no aumento da produtividade e principalmente na uniformidade e maturação das fibras.

Há um experimento de confronto entre estufa e plantio por sementes, realizado com a mesma linhagem, com resultados muito alentadores.

Além dos trabalhos com algodão, a Estação realiza experimentos com feijão, com macassar, com milho, com algaroba e com mandioca.

Existem ainda trabalhos mais simples com coqueiro bananeira e plantas oleícolas.

Houve uma distribuição de sementes de milho e feijão e de 1-201 mudas de coqueiros.

A dotação orçamentária do exercício passado foi na 1489 de mais de Cr\$ 37.000, tendo sido recebido Cr\$ 27.500.000.

A Estação de Seridó foi mais bem afortunada devido a diversas emendas havidas.

Este ano conta a Estação com as seguintes dotação da verba 1489 —

Cr\$ 31.000.000 e mais Cr\$ 10.000.000 pelo gabinete do Ministro, para a instalação de energia elétrica da CHESF.

Foram recebidos até agora, Cr\$ 18.000.000 inclusive um trator de rodas de 50 HP, já despachado da fábrica para a Estação.

Ceará — Subestação Experimental de Barbalho, situada no município de Barbalho, na região dos vales úmidos do Cariri.

A Estação de Barbalho, por estar situada nos vales úmidos, dedica-se a pesquisas e experimentação com: cana de açúcar, arroz, milho, feijão, fruticultura e horticultura, realizando experimentos de competição de variedades, espaçamento, adubação, irrigação, tratamentos culturais e resistência e controle de pragas e doenças.

É grandemente visitada por técnicos da ANCAR, SUDENE (Comissão do Vale do Jaguaribe), Universidade do Ceará, Missão Francesa e Aliança para o Progresso, Secretaria da Agricultura e por inúmeros agricultores.

Há, em menor intensidade trabalhos técnicos com carnaúba, babaçu e pequiueiro, que produz frutos de alta riqueza em proteína e que são na época de frutificação a base da alimentação da região.

A Estação está agora se deslocando para a chapada do Araripe onde, numa área de 600 Ha, está realizando trabalhos com forrageiras e mandioca.

Há, também, no que diz respeito a frutificação, pomares de ótimas variedades de mangueiras, de citrões e de fruteiras diversas.

Neste exercício houve uma distribuição de inúmeras mudas de fruteiras diversas.

Produz a Estação, em menor escala, sementes oleícolas, principalmente de tomate.

Foi feito, com ótimos resultados, experimentos sobre adubação do tomateiro.

A dotação orçamentária no exercício passado, da ceba 1489, foi de Cr\$ 12.000.000 tendo a Estação recebido Cr\$ 9.000.000.

Para este ano, destinamos da referida verba, Cr\$ 36.000.000 e mais Cr\$ 8.000.000, do Gabinete do Ministro, para a eletrificação da Estação com energia da CHESF.

Das referidas verbas receberam até a presente data Cr\$ 28.140.000, inclusive um trator de rodas de 50 HP já entregue a Estação.

Estação de Frio: Situada na sede do Instituto, se encontrava absolutamente sem função ao assumirmos.

Por julgarmos ser de grande interesse para o Nordeste a conservação de alimentos pelo frio, resolvemos recuperá-la e torná-la capaz de prestar bons serviços a esse setor de alta importância.

Está sendo feito um levantamento geral da situação, aquisição de aparelhos e foi programado para 1966, levantamentos sobre época de maturação e colheita de frutos para armazenamento, e conservação de verduras.

Vemos assim, que o trabalho em todas as Seções e Estações Experimentais da rede do IPEANE é bastante intenso e leva o Ministério da Agricultura, de fato, às regiões onde estão localizadas.

Apresentamos, de um modo sucinto, as atividades que o nosso Instituto realiza na sede e em todas as suas dependências com a finalidade de conseguir solucionar problemas de grande interesse para a região e o País, que só a técnica pode indicar.

Este resumo, malgrado o meu cuidado de fazê-lo o mais sucinto possível, ainda assim é extenso. E não por eu ser vaidoso, se não porque o nosso Instituto é muito grande, dada mesmo a grande área que ocupa — de Alagoas ao Piauí.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — V. Sa., está apresentando grandes esclarecimentos à nossa Comissão, dando-nos ciência das atividades que estão sendo desenvolvidas, e que me parecem um bom princípio, pelo menos para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Nordeste.

Nós, do Sul, não tínhamos idéia de que, no Nordeste, houvesse um Instituto que está procurando resolver os grandes problemas das atividades rurais.

Gostaria de saber se há possibilidade de desenvolvimento da cultura do amendoim para a produção de óleos e outros derivados, porque o nosso clima — e essa é uma cultura tipicamente tropical — muito se presta para tal desenvolvimento.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — No período 1960-62 o Instituto fez um estudo muito interessante. Temos zonas no Nordeste, principalmente em Pernambuco e na Paraíba — nos chamados "Taboleiros" — que muito se prestam para a cultura, não só do amendoim como da mamona, produtos importantíssimos para a agroecologia nordestina.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA (Relator) — A quem pertence a lavoura da cana no Nordeste? Ao fazendeiro, ao sítio ou ao usineiro?

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — No Nordeste a questão da cana está mais ou menos bem dividida entre os usineiros e os fornecedores de cana. Os usineiros são os detentores das grandes áreas. Temos usinas com 30, 40 e até 90 engenhos, mas há grande número de proprietários, que são os fornecedores, e que ocupam áreas maiores do que os usineiros. Não posso precisar o número exato, porque não procurei me informar, mas afirmo que as áreas são melhor exploradas na mão dos fornecedores, que na dos usineiros.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Mas nunca aplicou um pé de cana. Pede aos colonos para aplicarem o pé de cana e recebem uma percentagem, como arrendamento da terra. Entregando aos colonos suas terras, encontram muito mais resultado do que os outros, que diretamente plantam.

Além do sistema de fornecimento, há o dos colonos, que o próprio Estado da Lavoura prevê.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — O IBRA promoveu uma reunião de 15 técnicos, com os Diretores de Caxangá, para que pudessem lembrar-lhes aquilo que precisa de pesquisa. Temos procurado fazer a diversificação das culturas — banana, girasol, justamente para atender essa zona que vai ficar ociosa. Também faremos o aproveitamento das terras para pastagem e engorda do gado.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Meu pai foi um pioneiro no Estado de Sergipe. O sistema enriqueceu todos os colonos, que passaram a ser proprietários. Não houve exploração do colono pelo proprietário da terra.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — A cultura do algodão é de muito interesse e está em estudos.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Há, por exemplo, o algodão arbóreo, que chamamos algodão brasileiro e outros americano. Da dez anos seguidos.

Há algum dado sobre isto, sobre as vantagens ou desvantagens?

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — O que posso fazer é orientar nesse setor. Nosso programa, para os próximos cinco anos, inclui o Piauí com uma participação bem grande. Quanto a essas qualidades, não posso adiantar, porque sou especialista neste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — O algodão dá todos os anos. As vezes a roça se acaba e o algodão continua. Mas a plantação do algodão é muito difícil para o agricultor, porque a colheita é apenas para semente. Todos os anos o agricultor precisa de novas sementes boas, selecionadas, desinfetadas, para que a cultura continue. Anotei aqui algumas questões sobre a relação entre a semente e a produção, não no Nordeste, que é mínima. O algodão móco, meio quilo dá 192 sacos. Esta é uma questão que precisamos desenvolver, por causa da durabilidade do algodão arbóreo, e porque ele dá produção em dois anos. Então, perguntaria: o Instituto recebe semente, as classifica, desinfeta, para ceder aos agricultores?

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — A nossa produção é de sementes básicas. Se fossem multiplicadas em campos de produção elas iriam, talvez dentro de dois ou três anos, permitir o abastecimento de todo o Nordeste.

Produzimos a semente em pequena quantidade, cinco mil sacos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Fico admirado da técnica adotada pelo Instituto. É uma produção de duplicidade.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Antigamente se plantava algodão móco como se fosse uma árvore, como plantamos em fileiras duplas. É o seguinte: entre cada pé deixa-se um espaço de 25 a 50 cms. Essas ilhas ficam, em média, numa distância, de uma para outra de 3 metros.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É o espaçamento de uma semente para outra.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Com relação ao algodão, o nosso sistema, no Piauí, consiste em plantar milho e feijão entre as filas de algodão. Diz o piauiense que a plantação de feijão ou milho, entre as filas e algodão, tem probabilidade de adubar o solo. As plantas leguminosas servem para a adubação. Quando chega maio, o feijão, o milho e o arroz frutificam. O nosso criador de gado passa o seu rebanho por essa roça. Diz ele que faz uma poda natural. Além do mais é imperfeita, torna-se prejudicial, pois o gado às vezes pega a parte que restou e a arranca do solo. Portanto não é aconselhável.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — O que se poderia fazer, então, era um rodízio na pastagem, dividir-se em cercados de maneira que o gado apenas passasse, em determinada plantação, apenas um certo tempo, depois passava para outro cercado. Poder-se-ia, desse modo, obter-se uma produtividade maior por hectare.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Desse modo, então, faziam a poda, com o gado. Depois vem a chuva e passam a aperecer as primeiras folhas. Agora, a produção do milho e de feijão, a capina se faz com ovelhas, porque elas não alcança em cima, mas come todo o capim. É um sistema que eles usam. O sistema de capinas.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — É parecido com um sistema usado nos Estados Unidos, sendo que ao invés de ovelhas eles usam os cansos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Então esse sistema de se fazer a poda é igual ao de feijão e do milho, e gostaria de saber de V. Ex.ª se é prejudicial a uma boa colheita, se se consegue, com ele, bons resultados.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Esse processo tem mostrado muito melhor resultado, tanto da parte produtiva do algodão, como na parte econômica. Mas ao invés de se plantar feijão e milho juntamente, deve-se plantar ou milho ou feijão. Não prejudica, absolutamente, o algodão.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Tenho silos. Planto, numa cova, milho e algodão. Adubo e plantação de milho com estrume. O milho chega a 1,80m.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Aliás, isso eu posso comprovar. De fato, em Teresina encontrei um milharal fabuloso, no campo de Apolônio Sales. Há muito tempo não via igual. Fiquei entusiasmado e fiz um apelo no sentido de ser montada uma estação experimental em Teresina. Já temos um crédito de 50 milhões de cruzeiros separados para este ano e outro de 70 milhões para o próximo ano. Espero contar com o apoio de V. Exa., no sentido de possamos montar essa estação experimental, no Piauí, único Estado da Federação que ainda não possui nenhuma estação experimental.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Uso a ensilagem há 20 anos. Já vi que não é possível fazer uma roça distante do silo. Tem que ser ao lado da roça, porque o transporte encarece muito o silo.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — O senhor sabe: a adubação orgânica é a melhor das adubações.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — No meu roçado há uma certa elevação. Quando vem chuva, arrasta as impurezas. Acho que isto ainda é melhor que a substância orgânica.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — O senhor leva vantagem porque o seu terreno tem uma elevação.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Outra que interessa muito ao Nordeste, no meu entender. No Piauí a criação de gado é escassa. Parece-me que criar gado no Piauí é muito pior do que a vida de D. Quixote. A pessoa trabalha nessa criação, depois vem a seca e desaparece tudo. Eu, particularmente, continuo insistindo. O Piauí tem uma terra boa para a criação do gado. De forma que todo o piauiense tem que criar uma vaca.

Eu dou água para 2.000 cabeças de gado. Todos os açudes que construí com o tempo quebravam as máquinas. Passei, então, a trabalhar manualmente nas máquinas para, que não quebrassem com tanta frequência.

E' uma vantagem porque meu gado é visto todos os dias. Tem reses que bebem de 3 em 3 dias, pois a minha zona é de cipó e leguminosas e, com essa alimentação, o gado passa 3 dias sem beber. Temos variedades como o cipó-tatú, cipó-prêto, cipó-verdadeiro, etc...

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Este ano vamos fazer levantamento de todas as plantações forrageiras do Nordeste.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — O gado do Piauí, devido à forragem, tem muita gordura e não morre na seca. Tenho plantações de capim-de-ponta, capim colômbio, sempre verdes. Mas, me parece que a salvação da criação de gado no Nordeste está no milagre que vi em São Paulo e que é a soja-perene.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Encomendei em São Paulo 300 quilos de soja-perene, que não tive oportunidade de conseguir. Há 8 anos que sou fã da soja-perene. Vai de um ano e meio a oito anos de produtividade. Em São Paulo, conheço uma fazenda plantada com soja-perene, com aproveitamento 4 vezes maior por hectare. Todo ano queima-se e volta-se à mesma situação.

Eu estava pensando em fazer assim nos nossos terrenos. Em São Paulo, foram enxertados 350 hectares, e o Instituto Agronômico aconselhou os fazendeiros a fazerem dessa forma. Disse que havia aproveitado duas mil vezes. E vende o reprodutor com 27 meses.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — A soja-perene deve ser comprada com cuidado, deve ser qualificada.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — A soja-perene dá fertilidade à terra, enquanto o capim tira a fertilidade. Ela aumenta 700 quilos, cada ano.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — E não faz concorrência à pastagem.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Parece-me que isso vai ser o "milagre do oeste".

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — V. Exa. vai pedir 300 quilos de soja-perene?

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Estou encomendando 300 quilos ao Instituto de Campinas.

Devo anotar a V. S.ª que das variedades de gado que levei para o Nordeste, o holandês preto se adapta muito bem, mas o vermelho branco foi o que mais se adaptou.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Srs. Senadores, estamos programando para o Instituto, para execução ainda no decorrer de 1965, cruzamentos entre os gados vermelho branco holandês e o GNT, no sentido de conseguir a raça mestra, a variedade de gado para se adaptar às condições nordestinas.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — Estive na Índia e, como todo criador de gado, quis ver como tratam. O gado indiano vive solto. Como é sagrado, ninguém maltrata, ninguém mata — mas ninguém cuida. Então, o gado zebu indiano não vale nada, em relação ao brasileiro. A não ser que continua como sendo de raça pura.

Os ingleses, grandes cruzadores de gado leiteiro, começaram nos princípios deste século a procura do gado zebu leiteiro. Fiquei admirado de constatar na Índia uma vaca zebu dando 25 litros de leite por dia. Todas as vacas que não dão 10 litros e 300 litros de lactação são eliminadas. E conseguiram uma raça chamada saivá, gado vermelho, muito parecido com o GIR, mas sem orelhas grandes, bem conformado, bonito. Fiquei surpreso, porque há reservados para o Brasil cem novinhos. Contando o Brasil não mandou buscar. Não sabemos se seu País os quer.

O preço não é excessivo: mil dólares. Isso foi perto de Nova Délhi. Fiquei até imaginando, se o Brasil importasse 40 reprodutores e os distribuisse para cruzamento artificial, por ano teríamos seis mil doses por cada um, consequentemente 240 mil doses. Teríamos gado resistente, puro, e aumentariamos rapidamente o gado leiteiro do Brasil. Com o cruzamento das duas raças — Gir com a outra indiana — teríamos gado maravilhoso no Brasil.

Dizia-me ele mais: o Brasil tem medo de importar o gado, porque aqui temos epidemia. O Brasil não quer importar com receio. Mas não deve ter receio, pois vacinamos todo o gado.

Trouxe o estudo e o entreguei ao Ministério, ao Chefe do Gabinete do Ministro anterior.

O SR. DR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Há grande movimento para a importação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Foi no ano passado, em dezembro. Fiquei maravilhado. Muitas vacas dão 25 litros por dia. No Canadá também as vacas produzem 25 litros de leite por dia. No entanto, no Brasil, inclusive em São Paulo, as instalações são mínimas.

Os russos, neste campo, levam muita vantagem sobre nós. Na Rússia a porcentagem positiva é de cem por cento. Felicitai-os, quando lá estiver, porque, nos países ocidentais e mesmo nos Estados Unidos, a porcentagem é de oitenta por cento. Na verdade, ainda não se conseguiu no Ocidente a porcentagem de cem por cento. Indaguei dos russos de qual

raça eles lançavam mão para melhorar o seu rebanho. Pensei que tivessem duas raças. Disseram eles então que, de início, o gado era suíço, mas que foi tão aperfeiçoado que virou raça russa.

Perguntei então sobre a porcentagem de gordura. Afirmaram que era de três mil, ao que informei que o suíço era de três mil e quinhentos por cento.

Eles devem também fazer a inseminação artificial.

Vou ver se consigo os estudos que o Diretor da produção animal da Índia me deu. A que eu tinha, dei ao Ministério. Tenho, aliás, um colega que dispõe de uma cópia. Sua utilidade para o Brasil é impressionante.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Agradeceria muito a V. Exa.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO (Presidente) — A rudeza do gado indiano, sua resistência à pouca alimentação, é fantástico!!!

Antes de encerrar nossos trabalhos, desejo dizer ao Doutor José Ferreira da Silva que estamos todos muito bem impressionados com seu trabalho e com a demonstração que deu de seus conhecimentos para bem dirigir o Instituto Agronômico do Nordeste. Aliás, já esperávamos isso de S. S.ª, que é professor da Faculdade de Medicina Rural de Pernambuco. Conheço esse estabelecimento, visitei-o e fiquei maravilhado. A localização, as instalações deixaram-me encantado.

Quero ainda dizer que nós todos, do Nordeste — e os do Sul também, pois o Sul quer bem ao Nordeste — muito esperamos do Instituto Agronômico no sentido de que o Nordeste não continue sem técnica, trabalhando empiricamente, há tanto tempo, e por isso mesmo não progredindo como deveria. O problema da seca não impede o progresso. Há seca também em países que são grandes criadores de gado. Na Rússia, por exemplo, durante seis meses ao ano a terra fica coberta de gelo. Não há capim, o gado tem que ser mantido confinado, em locais aquecidos, para que possa sobreviver. A Holanda pequenina, e muitos municípios do Piauí abastecendo toda a Europa, de queijo, leite, ovos, enfim de produtos animais por causa da técnica e dedicacão criação.

No Nordeste, o que temos, mesmo com as secas, aqui e acolá, é o que

DADOS A QUE O DEPOENTE FEZ REFERENCIA NO CURSO DE SUA EXPLICAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS

PROPOSTA ORÇAMENTARIA — EXERCÍCIO DE 1966

Órgão — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste

Código 4.06.17

Aplicação sob Regime de Programação Especial (Lei nº 1.489-51)

Unidade Cr\$ 1.000

Categoria Econômica Especificação da Despesa	Lotações (*)
4.0.0.0 — Despesas de Capital	785.300
4.1.2.1 — Desenvolvimento da Produção	
1) Pesquisas e experimentação sobre vegetais de interesse econômico da região, bem como sua tecnologia, diretamente ou em cooperação com entidades e organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação	335.000
2) Pesquisas e experimentação zootécnicas e veterinárias relativas a espécies animais de interesse econômico da região, bem como tecnologia de seus produtos e derivados, diretamente ou em cooperação com entidades e organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação	300.000
3) Pesquisas pedológicas, diretamente ou em cooperação com entidades e organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação	80.000
4) Desenvolvimento das Estações Experimentais de Teresina, de Campo Maior e do Sub-médio São Francisco	70.000
TOTAL	785.000

(*) De acordo com a proposta encaminhada ao Congresso.

Deus ajuda! conservando as fôhas verdes alimentares do gado. Temos que ter uma boa e grande pecuária, porque é disto que o Nordeste — sta — de tratar o campo e de ter gado. E nós devemos ir ao encontro do seu sentimento, a fim de que o Nordeste desenvolva trabalho que lhe é agradável. É disto principalmente que deve cogitar a SUDENE. Estou certo de que o Instituto de Pesquisa resolverá este assunto. Este é o nosso apelo e a nossa esperança.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Estamos fazendo um trabalho sobre a micro-flora do solo ...

Por intermédio desse estudo — que é muito interessante — verificamos qual é a produtividade que, por sinal, se torna elevada, graças a aplicação das observações obtidas pela adubação verde.

Pelo que verificamos, a adubação verde é de primordial importância para o nosso solo nordestino, que é intensamente ensoledado, ocorrendo, por isso mesmo, a destruição de toda a matéria orgânica existente.

Assim sendo, urge, é necessária que seja intensamente empregada a adubação verde, pois este restitui ao solo, o nitrogênio e o fósforo, tão necessários ao bom desenvolvimento da vegetação.

Ao lado do inclemente sol, temos, de vez em quando, uma precipitação pluviométrica muito além da habitual. A média das chuvas era de 500mm por ano, nesses três últimos anos o índice é de 1.200, 1.100 e 900 mm por ano, o que muito tem prejudicado a cultura do algodão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Não há mais perguntas? (Pausa)

Penso que os membros desta Comissão já estão satisfeitos com a explanação tão bem apresentada pelo Doutor José Ferreira da Silva.

O SR. JOSÉ FERREIRA DA SILVA — Agradeço a atenção dos ilustres congressistas à minha modesta explicação, causando-me grande honra a presença nesta Comissão. Estou sempre à disposição dos Srs...

O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) — Agradecemos sensibilizados a vinda do Dr. José Ferreira da Silva.

Está encerrada a reunião.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGRO- PECUÁRIA DO NORDESTE IPEANE

I — Culturas que produzem divisas

1. Algodão herbáceo — Melhora-
mento. Práticas culturais.
2. Algodão arbóreo — Melhora-
mento. Práticas culturais.
3. Cana de açúcar — Melhora-
mento. Práticas culturais.

II — Culturas que economizam divisas

III — Culturas para fins de alimentação

1. Arroz — Melhoramento. Práti-
cas culturais.
2. Milho — Melhoramento. Práti-
cas culturais.
3. Feijão — Melhoramento. Práti-
cas culturais.
4. Mandioca — Melhoramento.
Práticas culturais.
5. Batata doce — Melhoramento.
Práticas culturais.
6. Batatinha — Melhoramento.
Práticas culturais.
7. Fruticultura — Melhoramento.
Práticas culturais.
8. Bananeira — Melhoramento.
Práticas culturais.
9. Amendoim — Melhoramento.
Práticas culturais.
10. Coqueiro — Práticas culturais.
11. Cajueiro — Melhoramento.
Práticas culturais.
12. Abacaxi — Melhoramento.
Práticas culturais.

IV — Culturas que produzem matérias-primas para a indústria

1. Mamona — Melhoramento.
Práticas culturais.

V — Culturas para diversificação Melhoramento. Práticas culturais.

VI — Pesquisas especiais

1. Solos — Fertilidade do Solo.
Mapeamento detalhado dos solos.
Pesquisas sobre conservação e manejo
do solo.
2. Climatologia — Estudo agrome-
teorológico do nordeste.
3. Engenharia Rural — Pesquisas
sobre irrigação e drenagem.
4. Botânica — Estudos sobre fisio-
logia vegetal.
5. Fitopatologia — Estudo e con-
trole das doenças das plantas culti-
vadas na Região Nordeste.
6. Tecnologia — Tecnologia de
produtos agropecuários.
7. Entomologia — Estudo e con-
trole das pragas das plantas cultiva-
das na Região Nordeste.

VII — Pesquisas Zootécnicas

1. Forrageiras — Melhoramento.
Práticas culturais. Estudos sobre con-
servação de forragens.
2. Pastagens — Produção de pas-
tagens.
3. Bovinos — Estudos sobre o gado
leiteiro no nordeste. Estudos sobre o
gado de corte no nordeste.
4. Ovinos — Estudo sobre os ovi-
nos deslançados no nordeste.
5. Caprinos — Estudo sobre os ca-
prinos no nordeste.
6. Suínos — Estudo sobre os sui-
nos no nordeste.

VIII — Pesquisas de Patologia Animal

1. Doenças infecciosas e parasita-
rias dos animais domésticos no nor-
deste.
2. Estudo das doenças carenciais,
plantas tóxicas e intoxicação alimen-
tar.

IX — Divulgação e informação

1. Divulgação e informação dos
resultados da pesquisa.

I — Título do plano...

Melhoramento. Práticas agrícolas.
Multiplicação de sementes. Produ-
ção mudas e enxertos. Controle de

pragas e doenças. Adubação. Cli-
matologia agrícola do Nordeste. Fi-
siologia vegetal. Tecnologia de pro-
dutos agropecuários do Nordeste.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGRO- PECUÁRIA DO NORDESTE

EMENTA

a) Culturas

1 — Que produzem divisas

Algodão arbóreo
Algodão herbáceo
Cana de açúcar

2 — Que economizam divisas

3 — Para fins de alimentação

Arroz
Milho
Feijão
Mandioca
Batata doce
Batatinha
Fruticultura
Bananeira
Amendoim
Coqueiro
Cajueiro
Abacaxi

4 — Que produzem matérias-primas para a indústria

Mamona
Para diversificação
Sisal
Kaenaf
Malva
Girassol
Safflower

b) Pesquisas especiais

- 1 — Climatologia — Estudos agro-
meteorológicos do Nordeste.
- 2 — Entomologia — Serviços e con-
trole das pragas de espécies vegetais.
- 3 — Fitopatologia — Estudos e con-
trole das doenças de espécies ve-
getais.
- 4 — Botânica — Estudos sobre a
fisiologia vegetal.
- 5 — Tecnologia — Tecnologia de
produtos agropecuários.

II — Objetivo

Os trabalhos a serem desenvolvidos
visam a obtenção de plantas mais pro-
dutivas, mais resistentes a pragas e
doenças, mais adaptadas às condições
Nordestinas através da pesquisa e
experimentação pelo uso de métodos
de melhoramento e práticas culturais
capazes de permitir um melhor
aproveitamento econômico dessas
culturas e uma melhor utilização da
terra.

Tem por fim, o estudo das condições
meteorológicas para aplicação a agri-
cultura e o melhor conhecimento da
composição tecnológica de produtos
agropecuários do Nordeste.

III — Atividades

Serão realizados para a consecução
dos objetivos do presente plano os se-
guintes trabalhos:

- a) Introdução de novas variedades,
seleção, cruzamento, experimentos de
competição de variedades, de espaça-
mento, de época de plantio, de trata-
mentos do solo, de adubação, de con-
trole e resistência às pragas e doenças
e de necessidade hídrica das culturas,
a serem realizadas nas zonas mais re-
presentativas da região.
- b) Distribuição à agricultores de
sementes selecionadas.

c) Difundir entre os agricultores
de região as conquistas técnico-cien-
tíficas capazes de determinarem um
aumento da produtividade através de
noticiário, conferências, reuniões e
demonstração de resultados.

d) Estudo tecnológico dos princi-
pais produtos agropecuários da região,
levantamento hidroquímico dos rios do
Nordeste para fins de irrigação, de-
terminação dos teores minerais nas
águas pluviais para o cálculo do enri-
quecimento dos solos em substâncias
nutrientes permitindo uma melhor re-
formulação na aplicação de adubos.

Para o atendimento dos objetivos do
presente plano serão realizados pela
equipe técnica do IPEANE os projetos
de pesquisa abaixo relacionados:

I P E A N E

Algodão Arbóreo

- 1/66 — Melhoramento.
- 2/66 — Processos de cultivo.
- 2/66 — Controle às pragas.
- 4/66 — Controle às doenças.
- 5/66 — Adubação.
- 6/66 — Análise foliar.
- 7/66 — Produção de sementes bá-
sicas.

Algodão Herbáceo

- 8/66 — Melhoramento.
- 9/66 — Processos de cultivo.
- 10/66 — Irrigação.
- 11/66 — Controle às pragas.
- 12/66 — Controle às doenças.
- 13/66 — Adubação.
- 14/66 — Análise foliar.
- 15/66 — Produção de material bá-
sico.

Cana-de-Açúcar

- 16/66 — Melhoramento.
- 17/66 — Processos de cultivo.
- 18/66 — Irrigação.
- 19/66 — Controle às pragas.
- 20/66 — Controle às doenças.
- 21/66 — Adubação.
- 22/66 — Uso da calda como ferti-
lizante.
- 23/66 — Análise foliar.
- 24/66 — Produção de material bá-
sico.

Arroz

- 25/66 — Melhoramento.
- 26/66 — Processos de culturas.
- 27/66 — Adubação.
- 28/66 — Controle às pragas.
- 29/66 — Controle às doenças.
- 30/66 — Manejo da água.
- 31/66 — Produção de sementes.

Milho

- 32/66 — Melhoramento.
- 33/66 — Processo de cultivo.
- 34/66 — Adubação.
- 35/66 — Irrigação.
- 36/66 — Controle às pragas.
- 37/66 — Controle às doenças.

Feijão

PHASEOLUS

- 38/66 — Melhoramento.
- 39/66 — Controle às pragas.
- 40/66 — Processos de cultivo.
- 41/66 — Controle às doenças.
- 42/66 — Adubação.
- 43/66 — Irrigação.
- 44/66 — Elementos menores.
- 45/66 — Análise foliar.

Vigna

- 46/66 — Coleção e competição de
variedades.
- 47/66 — Controle às pragas.
- 48/66 — Controle às doenças.
- 49/66 — Processos de cultivo.
- 50/66 — Produção de sementes bá-
sicas.

Mandioca

- 51/66 — Melhoramento.
- 52/66 — Processo de cultivo.
- 53/66 — Controle às pragas e do-
enças.
- 54/66 — Adubação.

Batata Doce

- 55/66 — Melhoramento.
- 56/66 — Processos de Cultivo.
- 57/66 — Controle pragas e doenças.
- 58/66 — Adubação.

Batatinha

- 59/66 — Introdução e competição
de variedades.
- 60/66 — Controle às pragas e do-
enças.
- 61/66 — Adubação.
- 62

Fruticultura

- 62-66 — Citricultura — Adubação.
- 63-66 — Citricultura — Produção
de enxertos.
- 64-66 — Citricultura — Controle às
pragas e doenças.
- 65-66 — Abacateiro — Coleção de
variedades.
- 66-66 — Abacateiro — Produção e
enxertos.
- 67-66 — Sapotizeiro — Coleção de
variedades.
- 68-66 — Sapotizeiro — Adubação.
- 69-66 — Fruticultura diversas — Cole-
ção e produção.
- 70-66 — Enxertos; técnicas sobre
enxertos.
- 71-66 — Reprodução agâmica com
auxílio de hormônios.

Bananeira

- 72-66 — Introdução e coleção de
variedades.
- 73-66 — Processo de cultivo.
- 74-66 — Controle às pragas e do-
enças.
- 75-66 — Adubação.

Amendoim

- 76-66 — Melhoramento.
- 77-66 — Processos de cultivo.
- 78-66 — Controle às pragas e do-
enças.
- 79-66 — Adubação.

Coqueiro

- 80-66 — Melhoramento.
- 81-66 — Adubação.
- 82-66 — Controle às pragas e do-
enças.

Cajueiro

- 83-66 — Melhoramento.
- 84-66 — Enxertia — Técnicas.
- 85-66 — Processos culturais.
- 86-66 — Controle às pragas.
- 87-66 — Controle às doenças.
- 88-66 — Adubação.

Abacari

- 89-66 — Processos de Cultivo.
- 90-66 — Adubação.

CULTURAS DIVERSAS

Mamona

- 91-66 — Melhoramento.
- 92-66 — Processos de cultivo.

Sisal

- 93-66 — Adubação.
- 94-66 — Introdução de novas va-
riedades.
- 95-66 — Adubação.

Kaenaf

- 96-66 — Introdução — Coleção.
- 97-66 — Processos de cultivo.

Malva

- 98-66 — Introdução.
- 99-66 — Processo de cultivo.

Girassol

- 100-66 — Introdução.
- 101-66 — Processo de cultivo.

Safflower

- 102-66 — Introdução.
- 103-66 — Processos de cultivo.

Climatologia

- 104-66 — Estudos agrometeorológi-
cos do Nordeste.
- 105-66 — Estudo das chuvas e tem-
peraturas do Nordeste.

Entomologia

- 106-66 — Insetos — hospedes de
plantas ocorrentes no Nordeste.
- 107-66 — Museu entomológico.
- 108-66 — Estudo da ação sistemá-
tica de inseticidas a base de cloro
e fóforo orgânico.

Fitopatologia

- 109-66 — Levantamento das doen-
ças dos vegetais do Nordeste.
- 110-66 — Museu fitopatológico.

Botânica

- 111-66 — Estudos sobre fisiologia vegetal.
112-66 — Experimentos sobre deficiências minerais.

Tecnologia

- 113-66 — Análise tecnológica de produtos agropecuários do Nordeste.
114-66 — Levantamento hidroquímico dos rios do Nordeste.
115-66 — Conservação de juntas regionais pelo frio.
116-66 — Estudos sobre estágios de maturação.
117-66 — Levantamento das curvas crioscópicas dos frigoríficos federais e estaduais do Recife.

IV — LOCAL

Os trabalhos serão realizados na área de jurisdição do IPEANE através das seguintes unidades operacionais:

- Sede do IPEANE (Recife — Pernambuco).
Estação Experimental do Frio — Pernambuco.
Estação Experimental do Curado — Pernambuco.
Estação Experimental de União dos Palmares — Alagoas.
Estação Experimental de Alagoinha — Paraíba.
Estação Experimental de Seridó — Rio Grande do Norte.
Estação Experimental de Barbalha — Ceará.

V — ESTAGIO

Início e contribuição de trabalhos de pesquisas e experimentação.

VI — RECURSOS

- a) **Montante do custo do Plano**
O plano está orçado em
Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros).
b) **Classificação da dotação**
Verba 4.0.0.0 — Despesas de capital
4.1.2.1. — Desenvolvimento de produção (Lei 1.489-51).

Item 1 — Pesquisas e Experimentação sobre vegetais de interesse econômico da região, bem como sua tecnologia, diretamente ou em colaboração com entidades e organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação.

VII — DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

A) Custeio dos Projetos	
1 — Despesas de pessoal	Cr\$
a) Pessoal temporário ..	50.000.000
b) Alimentação e pousada. Diárias	13.750.000
c) Tarefas ocasionais med. recibo	20.250.000
2 — Material de consumo ..	140.000.000
3 — Encargos diversos ..	11.000.000
B) Investimentos	
1 — Obras	20.000.000
2 — Equipamentos e instalações ..	10.000.000
3 — Material permanente ..	40.000.000
C) Reserva Técnica ..	30.000.000
Total	335.000.000

I — TÍTULO DO PLANO

Pesquisas e experimentação zoológica e veterinária com espécies de animais e forrageiras de interesse econômico para o Nordeste.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DO NORDESTE.

Ementa:

- 1) Forrageiras: gramíneas e leguminosas nativas e exóticas.
- 2) Pastagens: estudos sobre práticas de manejo.
- 3) Estudos sobre conservação de forragens.

- 4) **Bovinos:** Estudos sobre gado leiteiro e de corte.
- 5) **Ovinos:** Estudos sobre os ovinos deslançados do Nordeste.
- 6) **Caprinos:** Estudos sobre os caprinos do Nordeste.
- 7) **Suínos:** Estudos sobre suínos.
- 8) Doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos do Nordeste.
- 9) Estudo das doenças carenciais, plantas tóxicas e intoxicação alimentar.

II — OBJETIVOS

Melhoramento de raças bovinas para leite. Estudos e pesquisas para criação de um tipo bovino misto mais adaptado às condições do Nordeste. Melhoramento dos rebanhos de ovinos deslançados e de caprinos. Estudos sobre alimentação de suínos. Trabalho de introdução de forrageiras e manejo de pastagens nativas e exóticas. Pesquisas para o controle de doenças parasitárias, infecciosas e carenciais dos rebanhos nordestinos.

III — ATIVIDADES

Sendo grande parte da economia Nordestina baseada em atividades pecuárias, este plano tem por finalidade realizar estudos de pesquisas e experimentação sobre a introdução de forrageiras, uso de forrageiras nativas e exóticas por um melhor manejo de pastagens, melhor aproveitamento das mesmas com observações sobre a sua conservação.

E' ainda objetivo deste plano os estudos sobre o melhoramento de bovinos, ovinos e caprinos, existentes na região e pesquisas para a criação de tipos mais adaptados às condições do Nordeste.

Deverá, também atender a um trabalho intenso no sentido de, pelo aproveitamento dos resíduos vegetais da cana de açúcar, quer direta, quer após a industrialização, promover a intensificação de atividades de engorda do gado bovino em confinamento e pelo aproveitamento das áreas ociosas das usinas dos Estados açucareiros da região.

Serão realizadas pesquisas e estudos para o controle de doenças infecciosas, parasitárias e carenciais e estudos para erradicação de plantas tóxicas da região.

Este plano será levado a efeito pelas equipes técnicas do IPEANE, através os projetos de pesquisas abaixo discriminadas:

- Nº 124-66 — Levantamento das principais forrageiras nativas da região.
Nº 125-66 — Levantamento das principais forrageiras exóticas na região.
Nº 126-66 — Gramíneas forrageiras: Melhoramento.
Nº 127-66 — Leguminosas forrageiras: Melhoramento.
Nº 128-66 — Gramíneas forrageiras: Processo de cultivo.
Nº 129-66 — Leguminosas forrageiras: Processo de cultivo.
Nº 130-66 — Adubação de forrageiras.
Nº 131-66 — Conservação de forrageiras.
Nº 132-66 — Pesquisas visando a obtenção de um tipo de bovino para leite melhor adaptado às condições nordestinas.
Nº 133-66 — Trabalhos de melhoramento do rebanho holandês vermelho e branco, existente no IPEANE.
Nº 134-66 — Ovinos deslançados: Melhoramento.
Nº 135-66 — Caprinos: Melhoramento.
Nº 136-66 — Bovinos para cortes. Estudos sobre manejo e alimentação.
Nº 137-66 — Suínos: Manejo e alimentação.
Nº 138-66 — Suínos: Melhoramento.
Nº 139-66 — Manejo de pastagens.
Nº 140-66 — Carências minerais e plantas tóxicas.

Nº 141-66 — Estudos sobre doenças infecciosas.

Nº 142-66 — Estudos sobre doenças parasitárias.

Nº 143-66 — Estudos para controle de helmintos em ovinos, caprinos e bovinos.

IV — LOCAL

Os trabalhos serão desenvolvidos em toda a área de ação do IPEANE.

V — ESTAGIO

Trabalhos iniciados em exercícios anteriores, alguns já em avançado andamento.

VI — RECURSOS

a) **Montante do custo do plano.**
O plano está orçado em
Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros).

b) **Classificação da dotação.**
Verba 4.0.0.0 — Despesas de capital

4.1.2.1 — Desenvolvimento da produção (Lei 1.489-51).
Item 2 — Pesquisas e experimentações Zootécnicas e Veterinárias relativas a espécies animais de interesse da região, bem como tecnologia de seus produtos e derivados, diretamente ou em cooperação com entidades e organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação.

VII — DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

A) Custeio dos projetos	
1 — Despesa com pessoal	Cr\$
a) Pessoal temporário ..	30.000.000
b) Alimentação e pousada ..	15.000.000
c) Tarefas ocasionais med. recibo ..	35.000.000
2 — Material de consumo ..	120.000.000
3 — Encargos diversos e serv. terceiros ..	5.000.000
B) Investimentos	
1 — Obras ..	20.000.000
2 — Equipamentos e instalações ..	5.000.000
3 — Material permanente ..	40.000.000
C) Reserva técnica ..	30.000.000
TOTAL	300.000.000

I — TÍTULO DO PLANO

Solos — Mapeamento detalhado dos solos do Nordeste. Pesquisas sobre conservação do solo. Pesquisas sobre fertilidade. Irrigação e drenagem.

Ementa:

- a) Estudo e mapeamento detalhado de áreas de maior interesse econômico para a região;
- b) Estudos e trabalhos de conservação de solos na rede de Estações Experimentais do Instituto. Manejo do Solo;
- c) Fertilidade e análises para fins de fertilidade;
- d) Pesquisas sobre irrigação e drenagem.

II — OBJETIVO

Proceder ao levantamento detalhado dos solos do Nordeste, prioritariamente dos solos das Estações Experimentais da rede do Instituto e das áreas de maior interesse econômico para a região, acompanhando esses estudos com trabalhos de conservação e manejo do solo. Realizar análises de fertilidade com fins de uma melhor utilização da terra e um aumento de produtividade pelo uso de adubação conveniente. Trabalhos sobre irrigação e drenagem, no sentido de um melhor conhecimento do manejo da água nas diferentes culturas do Nordeste.

III — ATIVIDADES

Serão realizados trabalhos no sentido de atendimento dos objetivos deste plano pelo preparo da carta detalhada dos solos das Estações, pela execução de análises de fertilidade para agricultores da região, e trabalhos de irrigação e drenagem no sentido do preparo de uma área de cerca de 25 ha.

Na sede do IPEANE para estudos sobre manejo da água.

Este plano será realizado através de diversos projetos de pesquisas do IPEANE, que serão realizados em toda a área de ação do Instituto.

PROJETOS DE PESQUISAS

117-66 — Mapeamento detalhado dos Solos das Estações Experimentais da Rede do IPEANE.

118-66 — Análises de fertilidade para toda as culturas em estudo na área do Instituto.

119-66 — Análises de fertilidade para atendimento aos agricultores criadores do Nordeste.

120-66 — Calibração dos métodos analíticos para diagnósticos de fertilidade.

121-66 — Execução dos trabalhos de irrigação para aproveitamento de uma área de 25 ha, em experimentação de manejo da água.

122-66 — Trabalhos de drenagem dos solos compreendidos na área do Instituto e na Estação Experimental de Curado.

123-66 — Trabalhos de conservação dos solos nas Estações Experimentais e na sede do IPEANE.

IV — LOCAL

Os trabalhos serão desenvolvidos na área de jurisdição do Instituto, Sede, Estações.

V — ESTAGIO

Atividades iniciadas em exercícios anteriores consistindo em pesquisas e trabalhos cujo andamento é imprescindível aos objetivos da pesquisa agropecuária do Instituto.

VI — RECURSOS

a) **Montante do custo do Plano:**
O plano está orçado em
Cr\$ 80.000.000 (oitenta milhões de cruzeiros);

b) **Classificação da dotação:**
Verba 4.0.0.0 — Despesas de capital

4.1.2.1 — Desenvolvimento da produção (Lei 1489-51)
Item 3 — Pesquisas pedagógicas, diretamente ou sem cooperação com entidades organizações especializadas, oficiais ou particulares e sua divulgação.

VII — DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS

A) Custeio dos projetos	
1 — Despesa com pessoal	Cr\$
a) Pessoal temporário ..	8.000.000
b) Alimentação e pousada ..	10.000.000
c) Tarefas ocasionais med. recibo ..	5.000.000
2 — Material de consumo ..	20.000.000
3 — Encargos diversos e serv. de terceiros ..	5.000.000
B) Investimentos	
1 — Obras ..	4.000.000
2 — Equipamentos e instalações ..	20.000.000
3 — Material permanente ..	8.000.000
C) Reserva Técnica ..	8.000.000
Total	80.000.000

Quadro demonstrativo da Aplicação e Desembolso Trimestral dos recursos previstos na Proposta Orçamentária para o exercício de 1966, em despesas com Projetos Específicos e atividades (manutenção e funcionamento das Unidades) do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste.

Em Cr\$ 1.000

Discriminação	Custeio					Investimentos			Eventuais	Total
	Despesas com Pessoal			Mat. Consumo	Enc. Diversos	Obras	Equip.	Perma- nente		
	temporário	alim. pous.	recibo							
1º Trimestre										
1 — Pesq. exp. s/Vegetais	11.250	3.300	3.500	35.000	3.000	—	2.000	10.000	6.690	74.740
2 — Pesq. exp. Zootécni- cas	7.000	3.000	6.000	20.000	2.000	10.000	—	10.000	6.300	64.300
3 — Pesq. exp. Pedolôgi- cas	1.800	2.000	500	4.000	1.000	—	1.000	—	1.140	11.440
Somas	20.050	8.300	10.000	59.000	6.000	10.000	3.000	20.000	14.130	150.480
2º Trimestre										
1 — Pesq. exp. s/Vege- tais	11.250	3.750	6.200	40.000	3.000	10.000	3.500	15.000	9.060	101.760
2 — Pesq. exp. Zootécni- cas	7.000	5.000	10.000	35.000	2.000	5.000	2.000	10.000	8.700	84.700
3 — Pesq. exp. Pedolôgi- cas	1.800	3.000	1.500	6.000	2.000	—	2.000	10.000	2.920	29.220
Somas	20.050	11.750	17.700	81.000	7.000	15.000	7.500	35.000	20.680	215.680
3º Trimestre										
1 — Pesq. Vegetais . . .	11.250	3.400	6.550	35.000	2.500	10.000	3.500	15.000	8.550	95.750
2 — Pesq. Zootécnicas . .	7.000	4.000	10.000	35.000	1.000	5.000	1.500	10.000	8.100	81.600
3 — Pesq. Pedológicas . .	1.800	3.000	2.000	6.000	1.000	—	1.000	10.000	2.750	27.550
Somas	20.050	10.400	18.550	76.000	4.500	15.000	6.000	35.000	19.400	204.900
4º Trimestre										
1 — Pesq. Vegetais	16.250	3.300	4.000	30.000	2.500	—	1.000	—	5.700	62.750
2 — Pesq. Zootécnicas . .	9.000	3.000	9.000	30.000	—	—	1.500	10.000	5.900	69.400
3 — Pesq. Pedológicas . .	2.600	2.000	1.000	4.000	1.000	—	—	—	1.190	11.790
Somas	27.850	8.300	14.000	64.000	3.500	—	2.500	10.000	13.790	142.940
Resumo										
Vegetais	50.000	31.750	20.250	140.000	11.000	20.000	10.000	40.000	30.000	335.000
Zootécnicas	30.000	15.000	35.000	120.000	5.000	20.000	5.000	40.000	30.000	300.000
Pedológicas	8.000	10.000	5.000	20.000	5.000	—	4.000	20.000	8.000	80.000
Totais Gerais	88.000	56.750	60.250	280.000	21.000	40.000	19.000	100.000	68.000	715.000

QUADRO DA DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS CORRESPONDENTES AOS PLANOS AMBOS NAS DIFERENTES UNIDADES DO "IPEANE" POR ESTADO

Em Cr\$ 1.000

			A) CUSTEIO DOS PROJETOS				
			Despesas de Pessoal				
			a) Pessoal temporário	b) Aliment. Pousada, Diárias	c) Taref. med. recibo.	2 - M. Cons.	3 - Encarg. Diversos
Alagoas	E. E. União dos Palmares	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica	2.000	800	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	500	—	—	—
PERNAMBUCO	Sede do IPEANE	Pitotécnica	25.600	6.950	5.250	58.000	3.000
		Zootécnica Veterinária	15.500	8.600	17.000	45.000	1.000
		Pedologia	3.000	7.000	5.000	20.000	5.000
	E. E. de Curado	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	2.000	800	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	400	—	—	—
	E. E. de Frio	Pitotécnica	2.000	—	1.000	5.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	500	—	1.000	5.000	500
		Pedologia	—	—	—	—	—
	E. E. de Itapemerim	Pitotécnica	3.200	800	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	2.000	800	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	500	—	—	—
	E. E. de Surubim	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	2.000	1.000	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	400	—	—	—
Paraná	E. E. de Alagoinha	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	2.000	1.000	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	400	—	—	—
Rio Grande do Norte	E. E. de Seridó	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Pitotécnica	2.000	1.000	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	400	—	—	—
Ceará	Sub. E.E. de Barbalha	Pitotécnica	3.200	1.000	2.000	11.000	1.000
		Zootécnica Veterinária	2.000	1.000	3.000	10.000	500
		Pedologia	—	400	—	—	—

B) INVESTIMENTOS			C) R. Tec.	Sub-totais	Total por unidade	Total por Estado
1 — Obras	2 — Eq. Instalações	3 — Mat. Permanente				
	1.000 500 —	4.000 4.000 —	1.500 1.500 —	24.700 22.300 500	47.500	47.500
20.000 20.000	2.000 1.000 4.000	11.000 11.000 20.000	18.500 18.500 8.000	150.300 133.600 77.000	360.900	
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.700 22.300 400	47.400	
	1.000 500	1.000 1.000	1.000 1.000	12.000 9.500	21.500	
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.500 22.300 500	47.300	
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.700 22.500 400	47.600	524.700
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.700 22.500 400	47.600	47.600
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.700 22.500 400	47.600	47.600
	1.000 500	4.000 4.000	1.500 1.500	24.700 22.500 400	47.600	47.600

I — TÍTULO DO PLANO

Desenvolvimento das Estações Experimentais de Teresina, de Campo Maior e do Sub-médio São Francisco.

INSTITUTO DE PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÃO AGROPECUÁRIAS DO NORDESTE

Ementa:

- a) Realizar trabalhos de pesquisa e experimentação de natureza fitotécnica com videira, cebola, arroz, feijão, milho, batatinha, trigo e forrageiras.
- b) Executar trabalhos de pesquisa e experimentação de natureza zootécnica e veterinária com bovinos, caprinos e ovinos.
- c) Proceder a trabalhos de irrigação e drenagem.

II — OBJETIVO

Desenvolver trabalhos de pesquisa e experimentação na Estação Experimental do Sub-Médio São Francisco, com o intuito de aperfeiçoar novas culturas, aumentar a produtividade e iniciar trabalhos de melhoramento com bovinos, caprinos e ovinos. Transformar pelo reparcelamento e instalação adequados o Campo de Irrigação Apolonio Sales, em Teresina, e a Fazenda de Criação de Campo Maior, em Campo Maior, Estado do Piauí, pertencentes ao D.P.A., em uma estação experimental nos moldes das da

rêde do D.P.E.A., onde serão realizados trabalhos de pesquisa e experimentação de natureza fitotécnica, zootécnica e do pedológica.

III — ATIVIDADES

Serão realizados no desenvolvimento deste plano, trabalhos de introdução de variedades, melhoramento, adubação, fertilidade e práticas culturais em geral, no que diz respeito ao Setor fitotécnico, com instalação de diversos experimentos.

Nos setores zootécnico e veterinário, serão realizados trabalhos de melhoramento e manejo de bovinos, caprinos e ovinos, bem como estudos sobre métodos de controle de parasitas e doenças infeto-contagiosas dos rebanhos Nordestinos.

Serão também, realizados trabalhos de instalação, aparelhagem e desenvolvimento das Estações Experimentais constantes deste Plano.

Os trabalhos serão realizados através seguintes projetos de pesquisas:

Videira

- 144-66 — Melhoramento.
145-66 — Adubação.
146-66 — Controle à pragas.
147-66 — Controle à doenças.
148-66 — Irrigação.
149-66 — Épocas e métodos de poda.
150-66 — Produção de mudas selecionadas.

Estes projetos serão realizados em colaboração com o Instituto de Experimentação.

Cebola

- 151-66 — Melhoramento.
152-66 — Tratos culturais.
153-66 — Adubação.
154-66 — Irrigação.
155-66 — Controle à pragas e doenças.
156-66 — Produção de sementes básicas.

Trigo

- 157-66 — Tratos culturais.
158-66 — Adubação.
159-66 — Irrigação.

Os trabalhos sobre arroz, feijão, batatinha, forrageiras, pastagens, bovinos, ovinos, e caprinos, serão realizados através os projetos correspondentes já apresentados nos planos anteriores sobre pesquisas fitotécnicas, zootécnicas e veterinárias.

IV — LOCAL

Na Estação Experimental do Sub-Médio São Francisco, já em funcionamento e na Estação Experimental de Teresina logo após a sua instalação.

V — ESTAGIO

Continuação de trabalhos fitotécnicos já existentes, instalação de novos experimentos, introdução de novas culturas e início de trabalhos zootécnicos sobre bovinos, caprinos e ovinos.

VI — RECURSOS

A) Montante do custo do plano:
O plano está orçado em Cr\$ 70.000.000 (setenta milhões de cruzeiros).

B) Classificação de dotação:
Verba 4.0.0.0 — Desenvolvimento de capital.

4.1.2.1 — Desenvolvimento das Estações Experimentais de Teresina, Campo Maior e do Sub-Médio São Francisco.

VII — DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS:

A) Custeio dos Projetos

- 1 — Despesas do Pessoal
- | | |
|---|---------------|
| a) Pessoal temporário.. | Cr\$ 12.000.0 |
| b) Alimentação e pouxada. Diárias | 1.000.0 |
| c) Tarefas ocasionais med: recibo | 7.000.0 |
| 2 — Material de consumo | 20.000.0 |
| 3 — Encargos diversos ... | 5.000.0 |

B) Investimentos

- 1 — Obras
- 2 — Equipamentos e instalações
- 3 — Material permanente
- | | |
|--------------------|----------|
| C) Reserva Técnica | 7.000.0 |
| Total | 70.000.0 |